



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Alysson Julio Risso da Silva

**Além dos Nenhures:** a temporalização do tempo da utopia cinética em *Uma Utopia Moderna* (1905) de Herbert George Wells

Florianópolis  
2023

Alysson Julio Risso da Silva

**Além dos Nenhures:** a temporalização do tempo da utopia cinética em *Uma Utopia Moderna* (1905) de Herbert George Wells

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel e Licenciado em História.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia Florentino Varella,

Florianópolis

2023

da Silva, Alysson Julio Risso

Além dos Nenhures : a temporalização do tempo da utopia cinética em Uma Utopia Moderna (1905) de Herbert George Wells / Alysson Julio Risso da Silva ; orientadora, Flávia Florentino Varella, 2023.

107 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. História. 2. Utopia. 3. Temporalização. 4. História de Conceitos. 5. Eugenia. I. Varella, Flávia Florentino . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, às catorze horas por videoconferência reuniu-se a Banca Examinadora composta pela Professora Flávia Florentino Varella, Orientadora e Presidente, pelo Professor Fábio Luciano Iachtechn, Titular da Banca, e pelo Professor Rodrigo Bragio Bonaldo, Suplente, designados pela Portaria nº 30/2023/HST/CFH da Senhora Chefe do Departamento de História, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Alysson Julio Risso da Silva**, subordinado ao título: "**Além dos Nenhues: A temporalização do tempo da utopia cinética em *Uma Utopia Moderna (1905)* de Herbert George Wells**". Aberta a Sessão pela Senhora Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido da Professora Flávia Florentino Varella a nota final 10, do Professor Fábio Luciano Iachtechn a nota final 10 e do Professor Rodrigo Bragio Bonaldo a nota final 10; sendo aprovado com a nota final 10. O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital à Coordenadoria do Curso de História até o dia vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e três. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 17 de agosto de 2023.

Banca Examinadora:



Documento assinado digitalmente

Flávia Florentino Varella

Data: 19/08/2023 15:05:37-0300

CPF: \*\*\*.738.756-\*\*

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.a Flávia Florentino Varella



Documento assinado digitalmente

Rodrigo Bragio Bonaldo

Data: 19/08/2023 15:59:43-0300

CPF: \*\*\*.985.030-\*\*

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Fábio Luciano Iachtechn



Documento assinado digitalmente

FABIO LUCIANO IACHTECHEN

Data: 21/08/2023 11:18:30-0300

CPF: \*\*\*.538.569-\*\*

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Rodrigo Bragio Bonaldo



Documento assinado digitalmente  
Alysson Julio Risso da Silva  
Data: 22/08/2023 21:53:48-0300  
CPF: \*\*\*.628.239-\*\*  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Candidato Alysson Julio Risso da Silva



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
Campus Universitário Trindade  
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina  
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Alysso Julio Rizzo da Silva matricula n.º 17201090 entregou a versão final de seu TCC cujo título é **Além dos Nenhores: a temporalização do tempo da utopia cinética em *Uma Utopia Moderna* (1905) de Herbert George Wells**, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 24 de Agosto de 2023.



Documento assinado digitalmente  
Flavia Florentino Varela  
Data: 24/08/2023 23:52:32-0300  
CPF: \*\*\*.718.756-\*\*  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

---

Orientador(a)

## AGRADECIMENTOS

Depois de 3 anos de idas e vindas, enfrentando a linha 76400 para levar 2h até a Universidade durante os primeiros três semestres, tendo me mudado para um apartamento surrado e depois para uma kitnet no topo do morro que costumava alagar toda vez que chovia. Voltei para Biguaçu poucos meses antes de descobrir a tal pandemia e passado então 2 anos afastado da nossa estimada UFSC devido às políticas fúnebres do nosso odiável ex-”presidente”, faço meu retorno assim como muitos às salas do nosso CFH. Essa ideia de culpa cristã e amor pelo sofrimento não me cabe. Falei e falei tanto, mas não me doeu tanto assim. Há quem nunca teve a oportunidade, assim como eu, de retornar àquelas salas. Colegas meus que abandonaram os livros e sonhos por um salário de mínima subsistência. Não foi difícil para mim fazer o que deveria ser fundamental: permanecer. Não vivemos exatamente em um ambiente de escolhas, mas sim de constantes rupturas e incalculáveis esforços.

Por isso, eu agradeço a todas as pessoas que estiveram comigo. Que me deram vozes e ouvidos durante toda a fase da graduação. Nessa reta final, agradeço a quem pegou minha mão e esteve perto. Sou eternamente grato à minha namorada, esposa e ninfa da terra, Lilian, por ter participado e compartilhado de um intenso processo de transformação; te amo quando te vejo, te amo antes, agora e depois. Agradeço à senhora Raquel por ter me acolhido durante quase três anos para que eu pudesse trabalhar e estudar; essa mulher que em silêncio revolucionou um dos ambientes mais enrijecidos e conservadores do Brasil sem baixar a cabeça, seu nome irá ressoar na eternidade. Sou grato pela amizade do senhor Vinicius, um dos colegas historiadores e educadores mais atenciosos, sensíveis e criativos do qual já tive o prazer de cruzar caminhos. Também agradeço à minha mãe Marilene, por ter sido meu escudo e meu abrigo quando pensei em desistir; e por ter me ensinado que posso ser uma pessoa estressada, só tenho que lidar com isso. Estou feliz por ter sido orientado pela admirável professora doutora Flávia Varela, que em seu pragmatismo me ajudou a desentortar meu pensamento e tornar a experiência do TCC menos sufocante. Irei carregar, também, um carinho pelo professor doutor Rodrigo Bonaldo, cujo eu encontro uma certa identificação no que diz respeito à dificuldade de frear o pensamento (embora, nesse caso, alegoricamente, ele pilota um jato e eu um aviãozinho teco-teco).

Querida UFSC, querido CFH e queridos professores, obrigado pela batalha até aqui. Não vou comemorar por enquanto, vou guardar meu fígado até a prisão do inominável. Ai sim, certamente, Heidegger vai se revirar no caixão, pois nesse dia não haverá amanhã.

*“Numa primavera  
Mergulhei no tempo  
Para me salvar”  
(Alceu Valença)*

## RESUMO

O trabalho proposto tem como objetivo analisar o conceito de utopia cinética presente na obra *Uma Utopia Moderna* (1905) de Herbert George Wells. O primeiro capítulo explora a palavra utopia em More e sua transformação em um conceito político, bem como o processo de temporalização das utopias. O segundo capítulo busca traçar um panorama do surgimento da distopia como gênero literário e o papel da eugenia e da industrialização no surgimento das comunidades utópicas inglesas. No terceiro capítulo, é realizada uma análise crítica de *Uma Utopia Moderna* partindo da leitura da obra como uma ciência utópica do social, buscando apresentar as principais características do conceito de "utopia cinética". No quarto capítulo, analisa-se a temporalização do tempo utópico cinético, destacando a importância da liberdade, individualidade e progresso. Explora-se a compreensão biológica da humanidade de Wells e o papel da ética evolutiva e do Estado Mundial na manutenção do sistema utópico. Essa análise abrangente permite compreender a evolução do conceito de utopia e suas implicações políticas, sociais e científicas ao longo do tempo.

**Palavras-chave:** utopia, distopia, temporalização, Herbert George Wells, *Uma Utopia Moderna*, Thomas Henry Huxley, utopia cinética, eugenia.

## ABSTRACT

The proposed work aims to analyze the concept of kinetic utopia present in the work "A Modern Utopia" (1905) by Herbert George Wells. The first chapter explores the term "utopia" in More's work and its transformation into a political concept, as well as the process of temporalization of utopias. The second chapter seeks to provide an overview of the emergence of dystopia as a literary genre and the role of eugenics and industrialization in the emergence of English utopian communities. In the third chapter, a critical analysis of "A Modern Utopia" is conducted, approaching the work as a utopian science of the social, aiming to present the key characteristics of the concept of "kinetic utopia." The fourth chapter examines the temporalization of kinetic utopian time, highlighting the significance of freedom, individuality, and progress. Wells' biological understanding of humanity is explored, along with the role of evolutionary ethics and the World State in maintaining the utopian system. This comprehensive analysis allows for an understanding of the evolution of the utopian concept and its political, social, and scientific implications over time.

**Keywords:** utopia, dystopia, temporalization, Herbert George Wells, A Modern Utopia, Thomas Henry Huxley, kinetic utopia, eugenics.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1: UTOPIAS DO ESPAÇO E DO TEMPO.....</b>	<b>17</b>
1.1 A origem da utopia em Thomas More.....	17
1.2 A temporalização das utopias.....	22
<b>CAPÍTULO 2: EUGENIA E DISTOPIA.....</b>	<b>32</b>
2.1 A chamada segunda virada distópica.....	32
2.2 As comunidades utópicas no sistema fabril.....	33
2.2 O pensamento eugenista e o surgimento da distopia.....	38
<b>CAPÍTULO 3: A UTOPIA CINÉTICA.....</b>	<b>52</b>
3.1 As raízes huxleyanas da utopia cinética.....	53
3.2 Utopia Cinética: uma proposta de ciência utópica do social?.....	65
<b>CAPÍTULO 4: A TEMPORALIZAÇÃO DO TEMPO UTÓPICO CINÉTICO.....</b>	<b>74</b>
4.1 A evolução humana como processo artificial.....	80
4.2 Retrocesso zoológico em um processo cósmico.....	84
4.3 Progresso ou mudança? O papel da Liberdade e da Individualidade no motor da utopia cinética.....	89
4.4 Movimento perpétuo: futuro aberto ou fim da história?.....	95
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>100</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>104</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>105</b>

## INTRODUÇÃO

O conceito de utopia cinética surge em uma Inglaterra vitoriana onde a teoria da evolução de Charles Darwin havia recém se espalhado a partir da publicação de *A Origem das Espécies* em 1895. Essa obra foi amplamente debatida e difundida por Thomas Huxley e tomada por Francis Galton como base para a criação da eugenia, teoria que pressupõe a superioridade genética de um indivíduo ou uma raça sobre a outra. Nesse cenário, Herbert George Wells, conhecido por suas publicações na área da ficção científica, procura adentrar no debate a partir de publicações dentro e fora do âmbito acadêmico. Na amálgama de escritos publicados por Wells, este trabalho pretende analisar a temporalidade da utopia cinética na obra *Uma Utopia Moderna* publicada em abril de 1905 e qual lugar ela ocupa na história intelectual das utopias durante a virada do século XIX para o século XX, compreendendo seus diálogos com a teoria evolucionista elaborada por Huxley, fundamentada na obra de Darwin.

Herbert George Wells, nasceu na Londres do século XIX, em 1866, em uma família de classe média baixa, filho do lojista e jogador de críquete Joseph Wells e da ex-governanta Sarah Neal. Após sofrer um acidente que o imobilizou em 1874, Wells passou a ter contato com a literatura enquanto via, deitado em uma cama adaptada na cozinha de casa, o subúrbio rural ser incorporado no cenário urbano. Durante o tempo de recuperação do jovem Wells, seu pai e a senhora Sutton, esposa do causador do incidente, se encarregaram de abastecê-lo com livros, o que viria a ser determinante para seu futuro como escritor. No mesmo ano, Wells ingressa na Thomas Morley's Commercial Academy, onde ficou até 1880 (PARTINGTON, 2008)

Em 1883, Wells passou a lecionar na Midhurst Grammar School como professor assistente de ciências e estudar para os exames admissionais da faculdade. Ao ganhar uma bolsa na Escola Normal de Ciências em 1884, a jornada acadêmica de H. G. Wells passou a ser amplamente impactada pelo trabalho de seu professor Thomas Henry Huxley e sua teoria evolucionista. Mesmo saindo em 1887 sem o diploma, sua carreira foi então permeada por um volumoso processo de escrita, onde em alguns dos seus trabalhos mais conhecidos Wells procurou verificar a aplicabilidade da teoria da evolução à vida política e social (IACHTECHEN, 2015).

Durante seu tempo na faculdade, Wells trabalhou como jornalista amador, chegando a fundar e editar uma pequena revista entre 1886 e 1887. Durante o processo, participou de grupos de debate na faculdade que permitiram sua aproximação com as ideias socialistas e

chegou, ainda nesse período, a participar de encontros abertos da Sociedade Fabiana, da qual viria a fazer parte mais tarde (PARTINGTON, 2008).

Como romancista, publicou diversos romances de sucesso, tais como *A Máquina do Tempo* (1895), *A Guerra dos Mundos* (1898) e *O Homem Invisível* (1897), por exemplo. Boa parte de suas obras como romancista debatiam a questão do tempo, realizando prognósticos, tecendo visões diversas e imaginando como seriam as viagens no tempo, o contato com os alienígenas, a invisibilidade e a aplicabilidade da teoria ético evolucionista da qual teve contato com Thomas Huxley durante seu período estudantil. O que nos interessa, nesse ponto, é compreender a ligação do pensamento utópico de Herbert George Wells com o darwinismo e as implicações disso na temporalidade de sua intrigante criação: a utopia cinética.

Conforme descrito no *The Century Dictionary and Cyclopedia* (1902), a palavra utopia está agregada à tradução literal do grego ou+topos que significa um não-lugar ou não-espaço. Já o dicionário *A Modern Dictionary of English Language* (1911) descreve utopia da seguinte maneira: “[...] um lugar onde tudo é perfeito. [...] um lugar onde prevalece a paz, a prosperidade e a felicidade. (MACMILLAN, 1911, p. 738, tradução nossa)” enquanto que o termo “utópico” está para “imaginário; fantasioso; impraticável. (MACMILLAN, 1911, p. 738, tradução nossa)”. A diferença fundamental entre as definições apresentadas por estes dicionários está na descrição do segundo, que se baseia diretamente naquela apresentada por Thomas More na publicação de *Utopia* em 1516.

Contudo, a definição destes dicionários não está completamente de acordo com o movimento literário das utopias da época, pois estas começam a se localizar no futuro e não mais em um lugar-outra, mágico e literalmente inacessível, mas sim no espaço temporal entre o hoje e o amanhã. Isso significa dizer que as utopias espaciais como as de Thomas More e Jonathan Swift, que se localizavam em espaços inexplorados como ilhas ultramarinas, por exemplo, deram espaço para utopias localizadas temporalmente, como é o caso de *Notícias de Lugar Algum*, de William Morris. Embora a mudança entre o espaço físico e temporal tenha ocorrido na tradição do pensamento utópico, ela não é brusca, e seu processo pode ser observado em *Uma Utopia Moderna*. Na obra, Wells descreve a viagem de dois amigos a um planeta distante, que é uma cópia das condições topográficas da Terra, ou seja: uma cópia do planeta sob outras condições sociais. O nome dado ao planeta por Wells é Utopia Moderna, e tudo em Utopia Moderna é uma cópia melhorada do que há na Terra, com exceção do que ele considera incivilizado e impraticável. Por exemplo, não há consumo de carne, pois a exposição do sangue em vitrines aproxima-se da barbárie; não há violência; não há escravidão; não há pobreza, pois a meritocracia funciona de forma plena devido à valorização

do esforço individual que foi atingida através da abolição das classes sociais capitalistas permeada pela criação de um sistema-mundo regido pelos *Samurai*, que são uma nobreza voluntária altamente treinada para reger o planeta. As vantagens da modernidade acompanham os problemas da modernidade e vão de encontro com a eugenia: como resolver o problema da insubordinação? O que fazer com os ladrões e os descontentes? Quais os critérios utilizados para definir quem deve viver na utopia? Estes são apenas alguns dos problemas não resolvidos em Utopia Moderna. É justamente calcando-se na imperfeição de seu sistema que se desenvolve o conceito de utopia cinética.

A utopia cinética parte do princípio de que uma utopia deve estar sempre em movimento, de modo a ser construída em comunidade para que um estágio supere o outro e assim prossiga infinitamente, aceitando apenas o progresso do sistema. Contudo, no ponto em que a utopia moderna wellsiana se encontra, ela está pautada nos princípios da ética evolucionista, que sai em defesa da evolução da espécie por meio do processo de seleção artificial. Em outras palavras, a seleção artificial permite a criação de mecanismos para a perpetuação e progresso da espécie a partir da reprodução de indivíduos seletos, de modo a restringir ou anular a capacidade reprodutiva dos sujeitos imperfeitos. Em Utopia Moderna, portanto, os insubordinados, deficientes físicos e neuro divergentes são impedidos de se reproduzir, garantindo uma sociedade melhor, capaz de superar-se infinitamente. Ainda assim, todos os cidadãos incapacitados de contribuir com esforço físico e mental em Utopia Moderna têm sua vida e direitos garantidos por meio de programas tutelares do Estado, desde saúde à moradia, mas não podem vir a ser *Samurai*. Neste ponto cabe a indagamo-nos: se a definição de utopia é um lugar perfeito, seria este lugar perfeito para todos? Seria, então, a utopia de uns a distopia de outros?

Segundo Koselleck, em *Estratos do Tempo* (2014), as utopias do século XIX podem ser classificadas como românticas ou modernas e localizam-se no tempo futuro. Optamos por utilizar o termo utopia clássica para nos referirmos àquelas que se localizam em não-espacos e utopia moderna para nos referirmos àquelas que se localizam no futuro. Por exemplo, uma utopia clássica pode se referir à República de Platão, enquanto uma utopia moderna poderia referir-se ao Socialismo Utópico ou até mesmo às chamadas utopias pós-modernas, por vezes traduzidas como distopias. Dito isso, observamos que a Utopia Moderna de Wells é um caso curioso a ser estudado, pois localiza-se tanto em um não-lugar quanto num projeto de futuro, pois realiza a partir de um exercício imaginário localizado em outro planeta uma especulação do funcionamento de uma sociedade ideal e como isso poderia ser desencadeado.

Esta estrutura utópica singular nos leva a uma discussão sobre a temporalização do tempo histórico através de determinados critérios de sentido (como progresso do espírito ou luta de classes), dialogando com passado, presente e futuro no curso dos acontecimentos humanos, constituindo processos históricos que têm na utopia seu “horizonte de expectativas”.

Resumidamente, Koselleck (2019) indica que a trajetória dos usos dos conceitos básicos da vida política e social – entre eles: razão, liberdade, direito, história e progresso – não segue uma linha concreta, mas sim elástica e variável, pois seus usos não estão em correspondência direta com os interesses ou as intenções dos falantes. Entretanto, os conceitos de história e progresso são conceitos dinâmicos de movimento, portanto fundamentais e insubstituíveis. Isso porque são “conceitos dinâmicos de movimento vinculados a uma orientação temporal, que assumem funções análogas à do conceito de Iluminismo. Mediante a repetição dinâmica desses conceitos pretende-se provocar uma mudança estrutural na direção de um futuro que fica em aberto.” (KOSELLECK, 2019, p. 341)

Nesse sentido, o conceito de progresso em utopia atua como um conceito reflexivo. Como aponta Koselleck: “Ele reúne em si a soma de todos os progressos que, na expressão francesa *“les progrès”*, ainda são concebidos de forma aditiva e plural. (KOSELLECK, 2019, p. 342). Esses conceitos de movimento, para Koselleck, tem a capacidade de desencadear uma teoria da ação, ou seja: seus usos estão harmonizados com “casos individuais refratários, sem, porém, perder sua validade geral” (KOSELLECK, 2019, p. 433). Ou seja: por mais elásticos e variáveis que sejam os conceitos, há ainda aqueles que possuem uma interpretação geral, que é o caso dos conceitos dinâmicos de movimento que Koselleck chamou de “singulares coletivos”, onde podemos encaixar a palavra “utopia”, por exemplo.

Essa elasticidade e variabilidade conceitual põe à mesa as ferramentas discursivas necessárias para um autor moderno tomar para si os termos que considerar pertinentes de discussão e ressignificação através da capacidade pública da escrita e da fala. Sob estes argumentos, um possível caminho para analisarmos a obra de Wells é o uso de conceitos propriamente modernos no discurso impresso. Assim, devemos ter em mente que o prognóstico da utopia moderna ancora-se primeiramente na linguagem política, pois o autor deve lidar com as ferramentas discursivas disponíveis, concordando que podem ser reinterpretadas após a sua publicação. É por essa razão que acreditamos que o debate conceitual associa-se com o problema da temporalização da temporalidade: o prognóstico exposto deve atender ao seu próprio sentido linguístico. Entretanto, reiteramos que esse debate conceitual está permeado pela ética evolutiva huxleyana da qual Wells embebeu sua

obra. Portanto, devemos esperar que seus conceitos políticos estejam conectados aos preceitos científicos dessa ética.

No primeiro capítulo, iremos explorar o surgimento da palavra utopia em Thomas More a fim de compreendermos não apenas a origem das utopias modernas como também de identificar sua herança intelectual e quais são as suas bases estruturais e narrativas. Partiremos do argumento de que a utopia de More é uma obra crítica que levanta a possibilidade do desenvolvimento de uma ciência utópica do social, ou seja: realizar um afastamento do mundo real através do exercício imaginativo para tentar compreendê-lo. Posteriormente, pretendemos identificar como a palavra utopia ganhou espaço nos parlamentos europeus como conceito político ao passo em que as novas utopias românticas surgiam no campo da literatura, para então chegarmos à chamada “virada distópica” do século XX, momento em que as utopias temporalizadas, aquelas que imaginam um lugar melhor no futuro, ganham ainda mais espaço, embebidas pelos eventos revolucionários da França e Inglaterra, como a Revolução Francesa e a Industrial. Para tanto, torna-se importante verificar como alguns utópicos socialistas realizaram experiências práticas ao criar sociedades utópicas dentro do sistema fabril, como é o caso de Robert Owen e sua comunidade utópica New Lanark. Com isso, acreditamos sermos capazes de identificar o papel da utopia e o virtual surgimento da distopia no momento de discussão das teorias eugênicas inglesas, em especial a eugenia de Thomas Henry Huxley, que influenciou largamente a obra de Herbert George Wells.

No segundo capítulo, procuramos esboçar o conceito wellsiano de utopia cinética, que se trata de uma utopia em movimento perpétuo e portanto dinâmica e infinita. Esse conceito pretende abrir espaço para novas configurações utópicas dentro da própria estrutura temporal da utopia cinética que aqui chamamos de tempo utópico cinético: um futuro que deve ser superado na duração, cuja própria superação será determinada por uma ética de progresso infundável cujo o motor é a liberdade de inovação do ser humano. Para tanto, buscamos analisar as influências de Huxley na obra de Wells, bem como suas ideias eugenistas e como a ética evolutiva influenciou no desenvolvimento do conceito de utopia cinética e quais foram os motivos de Wells compreender sua estrutura utópica como propriamente moderna e superior as obras utópicas anteriores.

Já o terceiro capítulo busca compreender a elaboração do conceito de utopia cinética através de um panorama acerca das publicações utópicas anteriores do autor e de uma análise crítica de *Uma Utopia Moderna*, também discutindo as influências de Thomas Henry Huxley e seu pensamento evolucionista na obra de Wells. Buscaremos apresentar a utopia cinética

como uma proposta de ciência utópica do social através de uma experiência teórica orientada para o futuro tendo como base os problemas do presente.

Por último, no quarto capítulo, verificaremos a temporalização do tempo utópico cinético, buscando compreender melhor qual é o motor dessa história e seu critério de sentido previamente esboçado. Nesse sentido, Wells elenca a liberdade, a individualidade e o progresso como conceitos-chave para entender o funcionamento da utopia cinética, que veremos que são conceitos comuns no âmbito do debate político moderno. Além disso, a própria interpretação wellsiana desses três conceitos é atravessada pela sua compreensão biológica de humanidade, que indica que a evolução humana ocorre a partir de processos artificiais e o controle desses processos é necessário a fim de evitar possíveis degenerações na espécie e aumentar virtualmente a capacidade humana de desempenhar diferentes tarefas, e este controle é garantido por dois atores: a ética evolutiva e o Estado-mundial. Para Wells, a utopia cinética seria tão bem planejada que os seres humanos imperfeitos simplesmente evitariam a reprodução e em troca o Estado-mundial se encarrega de garantir os direitos de subsistência desse cidadão utópico, tudo isso em prol da evolução perpétua da humanidade. Esses dois atores também são amplamente responsáveis pela manutenção do sistema wellsiano como um todo, por exemplo: a ética admite que cada indivíduo é único e dispõe da vontade genuína de construir a utopia e exercer suas paixões pessoais, já o Estado-mundial garante que estes indivíduos possam exercer plenamente todos os seus direitos através de um planeta planejado e com políticas públicas que garantam a competição justa entre cada habitante, para que assim possam experimentar seus impulsos biológicos competitivos.

## CAPÍTULO 1: UTOPIAS DO ESPAÇO E DO TEMPO

Pensar em utopia pode ser, para muitos de nós, imaginar o lugar em que gostaríamos de estar. Subverter o olhar racional, olhar para dentro de nós e imaginar um grande “e se fosse assim?”. Algo bom demais para ser realizado, alcançado ou mesmo racionalizado. Associamos a utopia com fantasia, devaneio, inocência. Até mesmo as mais recentes definições encontradas nos diversos dicionários disponíveis nos confirmam esta definição. Ao seu lado, sua gêmea má, a distopia, também encontra seu lugar no discurso: se utopia é um lugar bom, distopia é um lugar ruim. O céu e o inferno. Conceitos como estes são comuns no século XXI, estão presentes na linguagem popular, nas manchetes políticas, no audiovisual e na literatura. Entretanto, as transformações no campo semântico de utopia podem nos revelar que a história deste conceito e o virtual surgimento da distopia carrega uma história de disputa política e intelectual. Para melhor entender este trâmite, neste capítulo retornaremos brevemente à cunhagem do termo “utopia” por Thomas More em 1516 no contexto da publicação da obra *Utopia*, de modo a buscar a compreensão da estrutura fundamental desse gênero literário utópico e sua herança para a posteridade. Então, buscaremos compreender o processo que Reinhart Koselleck chamou de temporalização da utopia através da investigação dos usos da palavra utopia nos debates parlamentares europeus e sua relação com as obras literárias utópicas durante esse processo. Só assim iremos desembocar na chamada segunda virada distópica, que definiu as diretrizes dos conceitos modernos de utopia e distopia na entrada do século XX. Assim, acreditamos sermos capazes de compreender o papel desempenhado por Herbert George Wells nessa transformação e qual a sua contribuição para a história intelectual das utopias.

### 1.1 A ORIGEM DA UTOPIA EM THOMAS MORE

Em 1516, Thomas More concebe a obra literária *Utopia*<sup>1</sup>, apresentando aos seus leitores um regime político ideal abrigado em uma ilha que carrega o nome do livro. More defende, em *Utopia*, que a vida política não é a aceitação deste ou daquele sistema político ou cosmovisão, mas sim a defesa da justiça como objetivo maior. Para isso, deve-se educar seus cidadãos no campo das humanidades, observando a prática da virtude. Essa virtude no humanismo trata-se de uma parte do processo de recuperação da filosofia clássica. Nesse

---

<sup>1</sup> Título original em latim: *Libellus vere aureus, nec minus salutaris quam festivus, de optimo rei publicae statu deque nova insula Utopia*.

caso, o resgate do conceito ciceroniano de *virtus*. Segundo Skinner (2020), o virtuoso é aquele que é capaz de atingir a excelência através de uma educação adequada e interligada com o estudo da filosofia antiga e da retórica. Para os humanistas, a prática da *virtú*, concebida através dos estudos humanísticos, era determinante para a coesão social.

A narrativa da obra parte do diálogo entre o protagonista, o viajante Rafael Hitlodeu para com o leitor, sendo esse diálogo intermediado pelo próprio Thomas More. Na história, Hitlodeu havia visitado uma ilha utópica, onde ele passou um tempo estudando a sua sociedade e suas instituições. More apresenta e comenta as observações de Hitlodeu, além de fornecer sua própria perspectiva e reflexões sobre os temas discutidos. A sociedade utópica é governada por um sistema político baseado em princípios democráticos e igualitários. O governo de Utopia é uma forma de república que busca o bem comum e a prosperidade coletiva. More, como intermediador, mostra-se cético, apontando não poder concordar com muitas das características da república utopiana, pois não encaixavam em um modelo real de governo e seus modos de governar contradizem as posições políticas dos humanistas.

É justamente esta narrativa dialógica que coloca, segundo Quentin Skinner (2020), Hitlodeu na posição de crítico da sociedade europeia e More na posição de humanista sob o argumento de que é possível compreender *Utopia* como uma crítica humanista ao humanismo a partir da forma em que se estrutura o diálogo. Segundo Skinner, More ataca as ideias políticas progressistas de sua época, sustentadas pelos humanistas que respondiam à burguesia; o que significa dizer que a posição mais correta para um teórico político, para More, seria o de conselheiro dos príncipes. Nesse sentido, o trabalho que havia sendo exercido pelos humanistas que atendiam os burgueses desvirtua o próprio conceito de nobreza, pois centra a ideia de que a nobreza deriva de uma linha hereditária de poder. Ou seja: são nobres pois herdaram uma riqueza e uma posição de poder dentro da sociedade que estava se formando. More estava interessado, assim, em recapitular o que considerava a verdadeira nobreza, que se trata do exercício das virtudes pessoais, como sabedoria, coragem e senso de justiça. Outrossim, ele retoma o papel humanista de educador dentro da sua proposta de supressão das hierarquias sociais, indicando que a manutenção da sociedade se daria a partir da propriedade comunal (remetendo ao feudalismo) e do estudo e exercício da nobreza. As características humanistas levantadas em *Utopia* foram suficientes para situar More ao lado dos humanistas do Norte, posicionando-o como um pensador influente e crítico. Na obra, More debate a moral da humanidade, dá ênfase na educação, valoriza a razão e a filosofia e elabora uma crítica social que reflete preocupação e compromisso com as estruturas da trama social. (SKINNER, 2020)

Segundo Skinner, Thomas More, embora católico e crítico à reforma protestante difundida pelos seus colegas humanistas, acompanhou a emergência das doutrinas e dos expositores do humanismo na Europa que alçaram espaço no norte a partir do final da segunda metade do século XVI. A Universidade de Paris, por exemplo, foi uma das maiores receptoras desse conhecimento através do casamento entre o latim, o grego e as humanidades, por meio de Gregório da Tiferna em 1458, talvez um dos primeiros a introduzir o pensamento humanista no norte. A recepção do humanismo na Europa setentrional teve sucesso, o que influenciou os humanistas italianos a contestarem o ensino escolástico tradicionalista nas universidades. Desse modo, a cultura da Renascença difundiu-se, levando estudiosos do Norte a aprofundarem seus estudos na Itália, seguindo o exemplo de Erasmo de Roterdão e retornarem à sua universidade de origem, como é o caso de William Latimer, William Grocyn e John Colet, estudantes de Oxford que contribuíram para a divulgação e ensino do humanismo em seu retorno. O resultado foi o chamado Renascimento Nórdico, que tange principalmente a Alemanha, França, Inglaterra e Países Baixos. Entretanto, mesmo contrário ao posicionamento político dos humanistas protestantes, More compartilhava dos ideais dos seus colegas, como o interesse pela cultura clássica e a ênfase na educação e conhecimento. Pela sua aproximação intelectual com os humanistas e sua contribuição à literatura, Skinner localiza More ao lado de outros humanistas cristãos como Erasmo de Rotterdam, por exemplo. (SKINNER, 2020).

Para Skinner, More centra suas críticas à aristocracia hereditária, considerada naturalmente virtuosa na época, tampouco simpatizando com a classe burguesa europeia em ascensão sob o argumento de esta aspirar ao interesse individual. Para More, conceber a aristocracia hereditária como fundamentalmente virtuosa ia contra o princípio da virtude, uma vez que esta é alcançada pelo exercício da razão permeada pelos estudos humanísticos. Portanto, *Utopia* atua como uma crítica à sociedade europeia do século XVI, que estaria perdendo o caminho da virtude paulatinamente, dando espaço para uma ideologia baseada no progresso econômico, uma vez que a sociedade se tornou estratificada a partir do dinheiro. A hereditariedade do poder passa a ser antes capital do que genética ou divina (SKINNER, 2020).

Por isso é importante pontuar a configuração econômica de *Utopia*, que não se baseia no câmbio a partir de uma moeda, mas sim se estrutura como uma sociedade comunitária. Portanto, não há espaço para empreendimentos privados. Segundo Skinner:

[...] More insiste em que, se estivermos realmente empenhados em instituir uma república virtuosa, deveremos abandonar a pretensão de que os nobres de nossos dias

sejam homens de autêntica nobreza, e abolir por completo a estrutura social dos 'graus', a fim de garantir que somente os homens de genuína virtude sejam tratados com a honra e reverência a que eles se deve (SKINNER, 2020, p. 277).

Assim, More admite que a existência de "graus" é incompatível com uma república virtuosa, sendo a abolição do dinheiro o primeiro passo para a dissolução da hierarquia social causada pelo mercantilismo, retornando, de certa forma, à pensar o comunitarismo medieval. Para Skinner, More parte do mesmo princípio que os seus contemporâneos: pensar uma teoria social que descubra e estude as causas da miséria e da injustiça. A diferença fundamental de More reside na sua proposta de abolição do que considera a raiz do mal: a propriedade privada (SKINNER, 2020).

A abordagem de Thomas More muito nos auxilia no estudo e análise da obra de *Uma Utopia Moderna*, de Herbert George Wells, pois seus princípios fundamentais se estreitam. Isso significa dizer que ambas obras buscam o distanciamento da realidade para exercer uma crítica à sociedade de forma propositiva, ou seja: buscar no imaginário uma alternativa à experiência vivida através de uma nova composição estrutural da sociedade. Embora sejam obras distantes, é possível observar em *Uma Utopia Moderna* como Wells remonta a ideia de "honra" trazida por More, cujo é definida pelos esforços conscientes de cada indivíduo, que foi o que Wells chamou de exercício pleno das individualidades. A dissolução das castas em More e Wells, nesse sentido, imaginam uma estratificação social diferente daquela encontrada pela luta de classes, onde o pleno exercício do mérito recompensa as grandes personalidades de seu tempo. Isso é melhor observado na utopia wellsiana com seus *Samurai*, um grupo político que corresponde aos melhores indivíduos selecionados pelo sistema utópico mundial. Essa nobreza voluntária muito se aproxima da autêntica nobreza da Utopia de More, por exemplo.

Além disso, os dois trabalhos foram escritos em momentos de acentuada mudança social e permeiam movimentos intelectuais e políticos: o humanismo e o socialismo fabiano respectivamente. Embora a distância entre as obras seja grande, não é possível negar, como veremos mais adiante, que a utopia de Wells esteja amplamente baseada na de More no sentido de desenvolver uma crítica utópica do social.

Fundamentalmente, a *Utopia* de More é uma obra crítica, um trabalho de teoria política que muito contribuiu para o humanismo e fundou a utopia como exercício imaginário, assim introduzindo uma nova ferramenta capaz de abrigar a crítica e antecipação. Nesse sentido, Barbosa nos aponta que a utopia emerge como uma narrativa mítica atuante a partir

de uma espécie de filosofia exemplar ao deslocar-se no espaço-tempo para analisar a sua contemporaneidade ao passo que propõe um programa de mudança. Segundo Barbosa:

O tempo e o espaço são postos em suspensão como plataformas para a rememoração de um acontecimento pedagógico e/ou performático de um determinado grupo, comunidade ou sociedade, valendo-se, inclusive, da abolição de regras formalísticas para uma livre associação e agenciamento de unidades episódicas (BARBOSA, 2003, p. 28).

Porém, o legado da palavra cunhada, o termo “utopia”, desmembrou-se através dos muitos usos da posteridade, ramificando-a, por exemplo, em substantivo comum e gênero literário. Como substantivo comum, o termo passou a referenciar um bom lugar ou então uma ideia ótima porém inalcançável; o contrário da realidade vivida. Segundo Koselleck, a palavra utopia foi utilizada como metáfora para um lugar fora da experiência geográfica humana pela primeira vez em 1620. A partir da Revolução Francesa que seus usos políticos passam a ser intensificados e a designar lugares e comportamentos utópicos. Esse segundo sentido aparece pela primeira vez em 1792, quando Jeremy Bentham toma por utópico alguém que é “bom na teoria” e “ruim da prática”. Para Koselleck, Bentham estava reagindo ao processo de temporalização da utopia, onde as ideias não cabiam mais em espaços, mas sim no tempo futuro (KOSELLECK, 2020, p. 266).

A crítica de Bentham não é definidora de um novo conceito de utopia, embora se aproxime muito de suas definições contemporâneas, que pouco tem a ver com o significado original da palavra, passa a compor o quadro dos usos políticos do termo. Contudo, é preciso compreender os usos da palavra utopia especialmente neste momento de temporalização, pois é o que nos irá possibilitar verificar a sua posição durante a virada do século XIX para o XX, que é o nosso recorte temporal. Isso é, buscaremos a transformação da semântica de utopia através do estudo do processo que Koselleck chamou de “temporalização da utopia”, que se trata de um movimento iniciado a partir do século XVIII, onde as utopias passaram a ser temporalizadas e localizadas no futuro devido a uma série de fatores como: os movimentos políticos que buscavam soluções práticas para os problemas sociais existentes, a crença no progresso humano e as limitações das utopias espaciais inacessíveis. É a partir desses processos que a palavra utopia passa a ser mais difundida no campo político e obter mais relevância. (KOSELLECK, 2020)

Dito isso, procuraremos esboçar os usos positivos e negativos da utopia brevemente, para então partirmos para uma análise apropriada das fontes. Para tanto, veremos na próxima sessão o processo chamado de “temporalização das utopias”, de modo que possamos

compreender onde a utopia de Herbert George Wells está localizada dentro da tradição utópica, que referências ele absorveu e quais eram as condições materiais dadas naquele momento. Assim, seremos capazes de analisar as proposições do autor na obra bem como sua crítica social.

## 1.2 A TEMPORALIZAÇÃO DAS UTOPIAS

Vimos, inicialmente, que a origem da palavra foi dada por ocasião do batismo à uma ilha imaginada por More e que buscava apresentar uma crítica ao silêncio (ou complacência) dos humanistas em relação às classes dominantes do século XVI. Nesse momento, utopia não descreve um lugar perfeito, mas deslocado geograficamente e portanto não sendo capaz de ser analisado materialmente pelos ouvintes do narrador. Por isso, não é possível afirmar que More exerceu um prognóstico sobre a sociedade europeia, mas sim argumentar que o autor fez uso do deslocamento espacial como exercício imaginativo para desenvolver uma crítica. Para Koselleck, esta é a diferença fundamental entre a utopia espacial e a utopia temporal: a utopia espacial se localiza em um não-lugar, enquanto a utopia temporal se localiza no tempo. Ou seja: a utopia do tipo espacial não pode ser acessada nem construída, pois adentra em um espaço imaginado no tempo presente do narrador; ela pode estar localizada no ultramar, em um portal interdimensional ou no fundo do mar, por exemplo. Dessa forma, a utopia espacial é fundamentalmente especulativa, pois não há proposição, instrumento ou mesmo método para que a ideia seja alcançada, apenas esperança. Já a utopia temporalizada responde às condições materiais do presente e pode estar acompanhada de um método, dando critérios de sentido não apenas ao pensamento como também sintetizando ações para o futuro. Nesse sentido, na medida que as utopias eram cada vez mais criticadas por sua falta de aplicabilidade prática, surgiu a necessidade de temporalizá-las e aproximá-las do contexto histórico e social. Localizar a utopia no futuro permitiu que os pensadores utópicos explorassem possibilidades de transformação e vislumbrassem um caminho viável para a concretização de suas ideias. (KOSELLECK, 2014).

Podemos verificar um dos motivos que levaram a esse processo de temporalização das utopias a partir das descobertas do espaço físico em escala global, tal como as Grandes Navegações, que se estende de Thomas More até o século XVIII com a publicação de *O Ano 2440 (1770)* de Louis-Sébastien Mercier, publicação que coincide com a descoberta da Oceania. Durante o período que circunscreve as Grandes Navegações até a obra de Mercier, as utopias espaciais podiam ser entendidas tanto como espaços inalcançáveis como

inexistentes, isso significa dizer que sua verificabilidade estava limitada àquilo que se conhece, àquilo que é experimentado. Por isso, lugares supostamente localizados em espaços ultramarinos ganharam palco na história da utopia, pois "sua credibilidade crescia na medida em que aumentava a distância espacial, que não era facilmente vencida" (KOSELLECK, 2014, p. 124), sendo assim, a possível verificabilidade desses lugares utópicos nutria a ficção. Obras literárias como *Robinson Crusóé (1719)* de Daniel Defoe e *As Viagens de Gulliver (1726)* caminharam nesse sentido, pois indicavam relatos de viagem a espaços não verificáveis pela distância entre o ser humano e os mistérios do mar.

Assim, ao passo em que o mundo terreno era desvelado à comunidade mundial, a utopia passou a localizar-se em outra dimensão: o tempo futuro. Como afirma Koselleck:

As possibilidades espaciais de situar as utopias na finitude da superfície da nossa Terra haviam se esgotado. Os espaços utópicos haviam sido ultrapassados pela experiência. A melhor solução para escapar dessa pressão existencial acumulada era simples, mas precisava ser encontrada. Se a utopia já não podia mais ser estabelecida nem na nossa Terra presente nem no além, era preciso recuar para o futuro (KOSELLECK, 2014, p. 124).

Este período do qual Koselleck se refere, portanto, trata-se antes da possibilidade de desvelar o planeta de forma mais abrangente do que propriamente a descoberta literal de todo o espaço físico conhecido hoje. Cabe lembrar que os processos de descoberta, invasão e colonização do período citado anteriormente respondem ao desenvolvimento de outros acontecimentos da Europa. Enquanto a literatura utópica se ocupou em pensar o que havia no ultramar, os parlamentos europeus aproveitaram a palavra "utopia" para utilizá-la em debates políticos. Desse modo, foi durante a Revolução Inglesa que pela primeira vez a transposição da palavra foi feita para o uso político. Então, "utopia" passa a ser usada pelos franceses na Revolução Francesa e pelos alemães no *Vormärz*. É a partir desses usos políticos que Koselleck anuncia que "utopia" como conceito político não mais tem a ver com a ilha de More ou com um gênero literário sobre espaços inalcançáveis ou inexistentes, mas sim um conceito para se referir a um Estado ideal. (KOSELLECK, 2020)

Do ponto de vista da história da palavra e do conceito, podemos tão somente dizer que a história do gênero, que se ocupa do estado de coisas vigente em constituições projetadas ou de tipos ideais de sociedade, precisa ser diferenciada da designação dada a descrições desse tipo. As designações variam: "*Staatsroman*", "relato de viagem", "robisonada", "*ficta historica*", "*fictiones fabulae*", "*traite d'état*", "*roman politique*", "*voyage imaginaire*", ou "*perfectissima res publica*" etc. (KOSELLECK, 2020, p. 264)

Koselleck argumenta que, embora houvessem muitas as designações para o gênero literário que conhecemos hoje como “utopia”, toda essa amálgama era tangenciada pelas seguintes questões: “a comunidade de bens, o planejamento moral e racional da sociedade, regras cientificamente determinadas para organizar o dia a dia” (KOSELLECK, 2020, p. 265). Discutidas de diferentes perspectivas por cada obra utópica, essas questões permaneceram na sombra da dúvida até que o conceito de utopia fosse matizado politicamente, o que permitiu, junto com as novas condições materiais que iam se abrindo devido ao desvelar do mundo físico e às revoluções que se instalavam na Europa, pensar uma sociedade sistematizada alocada no espaço entre o hoje e o amanhã.

Por esse caminho, para pensarmos na utopia como conceito político moderno, é preciso reforçar que é precisamente neste período, a segunda metade do século XVIII, que o exercício de prognóstico da sociedade agrega-se ao conceito moderno de História<sup>2</sup>, pois este novo conceito possibilitou a agência do destino humano de forma sistematizada e abrangente. Por esse caminho, podemos dizer que o futuro se torna passível de ser tanto compreendido quanto construído por meio de esforços conscientes. É neste sentido que o conceito de utopia passa a ser incorporado na filosofia da história: através do exercício de prognóstico. A capacidade de interpretar o futuro trazido pela utopia temporalizada torna-se uma ferramenta útil na tríade Heideggeriana passado-presente-futuro, pois, conforme Koselleck argumenta, a compreensão da história não está limitada apenas à retrospectiva, mas também requer a projeção do futuro. Isso implica que a experiência histórica de uma sociedade influencia sua visão de futuro e suas expectativas em relação a ele. Nesse sentido, o prognóstico exercido pelas utopias permite influenciar os desdobramentos do futuro e compreender o passado e o presente através da análise de suas expectativas.

Em resumo, a utopia, como ferramenta de prognóstico, relaciona-se à filosofia da história ao oferecer uma visão alternativa do futuro e ao desafiar as noções estabelecidas sobre o desenvolvimento histórico. Ela permite especular e imaginar possibilidades futuras, questionando o *status quo* e buscando a transformação social através da proposta de agenciar a ação humana para o futuro. Essa agência permitiu, entre 1770 e 1800, segundo Koselleck, a construção de

---

<sup>2</sup> A partir de um longo processo de fusão de campos semânticos no tangente à história e temporalidade, o conceito original do alemão *die geschichte* (a História), passou a designar, no século XVIII, a integração das Histórias individuais com a História do mundo. Assim, apresentou um grau de abstração mais elevado do que a tradicional *Historie* do grego. A História então pretendeu entender a complexidade entre os diagnósticos individuais e suas correlações. Segundo Koselleck (2019), o título *Geschichte* passa a aparecer nos livros de História em muito mais volume do que *Historie* desde a metade do século XVIII; o conceito permitia, segundo ele, não apenas a integração entre singular e coletivo, como também a reflexão.

possíveis projetos constitucionais, cujo horizonte era seu potencial de realização e não mais seu caráter irrealizável. Ou seja, a ‘utopia’ se transforma em um conceito associado à conduta política e portador de uma pretensão de generalidade, da qual podem participar todos os que estão alinhados com o futuro (KOSELLECK, 2020, p. 272).

Desse modo, podemos citar como critério geral para esse processo de temporalização da utopia, a secularização do tempo. Esse processo é seguido por outros critérios, que são fundamentalmente atrelados ao conceito rousseauiano moderno de “perfectibilidade”. De forma resumida, a perfectibilidade em Rousseau trata-se da capacidade de atingir a perfeição através da agência humana, mas sem definir se os esforços desembocaram em um saldo positivo ou negativo. Segundo Koselleck:

Por isso, a perfectibilidade é, para Rousseau, um conceito dialético, que contém em si ao mesmo tempo oportunidades de perigos crescentes e de ganhos cada vez maiores. É neutro no que diz respeito ao progresso, mas tematiza a temporalização de todos os objetivos sociais (KOSELLECK, 2019, p. 127).

Já no século XIX, o norte europeu viu-se planejando programas para reorganizar a sociedade devido ao surgimento de diferentes ordens, como agremiações e partidos políticos, por exemplo. Este é o momento onde a palavra “utopista” passa a servir como designação negativa aos adversários políticos, retornando àquele sentido dado por Bentham no século anterior. De fato, são as transformações globais que ocorreram entre o século XIX e XX que enrijecem as críticas aos utópicos, pois a incerteza da utopia jaz na incerteza sobre o futuro. Isso é, o desenvolvimento industrial das máquinas e o virtual surgimento da vida fabril acelerou a experiência temporal de tal forma que desnaturalizou sua própria percepção de tempo. Segundo Koselleck (2015), a experiência temporal é moldada pela interação entre o tempo objetivo, que é medido e quantificado, e o tempo subjetivo, que é vivido e sentido individualmente ou coletivamente. Nesse sentido, podemos dizer que a aceleração dos processos cotidianos, impulsionada pelas máquinas e tecnologias, afetou não apenas uma determinada classe social, mas uma grande parte da população trabalhadora no contexto dos complexos fabris modernos europeus. Essas mudanças incluem desde as fábricas até as locomotivas, prensas rotativas e outros instrumentos. Para Koselleck, A aceleração parece conquistar uma área após a outra, não só o mundo tecnologizado da indústria, o cerne empiricamente verificável de toda aceleração, mas também o dia a dia, a política, a economia e o crescimento da população. [...] (KOSELLECK, 2019, p. 151). Além disso:

A aceleração das interações humanas só pôde ser continuada quando as invenções técnicas correspondentes permitiram a transposição das barreiras naturais. A máxima da aceleração começa a se tornar uma máxima geral da experiência a partir das revoluções Francesa e Industrial. (KOSELLECK, 2019, p. 148)

Conforme afirma Koselleck, a partir da informação, a dinâmica política e social global passa por uma transformação completa, assim como a capacidade de organização política e social. A convergência da informação, ações e eventos, juntamente com seu processamento, está se intensificando cada vez mais. Devido a essa aceleração, a ação e a reflexão estão se aproximando: o ser humano não tem mais escolha senão se refugiar no futuro e planejá-lo, uma vez que os dados provenientes de experiências próprias e alheias estão se tornando cada vez mais acessíveis. Em outras palavras, a aceleração das interações humanas só foi possível com o avanço das invenções técnicas, superando as barreiras naturais, impulsionando a capacidade de organização política e social, que pode estar planejada no futuro. (KOSELLECK, 2019).

Por outro lado, Koselleck aponta que as utopias temporais, localizadas no futuro, são feitas da consciência do autor, que sustenta e controla sua narrativa. Para ele, o “*status* ficcional de uma utopia temporal se distingue do *status* de uma utopia espacial. Os sinais da realidade de sua ficção não estão mais no espaço presente, mas só na consciência do autor” (KOSELLECK, 2014, p. 124-125). Desse modo, a “realidade do futuro só existe como produto do escritor” (KOSELLECK, 2014, p. 125). Isso significa dizer que as utopias que se localizam no tempo futuro são fundamentalmente expectativas do autor e, portanto, estão em correspondência direta com suas intenções. Nesse sentido, as características das utopias permitem desvelar o espaço de experiência do autor.

Para compreendermos a semântica de utopia como conceito na virada do século XVIII para o XIX, consultamos dicionários do início da primeira metade do século XX, comparando suas definições de utopia com os mais populares dicionários online contemporâneos. Esse movimento de consulta aos dicionários se dá pois estes são responsáveis por registrar e documentar o uso e a evolução das palavras e dos termos ao longo das diferentes épocas e contextos linguísticos. Assim buscaremos identificar mudanças de significado, deslocamentos semânticos, novas associações e contextos de uso. Compreendemos que os dicionários são produtos culturais e linguísticos em constante evolução, e que podem refletir visões e preconceitos particulares de uma determinada época e, por essa razão, a utilização dos mesmos se dá a partir do movimento de tentar compreender como o conceito de utopia se cristalizou.

Ao examinar os dicionários de séculos posteriores, poderemos identificar as transformações na noção de utopia desde a obra original de Thomas More, intitulada "Utopia", publicada em 1516. Comparando as definições e os usos registrados ao longo dos séculos, conseguiremos perceber as possíveis variações de interpretação, as influências intelectuais e as transformações sociais que moldaram a compreensão da palavra ao longo do tempo. No entanto, é importante ressaltar que os dicionários por si só não são suficientes para uma análise completa da história dos conceitos. Para obter uma compreensão mais contextualizada, é necessário explorar outras fontes, como obras literárias, tratados filosóficos, documentos históricos e estudos acadêmicos especializados em história dos conceitos e história intelectual. Buscamos e selecionamos os seguintes dicionários para essa breve pesquisa: *The Century Dictionary and Cyclopaedia* (1902) e *A Modern Dictionary of English Language* (1911) da língua inglesa e os dicionários *Novo Dicionario critico e etymologico da Lingua Portugueza* (1836) e o *Diccionario da lingua portugueza* (1789) e língua portuguesa. Além disso, selecionamos os dicionários online *Oxford Advanced Learner's Dictionary*, *Cambridge Dictionary*, e os dicionários online brasileiros *Michaelis*, *Dicio* e *Aulete Digital* à critério de comparação.

Em uma busca pela palavra “utopia” nos dicionários de língua inglesa, pudemos encontrar em *A Modern Dictionary of English Language* de 1911 a definição de uma sociedade imaginada inalcançável, onde prevalece a felicidade e harmonia. Esta é a mesma definição presente no dicionário online *Oxford Advanced Learner's Dictionary*, que define utopia como “um lugar ou estado imaginário onde tudo é perfeito” (UTOPIA, In. Oxford Advanced Learners Dictionary, 2023, tradução nossa)<sup>3</sup>, idêntica àquela que pode ser encontrada no dicionário online de *Cambridge*. O único dicionário de língua inglesa que apresenta a etimologia grega em primeiro lugar é o *The Century Dictionary and Cyclopaedia*.

No caso dos dicionários de língua portuguesa, o *Novo Dicionario critico e etymologico da Lingua Portugueza* define utopia como “uma forma de governo perfeito e por conseguinte imaginário. Vem do título de huma obra do inglez Thomas Morus” (UTOPIA, In. *Novo Dicionario critico e etymologico da Lingua Portugueza*, 1836, p. 952). O *Diccionario da lingua portugueza* entretanto, não apresenta nenhuma definição para a palavra *utopia*, nem mesmo sua definição para “paraíso” se aproxima. Por outro lado, nos traz a palavra “nenhure” cujo a definição é: “dizem nas províncias, à *nenhures* , i. e. a nenhuma parte, ou nenhum

---

<sup>3</sup> an imaginary place or state in which everything is perfect (UTOPIA, In. Oxford Advanced Learners Dictionary. OXFORD: Oxford University Press, 2023. Disponível em: <https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/us/definition/english/utopia?q=utopia> acesso em: 19/01/2023

lugar.” (NENHURE. In. *Diccionario da lingua portugueza*, 1789, p. 113), o que nos remete à palavra *nowhere* popularizada pela obra utópica *News From Nowhere* (notícias de lugar nenhum, em português do Brasil) de William Morris publicada em 1890, quase um século depois da publicação deste dicionário.

Já o dicionário de português brasileiro *Michaelis* traz a seguinte definição: “Qualquer descrição ou conceito imaginário de uma sociedade com um sistema social, político e econômico ideal, com leis justas e dirigentes e políticos verdadeiramente empenhados no bem-estar de seus membros”<sup>4</sup>. Para o dicionário *Aulete Digital*, a definição de utopia aproxima-se daquela encontrada no dicionário anterior porém adiciona-se, na sessão de filosofia política, que “segundo a doutrina marxista, modelo abstrato de sociedade ideal, constituído como crítica à sociedade moderna, porém impossível de se pôr em prática por não se vincular às determinações econômicas e políticas da realidade”<sup>5</sup>.

A partir das informações levantadas é possível perceber a íntima ligação entre a definição trazida por Bentham durante a Revolução Francesa, onde referiu-se como utópicos aqueles que eram incapazes de realizar suas idealizações, e a que pode ser circunscrita através da obra Thomas More, que refere-se à utopia como um lugar-nenhum passível de modificações imaginárias como forma de pensar uma espécie de ciência utópica do social. Resumidamente, Bentham alegou que uma utopia era algo fundamentalmente irrealizável, enquanto More apresentou a ilha de utopia como algo irreal e inalcançável espacialmente. Isso é, Thomas More não propôs que sua utopia fosse realizada, transposta para o mundo real. Assim, podemos dizer que Bentham estava respondendo ao processo de temporalização das utopias ao localizar o conceito de utopia no futuro. O mesmo podemos dizer das definições trazidas pela maioria dos dicionários consultados, que cristalizou-se na compreensão benthamiana de utopia: bom demais pra ser verdade.

Contudo, há algumas diferenças que podemos notar entre as definições encontradas. Em primeiro lugar, os dicionários de língua inglesa do início do século XX já trazem definições de utopia, embora estas não sejam totalmente condizentes com a cunhagem do termo por More, já que há na língua inglesa uma confusão particular entre utopia (não-lugar) e eutopia (bom-lugar), pois suas pronúncias são idênticas. Esta confusão pode ser notada se traçarmos um comparativo entre os dois dicionários ingleses do início do século XX, *The Century dictionary and Cyclopedia* e *A Modern Dictionary of English Language*, o primeiro

---

<sup>4</sup> UTOPIA, In. *Michaelis*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=utopia> acesso em: 19/01/2023

<sup>5</sup> UTOPIA, In. *Aulete Digital*. RIO DE JANEIRO: Lexikon Editora Digital. Disponível em: <https://aulete.com.br/utopia> acesso em: 19/01/2023

expõe a etimologia da palavra, utilizando-a como explicação; já o segundo, decide alocar sua etimologia grega por último, após descrever utopia como uma ideia perfeita porém impraticável. Em segundo lugar, embora haja uma distância de mais de cem anos entre os dicionários ingleses do século XX e os do século XXI, a definição de utopia aparenta ter sido engolida pela eutopia, dando lugar a um sentido pejorativo, abrigando a palavra apenas e exclusivamente no campo das ideias, e não da ação. Por último, vemos nos dicionários online de língua portuguesa que “utopia” também está no campo da ação, pois é definida não apenas como um lugar imaginário, como também pode estar situada na realidade, como é o exemplo trazido pelo dicionário português *Dicio*, que, embora traga entre seu léxico de definições a exata mesma descrição encontrada no dicionário inglês de 1911, a define, também, como “Situações determinadas em que os indivíduos estão em estado pleno de felicidade e harmonia”<sup>6</sup>. Isso nos leva a concluir, pelas informações presentes nas fontes consultadas, que as definições contemporâneas de utopia estão mais engessadas na língua inglesa do que na língua portuguesa, que aparenta entregar maior maleabilidade aos usos da palavra, embora abrigue-a antes no campo da imaginação.

De modo geral, percebemos que, conforme argumentado por Jorge Luiz Barbosa (2002), a utopia como substantivo na contemporaneidade ancora seu significado na impossibilidade. Utilizada muitas vezes em tom pejorativo, aquilo que é chamado de utópico passa a se tratar de algo condenado ao fracasso, à impraticabilidade. Concordamos que essa definição cristalizada nos dicionários consultados não é capaz de nos ajudar a compreender as transformações dos usos e abusos da utopia no decorrer dos séculos, dado seus diversos usos políticos e literários. Sobre isso, Koselleck argumenta que:

Hoje em dia, a expressão ‘utopia’ pode ter conotações positivas ou negativas. Isso depende essencialmente da postura política daqueles que usam a expressão. Passaram-se em torno de trezentos anos desde Thomas More, até que a expressão irrompesse no espaço da linguagem política e social. A expressão ‘utopia’ hoje desperta um tipo usual de pré-compreensão: trata-se de uma categoria sociopolítica, por intermédio da qual determinados elementos do futuro político são antecipados. (KOSELLECK, 2020, p. 263)

Essa pré-compreensão acerca da utopia à qual Koselleck se refere pode ser melhor observada a partir do século XIX, período em que, segundo o autor, encontraremos poucos usos positivos para o tema dentro do debate político. Isso ocorre, pois, o conceito de progresso econômico capitalista emergente da revolução industrial na Inglaterra se utiliza do

---

<sup>6</sup> UTOPIA, In. *Dicio*: Dicionário online de português. LEÇA DO BALIO: 7Graus. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/utopia/> acesso em: 19/01/2023

exercício do prognóstico para planificar o futuro não apenas comercialmente como também ideologicamente. Por outro lado, a elaboração de um critério de sentido não cabe apenas aos capitalistas, como também foi utilizada pelos socialistas, mostrando mais uma vez a amplitude que o conceito de utopia tomou no espaço político. Torna-se possível perceber, como veremos adiante, o estreitamento entre as disputas no campo semântico da utopia e do progresso. Assim podemos afirmar que a temporalização da utopia ancora-se na experiência do tempo moderna como uma espécie de ferramenta para agenciar o futuro. Conforme afirma Elias Thomé Saliba:

A experiência das mudanças aceleradas, pelas quais passava a sociedade, tornara praticamente impossível ignorar a variável temporal; o tempo da história passou a ser visto como virtualmente *aberto*, perpetuamente exposto ao desmentido das circunstâncias que podiam, de forma desmedida, colocar tudo em questão, modificando a totalidade do quadro existente (SALIBA, 2003, p. 60).

Saliba parte do argumento que, a partir das revoluções do século XVIII, a humanidade passa a ter obsessão por “domesticar os acontecimentos” (SALIBA, 2003, p. 65-66), mas é a partir da segunda metade do século XIX que surge a necessidade de atualização dos objetivos e configurações de uma nova ordem social, uma vez que ao realizar a revolução acarretaria no possível fim da história. Para ele, “o fim da história, anunciado pelo carrossel de mudanças que então ocorriam, deveriam ser a fraternidade dos homens e dos povos, fundamentada num ideal, muito próximo de justiça social” (SALIBA, 2003, p. 67).

Desse ponto de vista, a domesticação do tempo no âmago da utopia é tangente ao caso do que Saliba chamou de utopias de *povo-nação*. Esse tipo de utopia refere-se ao advento dos povos, ou então, “povo-nação”, como critério de sentido e, portanto, o fim da história desemboca em uma utopia irreversível às aspirações políticas de um presente a ser superado, ou seja, uma transformação definitiva do presente por meio da consolidação das mudanças provindas dos movimentos populares libertos de suas fronteiras políticas. Um exemplo desse caso é o livro *O Povo*, de Jules Michelet, de 1846, onde o autor historiciza os valores do povo francês, buscando uma identidade comum entre os franceses como forma de superar as instituições políticas e retomar o comunitarismo em busca de liberdade (SALIBA, 2003).

O exemplo de Michelet trazido por Saliba para retomar o argumento acerca das utopias temporalizadas atuarem como uma forma de elaboração sobre os processos nos leva a entender o dinamismo da palavra utopia como lugar comum para referir-se ao espaço entre o hoje e o amanhã. Isso quer dizer que embora a palavra se referisse a um lugar perfeito e por conseguinte inexistente, a agência humana poderia ser eficiente para alcançar sua utopia,

consumado-a na duração. Saliba indica que a proposição de Michelet e outros utópicos da época diferenciava-se fundamentalmente das utopias especiais, por que:

Bem ao contrário do pensamento utópico anterior que colocava em jogo uma concepção clínica de tempo, [...] a utopia romântica, cujo vértice de realização, pelo menos na modalidade que estamos tratando, era a *comunidade popular*, consistia, a rigor, num imaginário, que incorporava, dentro de seus próprios marcos, uma metamorfose contínua, possuía (ou imaginava possuir), por assim dizer, um “final aberto”. (SALIBA, 2003, p. 75)

Esse progresso indefinido nos apresenta o tema do *infinito dinâmico*, uma representação da temporalização do tempo que respondia ao cenário francês de revoluções e a crescente industrialização do período. É esta a temática que Wells remonta em sua utopia cinética ao propor um progresso perpétuo construído coletivamente pela humanidade liberta da concepção de países. Assim, o Estado-mundial wellsiano muito nos remete à herança de Michelet, correspondendo indiretamente ao que Saliba chamou de *povo-nação*, pois os habitantes da utopia de Wells haveriam então alcançado a plena liberdade sem fronteiras.

## CAPÍTULO 2: EUGENIA E DISTOPIA

Este capítulo será dedicado a uma análise sobre o retorno do uso político da utopia e a intensificação na produção de obras literárias utópicas e críticas. buscaremos compreender como a chamada segunda virada distópica para o século XX está ligada ao surgimento do darwinismo e do socialismo, que influenciam de forma significativa o exercício de imaginar o futuro, trazendo novos critérios de sentido à humanidade baseados em pressupostos científicos. Além disso, procuraremos entender o papel dos projetos utópicos dos sistemas fabris, como a New Lanark de Robert Owen e quais as suas influências na elaboração das utopias, bem como sua herança para a construção da utopia wellsiana. Veremos, então, tanto na tentativa desses utópicos em remediar os problemas causados pela industrialização quanto no surgimento do pensamento eugenista, o crescimento dos debates acerca de políticas de planificação da sociedade. Dessa forma, acreditamos sermos capazes de localizar em que contexto social *Uma Utopia Moderna* se insere.

Nossa hipótese é a de que, com a publicação de *A Origem das Espécies* de Charles Darwin em 1859 e a sua popularização, a eugenia surge como resposta para o futuro incerto trazido pela teoria da evolução. Dessa forma, as utopias temporais eugenistas que se surgem a partir no final do século XIX na Inglaterra procuraram lidar com essa temática ao imaginar o futuro pela chave da eugenia. Por outro lado, acreditamos que as disputas políticas no parlamento inglês entre liberais e socialistas, bem como as aplicações práticas de teorias utópicas no sistema fabril também contribuíram para a elaboração dessas utopias temporais como gênero literário. Isso desemboca em um corolário de obras que divergem dialogicamente, associando a eugenia tanto ao futuro imaginado de todos os polos do espectro político, lançando assim a palavra para disputa. Acreditamos que Herbert George Wells procurou sintetizar esses temas em *Uma Utopia Moderna* (1905) através da elaboração do que acredita ser uma utopia propriamente moderna, aglutinando tendências liberais e socialistas fabianas através de uma interpretação ético evolucionária do desenvolvimento da sociedade humana, e da própria humanidade em si.

### 2.1 A CHAMADA SEGUNDA VIRADA DISTÓPICA

Gregory Claeys (2010) utiliza o termo “segunda virada distópica” para se referir a um acentuado retorno no uso político da utopia, uma intensificação na produção de obras literárias utópicas e críticas, remontando a intenção inicial de More (a de criticar a sociedade

através de um distanciamento espacial imaginativo) paralelo ao surgimento da distopia como gênero literário. Essa virada de chave ocorreu na entrada do século XX, acompanhando diretamente o surgimento do darwinismo e do socialismo, que impactaram amplamente o exercício do prognóstico ao conceber novos critérios de sentido à humanidade. Assim surgem, no solavanco das mudanças tecnológicas, espirituais, intelectuais e geopolíticas do norte global, as utopias darwinistas e socialistas no final do século XIX. (CLAEYS, 2010)

Para obter uma melhor visão desse processo, nos aproximando ainda mais do contexto da publicação da nossa fonte, o livro de Herbert George Wells, restringimos nosso campo de observação à Inglaterra e a algumas breves afetações provindas de sua ex-colônia anglófona, os Estados Unidos da América. Aqui, portanto, cabe a nós retomarmos dois temas que nos parecem centrais: a industrialização e a eugenia. Será a partir desses dois termos que construiremos nosso debate acerca da utopia e o surgimento da distopia, para então compreender como *Uma Utopia Moderna* permeia essa discussão.

## 2.2 AS COMUNIDADES UTÓPICAS NO SISTEMA FABRIL

Os novos processos de fabricação trazidos pela Revolução Industrial tiveram impactos diretos na sociedade civil e na vida política a partir do estabelecimento de uma nova ordem social em volta da imagem da fábrica. O processo de desenvolvimento das grandes indústrias concomitante à adesão da população ao trabalho industrial, entretanto, não foi imediato. Até o século XIX, a manufatura ainda era empregada em uma escala modesta. Segundo Joshua B. Freeman, na metade do século, os estabelecimentos fabris dos Estados Unidos “empregavam em média, menos de oito trabalhadores” (FREEMAN, 2019, p. 19). Isso deve-se à dificuldade em encontrar matérias primas,<sup>7</sup> que acelerou o desenvolvimento das máquinas para obter maior aproveitamento. O tear mecânico assume um papel importante nesse contexto, pois as fábricas de tecido na Inglaterra desenvolveram-se rapidamente, empregando milhares de trabalhadores até a metade do século XIX. Contudo, como aponta Freeman, “embora as fábricas grandes tenham-se tornado uma visão familiar no início do século XIX, não eram o modelo de produção mais comum da indústria têxtil britânica”. Diferente disso, “[...] em 1838, o cotonifício médio tinha 132 trabalhadores. [...] Em Lancashire, a região têxtil mais importante, somente 85 de 1105 fábricas empregavam mais de

---

<sup>7</sup> As primeiras grandes fábricas produziam tecidos feitos de algodão, material de difícil importação no século XVIII. Geralmente era importado da Ásia e Oriente Médio. (FREEMAN, 2019)

quinhentos operários em 1841”. Já a produção não fabril continuava crescendo. (FREEMAN, 2019, p. 27).

A grande mudança no cenário urbano ocorreu a partir da metade do século XIX, quando os teares mecânicos passaram a adentrar a casa dos tecelões e as pequenas fábricas ocuparam ainda mais as cidades inglesas. Nesse momento, as grandes fábricas ainda eram exceção, pois lidavam apenas com uma maior divisão de trabalho, assim alcançando as metas de produção e evitando a expansão das menores. Segundo Freeman, os economistas da época entendiam as grandes fábricas como uma espécie de aglutinação de várias estruturas pequenas, tratando-se, portanto, de uma centralização, que garantia um maior controle na produção (FREEMAN, 2019).

Segundo Freeman (2019), as razões empregadas pelos historiadores da industrialização acerca das mudanças sociais são diversas, e estão entre elas: o aumento da produtividade, a supervisão do trabalho e a superioridade técnica. Já historiadores econômicos recentes apontam que o surgimento do sistema fabril se dá a partir da criação de redes de produtores domésticos no centro da Europa, expandindo em larga escala a produção rural. De um modo ou de outro, o fato é que as fábricas avançaram rapidamente, abrindo espaço para investimentos e uma nova organização social foi anunciada, compassada pela velocidade de produção e trabalho no piso da fábrica. Esse tempo desnaturalizado levantava uma série de desafios para a nova classe burguesa industrial, tais como: a falta de moeda para pagar os funcionários, a distância entre alguns complexos fabris e a área rural, o descontentamento dos trabalhadores, entre outros.

Nesse cenário, as grandes fábricas eram uma visão fantástica, geradora de diversas opiniões, interpretações e prognósticos. Isso porque as máquinas trouxeram mudanças sem precedentes, arraigando-se sobretudo ao ideário capitalista de progresso. Não bastava a própria existência da máquina, mas também sua divulgação, que se dava através da propaganda e da sua literal espetacularização através de grandes eventos para apresentar o maquinário. É possível afirmar que elas, as grandes fábricas, tornaram-se regentes de um certo heroísmo progressista alarmado. Joshua B. Freeman ao dissertar sobre o tema, argumenta que “a concentração em maravilhas mecânicas e abundância industrial media o quanto as perspectivas de grandeza e progresso nacional haviam mudado durante meio século, desde a abertura das fábricas de Lowell”. Como característica da modernidade, os americanos passaram a ver “as máquinas e a produção mecânica como essenciais para o significado da experiência nacional [...]. Desse modo, “os americanos acreditavam que elas estavam abrindo

as portas para uma nova era de abundância, liberdade e poder nacional sem precedentes” (FREEMAN, 2019, p. 97).

A abertura das fábricas de Lowell foi descrita na Inglaterra por Charles Dickens como uma espécie de visão utópica, que pouco tinha a ver com as ruas cinzas de Londres. O inglês argumentou que seria injusto comparar as condições de Lowell com as londrinas pois seria como “comparar o bem com o mal” (DICKENS, 1842 *apud* FREEMAN, 2019, p. 59). Durante sua visita aos Estados Unidos em 1842, Dickens se recusou a desenhar o comparativo entre as fábricas estadunidenses e de sua terra natal, sob o argumento de que as condições de trabalho eram muito diferentes, a começar pelo fato de que as mulheres que trabalhavam na manufatura não formavam uma comunidade manufatureira, como na Inglaterra, pois trabalhavam alguns anos nas fábricas e retornavam para casa. Na visão de Dickens, Lowell era uma cidade inspiradora, ao contrário das fábricas londrinas que eram sinônimo de sofrimento (DICKENS, 1842).

Mas Dickens não foi o único viajante a retratar as diferenças entre o espetáculo estadunidense e a industrialização da Inglaterra. Também o fizeram o inglês John Dix, o economista francês Michael Chevalier e o romancista Anthony Trollope, que referiu-se à Lowell como uma “utopia comercial” (FREEMAN, 2019, p. 59).

Podemos concordar que a industrialização à vapor trouxe duas principais mudanças: a aceleração do tempo e o espetáculo das máquinas como suporte ideológico ao capitalismo. Com a aceleração do tempo, nos referimos, portanto, ao argumento de Koselleck (2019) acerca da associação das máquinas modernas à velocidade de produção e transporte, que desnaturaliza a percepção de tempo humana. Segundo Koselleck, os mecanismos de medir e contar o tempo, bem como as ferramentas de produção e transporte que são anteriores às máquinas à vapor, utilizavam-se de recursos naturais. Por exemplo: o relógio de sol, o cavalo e o arado são ferramentas que permitiam uma maior produção, entretanto dentro do tempo da natureza, ou seja, o tempo natural. É a partir das máquinas que o tempo de produção aumenta de forma muito mais acentuada, pois o ser humano precisa se adaptar ao tempo da máquina e não o contrário. Nesse sentido, ao elencarmos o espetáculo das máquinas, estamos trazendo Freeman para o debate, através de seu argumento de que a produção em larga escala não definiu o sucesso das fábricas, mas sim os processos ideológicos impostos aos trabalhadores. Isso significa dizer que as políticas liberais de não-intervenção às condições miseráveis dos trabalhadores ingleses e a doutrina do trabalho, responsável por inserir a cultura do trabalho exaustivo, oprimiam os trabalhadores, de um lado. Do outro, a doutrina liberal mostrava as

fábricas como linha de frente do progresso econômico através de exposições, turismo de fábrica e obras de arte que idealizaram o sistema fabril (FREEMAN, 2019).

Como forma de responder ao teatro das máquinas e remediar os problemas trazidos pelo sistema fabril, surge na Inglaterra a centelha da utopia moderna como modelo prático de reestruturação social. Já no início do século XIX houve tentativas de estabelecer comunidades que apresentariam a gênese dos ideais socialistas, contando com sistemas econômicos próprios e/ou compartilhando uma ideologia comum. As primeiras experiências utópicas do século XIX obtiveram fama a partir de três principais nomes: Robert Owen, Charles Fourier e Henri de Saint-Simon, considerados antecessores do socialismo moderno (CLAEYS, 2010).

O caso da vila industrial New Lanark, adjacente às fábricas de algodão de David Dale, talvez seja o melhor exemplo para trazermos à mesa, devido ao sucesso de sua primeira experiência e ao legado de Owen ao socialismo britânico. A vila foi adquirida em 1800 por Robert Owen, considerado o fundador do socialismo inglês, em sociedade com David Dale. A principal novidade que Owen trouxe a New Lanark, entre 1800 e 1825, foi a introdução aos trabalhadores de diversos benefícios que não existiam na época, tais como a promoção da educação infantil e um fundo de garantia à saúde usufruído por toda a comunidade trabalhadora. O projeto foi governado paternalmente por Owen, agindo como gerente e sócio proprietário do estabelecimento, que procurava agregar os princípios capitalistas à uma vida de bem-estar geral. Dessa forma, ainda não podemos considerar New Lanark uma comunidade socialista.

Contudo, New Lanark marcou apenas o nascimento da visão de Owen. A partir de 1817, ele dedicou-se cada vez mais a resolver a pobreza realocando os pobres em comunidades rurais, onde bens seriam compartilhados e o trabalho distribuído com justiça. Enquanto o movimento owenista se desenvolveu entre as décadas de 1820 e 1840, foram feitas inúmeras tentativas de replicar o sucesso de New Lanark (CLAEYS, 2013, p. 133).

Os projetos utópicos owenistas estenderam-se até os Estados Unidos, onde mais de vinte projetos tentaram replicar seu sucesso, mas duraram pouco mais de um ano. Ainda no Reino Unido, um importante empreendimento owenista foi fundado em Tytherly no final de 1830. Tratava-se de um enorme projeto utópico, contando com tecnologia avançada e materiais de grande qualidade. Contudo, a baixa qualidade da terra para manter um sistema autossuficiente e a recessão industrial e agrícola levou a colônia ao fracasso. Segundo Claeys, Friedrich Engels observou essa queda e percebeu “a necessidade de fundar o socialismo em

escala nacional - por meio de revolução, e não a partir de um projeto filantrópico” (CLAEYS, 2013, p. 135).

Esses projetos filantrópicos, como as comunidades fundadas por Owen, New Lanark e New Harmony, por exemplo, foram criticados por Marx e Engels na segunda metade do século XIX, pois a revolução precisava ser pragmática e dialogar diretamente com a temática de luta de classes contra o capital. O problema das utopias, para Marx, por exemplo, era a falta de uma teoria da história que reconhecesse “os diversos elementos do mal-estar contemporâneo como resultados da dominação do capital, de suas determinações” (PAULA, 2013, p. 108). Desse modo, a crítica marxista à utopia, a considera um desvio no objetivo prático, que era a realização da revolução a partir da materialidade. Por outro lado, o marxismo não corta laços com a característica imaginativa do pensamento utópico, pois reitera, segundo Paula, que a emancipação do homem deve ser um objetivo comum localizado no futuro e portanto podemos afirmar que é algo imaginado. Desse modo, o que é “utópico”, para Marx, é o pensamento reformista ingênuo de realizar pequenas mudanças esperando que a revolução socialista eventualmente aconteça. É o que ele chama de ilusão pequeno-burguesa (PAULA, 2013).

A partir da metade do século XIX, a utopia passa se comportar ainda mais polissemicamente, pois em seu campo semântico podemos encontrar antecipação, orientação e esperança ao mesmo tempo que impossibilidade, ingenuidade e desejo. Nos parece, entretanto, que o lugar comum da utopia é o exercício, prático ou imaginário, de uma reconfiguração da sociedade a partir da crítica ao espaço de experiência. Dessa forma, os usos políticos do conceito na virada para o século XX são os principais responsáveis pela consolidação da definição comum de utopia na contemporaneidade, aquela que a apresenta como um conceito político pejorativo ancorado no impossível. É revisando essa impossibilidade que Wells busca um novo caminho para o desenvolvimento de uma ciência utópica do social, ao propor uma utopia em movimento perpétuo e propriamente moderna. Pois ele entende que as utopias anteriores e mesmo os pensamentos que considerou utópicos demais ou até mesmo ingênuos, como os do próprio jovem Marx, não podiam dar conta de um prognóstico planejado para ser realizado na duração. Por isso, a utopia cinética encontra na ética evolutiva uma possibilidade de construção que se dá entre o hoje e o amanhã. Nesse sentido, Wells observou os socialistas fabianos e as tentativas de construção utópica das sociedades fabris e parece ter identificado que o problema da infelicidade e das chagas do mundo era fruto da falta de uma ética comum, que, nesse caso, é a ética evolutiva.

## 2.2 O PENSAMENTO EUGENISTA E O SURGIMENTO DA DISTOPIA

Ocupando o mesmo espaço do surgimento das comunidades utópicas estadunidenses e do socialismo fabiano, estão o darwinismo social e a eugenia. O movimento de dialogá-los não é arbitrário e não possui como único critério a contemporaneidade de sua emergência, mas sim a apropriação dos conceitos darwinistas e eugênicos nos discursos utópicos e socialistas bem como suas antíteses. Algumas comunidades utópicas dos Estados Unidos implementaram políticas eugenistas, como é o caso da Oneida fundada em 1848, a Hopedale em 1842 e a Ceresco em 1852. Embora essas comunidades tivessem abordagens diferentes, fundamentalmente defendiam o casamento seletivo como forma de melhoramento da raça humana. Isso nos revela como as práticas eugenistas existiam antes mesmo da elaboração da eugenia por Francis Galton. Entretanto, o que nos interessa, neste ponto, é como o eugenismo, surgido através da interpretação galtoniana da teoria da evolução, atuou no discurso utopista. Para isso, compreenderemos melhor o que é o eugenismo e algumas das suas implicações na Inglaterra.

Cunhada por Francis Galton em 1883, a eugenia defendia que a hereditariedade era responsável por transmitir qualidades mentais, físicas e criativas. Desse modo, influências exteriores alheias à genética não eram capazes de promover a melhora no indivíduo, em outras palavras: o meio não determina ou influencia o ser humano de modo significativo. Galton defendia que pessoas de padrões indesejáveis trariam uma piora para a linhagem, gerando herdeiros imperfeitos. Contudo, ele não advogou a eugenia impositiva, que pode incluir esterilizações forçadas, proibições ao casamento entre determinados grupos étnicos ou portadores de doenças hereditárias, incentivos financeiros para promover a reprodução de grupos considerados "superiores" e até mesmo a eliminação de pessoas consideradas indesejáveis. Entretanto, ele acreditava em uma espécie de doutrina, uma "religião" cujo juízo moral seria responsável por induzir as pessoas consideradas "mal-nascidas" a evitarem a reprodução. Segundo Pietra Diwan, a novidade trazida no final do século XIX pela eugenia foi:

[...] o advento do conhecimento biológico e sua influência na vida social com a finalidade de controlar as populações, entendendo-as como espécie. O que Foucault chamou de biopoder. Esse biopoder emergiu do rápido crescimento do capitalismo no século XIX e sua incidência sobre a vida sujeitará e docilizará os corpos a partir de então, potencializando com sutilezas disciplinares as relações do homem com seu meio social (DIWAN, 2007, p. 27).

Assim, Pietra Diwan argumenta que a teoria evolucionista contribuiu para a biologização da sociedade, ecoando na linguagem política através do surgimento do pensamento eugenista, higienista, e do darwinismo social. Embora os três conceitos sejam distintos, podem ser chamados de degeneracionistas. Pois referem-se a teorias ou ideias que sugerem que uma sociedade, cultura ou grupo está em declínio ou deterioração. Essas teorias normalmente alegam que há uma perda de valores, decadência moral, enfraquecimento físico ou mental, ou uma falta de vitalidade em comparação a um passado idealizado (DIWAN, 2007).

O darwinismo social aplicava a ideia de seleção natural e sobrevivência do mais apto às sociedades humanas, argumentando que a desigualdade social e as hierarquias eram resultados naturais da competição e do progresso social. Essa ideia justificava a hierarquização das sociedades, legitimando o poder das classes dominantes e perpetuando a discriminação social. A eugenia é uma teoria que defende a melhoria genética da população por meio de intervenções seletivas de reprodução. Ela tem origem no final do século XIX e início do século XX e se baseia na crença de que certos traços hereditários desejáveis podem ser promovidos por meio do incentivo à procriação de indivíduos considerados "superiores" e pela restrição da procriação de indivíduos considerados "inferiores". O higienismo é uma abordagem que enfatiza a promoção da saúde e a prevenção de doenças através de medidas sanitárias e comportamentais. No final do século XIX e início do século XX, o higienismo estava ligado a movimentos de reforma social e de saúde pública. (DIWAN, 2007).

Desse ponto, os discursos dos darwinistas sociais ganharam espaço no começo do século XX, agindo de forma transversal, buscando explicações totalizantes e, entre o segmento da direita política, buscaram justificar as injustiças causadas pelo sistema liberal, encaradas por eles como consequências da contaminação social causada pela miscigenação. Além disso, muitos darwinistas sociais eram apoiadores da eugenia. (DIWAN, 2007).

Dentro da atuação desses grupos no cenário londrino vitoriano, por exemplo, os higienistas acusavam os operários de degenerarem a sociedade inglesa, uma vez que viviam em condições insalubres e portanto poderiam levar a população inglesa ao desastre. A situação precária desses trabalhadores na segunda metade do século XIX desencadeou crises trabalhistas e sanitárias, que levaram às greves, como a greve das docas de Londres que ocorreu em 1889, responsável pela consolidação dos movimentos trabalhistas, por exemplo (BEAN, 1973). A própria existência dessa população considerada fraca e inapta era vista pelos eugenistas como uma ameaça para o progresso dos ingleses, devendo estes, portanto, não receber qualquer tipo de auxílio do Estado. Galton teceu grandes esforços para provar que

os genes da elite inglesa eram superiores aos da classe trabalhadora, utilizando-se de diferentes métodos, como o dos retratos compostos, por exemplo, que “consistia na superposição de fotografias de rostos de modo a evidenciar características comuns”. Galton acreditava que assim “seria possível obter os retratos típicos de saúde, doença e criminalidade. O desejo dele era aplicar o método de retratos compostos a toda a sociedade inglesa.” Dessa forma seria capaz de traçar tipos determinados de indivíduos, podendo então “controlar casamentos, impedir a reprodução e, se não melhorar a raça, ao menos evitar piorá-la” (DIWAN, 2007, p. 42)

Dito isso, a motivação histórica das estratégias eugenistas estava pautada naquilo que viam como crescente degeneração das sociedades a partir dos novos modos de vida, seguindo o argumento malthusiano de que a produção de alimentos, com o tempo, seria incapaz de suprir a necessidade de todos, tornando necessária a higienização da sociedade e o controle de natalidade. Através destas observações, os leitores de Charles Darwin da ala mais conservadora acreditavam que políticas estatais iriam contra a seleção natural e, portanto, a remanescente dos mais aptos, tese que foi defendida por Galton no desenvolvimento da sua ideologia eugenista. Para o mesmo, o estado de bem-estar social era incapaz de dotar a sociedade de seres humanos superiores; ao contrário: garantia a sobrevivência dos mais fracos, tornando a eugenia um processo lento. “Assim sendo, politicamente, a eugenia exigia intervenção estatal substancial no interesse do desenvolvimento da espécie humana a longo prazo” (CLAEYS, 2002, p. 51).

Embora o eugenismo galtoniano tenha raízes na Inglaterra, as ideias do autor não se popularizaram entre os ingleses, ao contrário do que aconteceu nos Estados Unidos. Os estadunidenses chegaram a fundar uma sociedade eugênica, chamada Associação Americana de Reprodução, conseguindo passar uma lei de esterilização em 1907 no estado de Indiana, propagando-se por outros estados e sendo completamente revogada apenas em 1970. A lei permitia que instituições estatais, como hospitais e instituições para pessoas com deficiências mentais, realizassem a esterilização cirúrgica em indivíduos considerados inadequados para a reprodução (DIWAN, 2007).

Embora o eugenismo tenha se tornado mais influente nos Estados Unidos da América, outras teorias chamadas degeneracionistas estavam em debate na Inglaterra devido às consequências do modo de produção focado nas fábricas. Os darwinistas sociais acreditavam que os operários estavam degenerando devido aos impactos da pobreza. Já os higienistas estavam propondo políticas públicas para melhorar a saúde destes trabalhadores, visando a retomada da produtividade. Nesse quadro, os trabalhadores mobilizam-se na luta por direitos

trabalhistas e melhores condições de vida, sendo impulsionados pela greve dos estivadores em 1889. A partir dessas movimentações, higienistas, darwinistas sociais e eugenistas debatiam as melhores soluções para combater os problemas gerados pelo sistema capitalista, que, na visão dos teóricos degeneracionistas, eram causados pelos próprios trabalhadores. Segundo Pietra Diwan, o “*welfare state*, [estado de bem-estar social]” surge “a partir de pressões resultantes do crescimento capitalista que forçaram o Estado a se transformar estruturalmente” para responder às demandas dos trabalhadores (DIWAN, 2007, p. 37)

Os higienistas defenderam uma reforma sanitária e moral dos trabalhadores. Para eles, o Estado deveria prover os meios para que os operários pudessem estar em plena saúde física e mental, e isso se daria, além de tratamento médico, através da educação. Já os eugenistas compreendiam essa proposta como absurda, pois não solucionaria o problema imediatamente. Para os eugenistas, os ingleses pobres e considerados inaptos deveriam ser esterilizados ou proibidos de se reproduzirem (DIWAN, 2007)

Em primeiro lugar, acreditamos que é preciso compreender o eugenismo como uma proposta de critério de sentido para o futuro da humanidade e, portanto, o progresso perfeito da civilização. Isso porque a inovação na ciência natural trazida por Darwin através da teoria da evolução expandiu-se para diversas áreas a partir da compreensão da sociedade como um organismo. O fisiologista Claude Bernard, por exemplo, acreditava que poderíamos encontrar a essência e o sentido da vida humana a partir do estudo da física e da química e assim decifrar os problemas sociais. Já a concepção científica mais importante para esta pesquisa talvez seja a de evolucionismo, marco histórico que rompe a concepção única de origem “mítico-religiosa” (DIWAN, 2007, p. 30). Assim, Darwin põe a mesa a possibilidade de debater a origem da humanidade para além da ideia de que o mundo é gênese do divino, ou até mesmo associar as duas perspectivas: a criacionista de origem religiosa e a evolucionista.

*A origem das espécies*, publicada em 1859, foi uma interpretação alternativa – e também conflitante – à forma como a origem do mundo e do ser humano, com respaldo nos textos bíblicos, foi apresentada ao longo dos séculos pelo cristianismo, religião que tinha enorme influência social e cultural no cenário inglês do século XIX. Consciente dessa situação, Darwin foi cauteloso em apresentar uma análise naturalista do ser humano, o que ocorreu apenas em 1871, com a publicação de *A origem do homem e a seleção sexual*. E ele manteve-se, apesar dessa obra, bastante reservado em expor publicamente opiniões sobre religião e a fé em Deus (SILVA, 2020, p. 54).

A ideia de haver um modo de observar e interpretar a sociedade e o tempo de forma não centrada unicamente na crença do divino, como era o caso apresentado em *A Origem das Espécies* é um dos fundamentos da ideia galtoniana de propor a adesão da eugenia como uma

espécie de religião, tornando assim o indivíduo como peça central do desenvolvimento da humanidade através dos princípios eugênicos; dessa forma, a eugenia se propôs uma “religião racional”. Se, a partir da leitura de Darwin, Galton pôde compreender que a *Origem das Espécies* tornou possível pensar a história dos seres humanos e dos animais pela ótica das ciências biológicas, então seria possível pensar um código de moral e conduta baseado no estudo das ciências sociais através dos conhecimentos trazidos por Darwin sobre a importância da variabilidade e da herança de características.

Em segundo lugar, acreditamos, a partir do que fora levantado até aqui, que a eugenia tentou lidar com o futuro incerto trazido pela teoria da evolução, uma vez que esta retira Deus do mecanismo do tempo. Assim argumentamos que a eugenia poderia ser encarada como doutrina ao preencher essa lacuna temporal, dando sentido à vida dos crentes eugênicos, uma vez que poderiam vir a atingir a sociedade perfeita em plano terreno e assim encontrando o seu fim da História.

Estando em pauta os discursos acerca do desenvolvimento social, uma vez que a teoria da evolução tornou possível pensar a planificação social na esfera evolutiva, alguns literatos utópicos passaram a pensar através da chave da eugenia. Assim sendo, desde o momento em que se assume que a evolução da espécie humana pode ser direcionada por processos racionais, seu fim pode ser negativo ou positivo, à depender da visão de quem escreve e de quem lê. Dá-se aí a possibilidade de observar o surgimento do gênero literário distópico, pois as utopias eugênicas partem do princípio da extrapolação das características negativas dos seres humanos da sociedade do tempo presente e sua virtual aniquilação no futuro imaginado. Utopias eugênicas só são positivas quando são lidas por eugenistas, pois são pensadas para os eugenistas. Além disso, elas compartilham características comuns, como o temor pelo futuro socialista, o resgate de valores conservadores e o alarmismo em relação ao progresso social. Isso configura, para nós, uma distopia; é o lugar ruim (CLAEYS, 2002).

Nesse sentido, as utopias eugênicas surgem para imaginar um futuro onde a raça humana atinge seu potencial máximo em detrimento da eliminação dos imperfeitos. Segundo Gregory Claeys, o desenvolvimento planejado da sociedade eugenista se tratava de uma variante da utopia, tendo seu fim a perfeição da raça humana como máxima para resolver os problemas sociais. Para tanto, a eugenia galtoniana hierarquizou os seres humanos em raças mais ou menos aptas. Nessa hierarquia, Galton argumenta em seu livro *Hereditary Genius* (1869) que a “raça negra” é inferior à “anglo-saxônica”, e entre a povos caucasianos, os Escoceses das terras baixas são inferiores ao Inglês médio, enquanto “a raça mais hábil da qual a História nos apresenta testemunho é inquestionavelmente a do Grego Antigo”

(GALTON, 1869, p. 340). Para ele, os gregos eram exemplos de conquistas notáveis, como na filosofia, arte e literatura. Galton acreditava que essas habilidades eram transmitidas por hereditariedade e que a raça grega era um exemplo de excelência genética.

O aflorado debate acerca da eugenia na época abrangeu desde à proposta genocídio dos mais fracos em prol do progresso biológico da humanidade, até sugestões como: esterelização, leis para reduzir a natalidade, restrição do número de filhos por casal, divisão da sociedade através da detecção de características biológicas, entre outras. A Lei de Esterilização de Deficientes Mentais de 1913, também conhecida como a Lei de Esterilização de Idiotas, por exemplo, foi uma legislação aprovada no Reino Unido com o objetivo de permitir a esterilização compulsória de pessoas consideradas deficientes mentais. Foi uma das primeiras leis eugênicas a serem promulgadas no país. Essa lei foi revogada apenas em 1949. Parte desse pensamento eugenista inglês pode ser observado, por exemplo, em *Uma Utopia Moderna*, que propõe a adesão do pensamento eugenista não-impositivo aos indivíduos deficientes, que segundo Wells não irão se reproduzir em prol da evolução da humanidade.

Embora possamos discorrer sobre as diferenças entre utopia e distopia, concordamos que devido à complexidade do quadro de transformações políticas e literárias que acompanharam a palavra “distopia” durante a segunda virada distópica, o ato de estabelecer um critério que defina este ou aquele gênero literário durante esse movimento, especialmente na Europa, é um exercício difícil. Reinhart Koselleck (2019) nos indica que a modernidade produziu muitas variantes e hibridismos do estilo utópico-distópico. Já para Elias Tomé Saliba (2003), o esforço de compreender esse quadro de transformações confundia-se com a própria elaboração das utopias modernas e, por essa razão, torna-se difícil classificá-las. Reforçamos aqui, portanto, que nossa intenção não é identificar cada subgênero da utopia, mas sim defender a tese de que utopia e distopia, embora consideradas gêneros literários opostos com suas próprias características, podem ser lidas de forma dialética. Isso significa dizer que podem ser lidas de forma dialética significa que esses dois conceitos opostos podem ser entendidos como partes de um processo de contradição e interação. Compreendendo fenômenos por meio da análise das contradições internas e dos conflitos entre diferentes elementos. Ao ler utopia e distopia de forma dialética, considera-se que esses conceitos não são completamente separados, mas estão em constante diálogo e podem se transformar um no outro. Por exemplo, uma utopia pode conter elementos distópicos em seu cerne, indicando a possibilidade de um futuro indesejável se certas condições não forem atendidas.

Para Gregory Claeys, a gênese inglesa da distopia como gênero literário esteve fundamentada tanto no processo de crítica ao socialismo quanto na paulatina adesão ao

eugenismo pela ala intelectual mais conservadora. Nesse sentido, as visões distópicas anti-socialistas podem ser observadas pelo crescente número de obras críticas na virada do século XIX para o XX, que em vez de apresentarem visões idealizadas de uma sociedade futura, buscavam desacreditar e ridicularizar os fundamentos e propostas socialistas. As críticas variam, mas geralmente incluíam argumentos contra a igualdade social, a coletivização dos meios de produção e a redistribuição de riqueza propostas pelos socialistas. Esse é o caso de publicadas por autores como Charles Fairchild, Percy Clarke e John Milne, por exemplo. O livro *Red England: a tale of the socialist horror* [tradução livre, *Inglaterra vermelha: um conto do terror socialista*], publicado por John Milne em 1909, chegou a combinar a crítica à eugenia e ao socialismo, o que não era incomum no pensamento dos anti-socialistas ingleses, uma vez que havia grupos que sustentavam o argumento de que a eugenia só podia ser alcançada em uma nação socialista, pois uma nação socialista é uma nação planificada (CLAEYS, 2010).

Segundo Karl Pearson, discípulo de Galton, a eugenia estava intimamente relacionada ao socialismo, pois este último reconheceu que "o projeto social tem dependido de uma organização da sociedade que exerce pouco controle sobre a luta individual pela sobrevivência dentro do grupo" (CLAEYS, 2002, p. 51). Para Pearson, o socialismo oferecia uma abordagem mais eficiente no uso dos recursos existentes, direcionando-os de forma equitativa e visando ao aprimoramento da sociedade como um todo. Ele argumentava que o socialismo poderia permitir um controle mais adequado sobre a competição individual, buscando uma distribuição justa dos recursos (CLAEYS, 2002).

Seguindo a argumentação de Claeys, podemos assumir que, para os eugenistas, a degradação física e moral de uma nação devido ao não-controle da natalidade se tratava de uma visão distópica. Isso é o que podemos também observar no uso político do termo "distopia", proferido pela primeira vez em 1868 por John Stuart Mill em um debate parlamentar, utilizando-o para descrever um futuro degenerado que se originaria a partir dos vícios da sociedade trazidos pelos irlandeses durante o episódio da chamada Grande Fome na Irlanda, tais como a insubordinação e a falta de cooperação entre os irlandeses.<sup>8</sup> O uso do

---

<sup>8</sup> O filósofo liberal e utilitarista John Stuart Mill defendia a tese de que o progresso social deveria prover o exercício das liberdades individuais sem comprometer a ordem social. Para ele, o socialismo não seria capaz de promover o progresso social pois supostamente seria responsável por retirar essas liberdades em prol da comunidade (MATTOS, 1999). Nesse sentido, Stuart Mill defendia uma reforma no sistema econômico irlandês, não entendendo a crise como uma consequência do imperialismo inglês. A Grande Fome, para os liberais como ele, havia sido causada pelo próprio sistema irlandês, que teria sido o responsável por gerar uma superpopulação incapaz de manter-se de forma autônoma, defendendo então uma reforma agrária de propriedade camponesa, que seria responsável por recuperar a moral irlandesa, assim evitando sua degeneração. A intenção de Stuart Mill ao defender esta reforma, que confere a propriedade ao camponês, era de desenvolver o sentimento de progresso capitalista, acreditando que a propriedade privada fomentaria a indústria e a independência (KAWANA, 2010).

conceito de distopia por Stuart Mill não está distante do que podemos encontrar no gênero literário distópico, pelo contrário. O termo político e literário estão diretamente ligados com as seguintes características descritas Gregory Claeys:

As distopias são muitas vezes descritas como ‘conservadoras’, embora possam, de fato, tecer afiadas críticas às sociedades que refletem. [...] ‘Distopia’ é frequentemente usado de forma intercambiável com ‘anti-utopia’ ou ‘utopia negativa’, em contraste com utopia ou ‘eutopia’ (bom lugar), para descrever um retrato fictício de uma sociedade em que o mal, ou desenvolvimentos sociais e políticos negativos, têm vantagem, ou como uma sátira de aspirações utópicas que tenta mostrar suas falácias [...] (CLAEYS, 2010, p. 107, tradução nossa).

O autor observa, ainda, que obras que alertam sobre consequências negativas futuras não são, necessariamente, distopias. Reforçando que o critério de definição para as obras distópicas do século XIX está justamente na extrapolação do negativo, ou seja: observar os fatores desta ou daquela ideologia e torná-los execráveis. Em outras palavras, as obras distópicas do século XIX apresentam uma visão exagerada e negativa de certas ideias, expondo seus aspectos mais indesejáveis e causando repulsa ao leitor. Por outro lado, um pensamento utópico liberal, como o de John Stuart Mill, antagoniza diretamente com o socialismo ao defender as instituições como provedoras do progresso individual e não como parte do mecanismo de propriedade social que garante este ou aquele direito. Neste momento é importante retomar o debate sobre o uso do conceito político de distopia, pois foi justamente partindo da defesa de sua utopia liberal que Stuart Mill defendeu a reforma agrária na Irlanda durante a Grande Fome: ela aconteceria desde que os responsáveis pela produção fossem, unicamente, os camponeses, sob o argumento de que apenas a propriedade e o esforço trazem benefícios morais à uma sociedade, referindo-se ao assistencialismo como “distópico” (KAWANA, 2010).

Já para Vinícius Liebel (2021), a distopia se trata da concepção de um futuro imediatamente pior. Segundo ele, "a distopia se apresenta, assim, como uma narrativa desvirtuada, degenerada, na qual a linha condutora não aponta para o progresso, mas sim para a perda" (LIEBEL, 2021, p. 190). Para o autor, a distopia encontra ainda no século XIX o seu delineamento, onde a ideia de devastação e Apocalipse permeiam a queda da humanidade, que para Liebel é o eixo temático da distopia. A miséria, nesse contexto, é superada na utopia

---

No debate de 1868 acerca de uma possível independência irlandesa (na época governada pela Inglaterra), Stuart Mill adotou um tom apaziguador e reformista, sugerindo que os ingleses deveriam intervir mais incisivamente no governo irlandês, de forma a evitar a continuidade da fome e de uma possível medida distópica, segundo ele ruim demais para ser realizada como, por exemplo, uma rebelião geral (MILL, 1868)

e permanente na distopia. Essa miséria pode ser observada em diferentes áreas da contemporaneidade: tecnológica, espiritual, social, entre outras; sendo a extrema falta de qualquer uma dessas o catalisador da queda dos humanos. Ao observar a possível falta dessas bases da sociedade moderna, a distopia passa a ser ambientada em um lugar “entre a nossa realidade e a realidade da utopia, que passa, necessariamente, por um estado de decadência” (LIEBEL, 2021, p. 192).

Embora exista uma divergência entre a definição de distopia entre Claeys e Liebel, podemos compreender o papel da literatura distópica como o de exercer o futuro imaginado como um aviso através da ficção, tornando-se responsável por sintetizar as consequências das ações políticas, sociais e tecnológicas da humanidade em um futuro inevitável e exportá-las para o grande público. Podemos dizer que a distopia era, portanto, uma espécie de utopia alarmista e menos esperançosa, mas não necessariamente anunciava o fim da história; era moldada como uma espécie de um entremundo de utopias e distopias, uma alegoria distanciada no espaço-tempo para servir de tubo de ensaio da ciência social. Trata-se, então, de um gênero literário novo, com sua própria intencionalidade e estrutura narrativa. Diferentemente da utopia, a distopia se localiza em um futuro cujas expectativas são intencionalmente extrapoladas. Conforme argumenta Vinícius Liebel, uma das diferenças fundamentais entre a utopia e a distopia é que a segunda inverte a lógica da “superação” para o “fracasso”, onde, por exemplo:

Na estrutura utópica, a miséria é a grande auxiliar porque é através de sua superação que se atinge o ponto de redenção. A miséria também se torna auxiliar na distopia não por sua superação, mas por sua permanência, por sua condição de perene pano de fundo, seja a miséria material, moral, psicológica, ideológica ou tecnológica. Essa relação com a miséria, para além de alegórica, refere-se também à composição social permanente de nossa realidade (LIEBEL, 2021, p. 192).

De um modo geral, podemos compreender que o ponto de virada do conceito de “distopia” fricciona a ideia de um lugar capaz de superar a atualidade, localizando-se temporalmente no futuro, desse modo materializando as preocupações do presente em forma de prognóstico dentro da ficção e não pensando em um projeto de futuro como é o caso das utopias. Com a consolidação da distopia como gênero literário, sua popularização como antagonista da utopia foi crescente, construindo a ideia de que a utopia parte de uma esperança ingênua enquanto a distopia é seu extremo contrário. Com evidência nas próprias obras distópicas é difícil aferir o contrário, já que, em verdade, a distopia como gênero traz uma anticidade em sua estrutura narrativa, ou seja, a presença de uma cidade hostilizante, o

que significa que a perpetuação da violência autoritária está presente, seja ela vinda do Estado, das indústrias ou dos indivíduos, como é o caso de distopias pós-apocalípticas (LIEBEL, 2021).

Essa cidade hostil, bem como os temas da eugenia e da polaridade entre liberais e socialistas, é embrionária do final do século XIX, podendo ser observada na literatura distópica. Isso significa dizer que essas ideias e fenômenos estavam em processo de formação e estavam se tornando cada vez mais presentes na sociedade e na cultura da época. Sendo assim, a disputa entre liberais e socialistas tendo como cenário as hostilidades das grandes cidades fabris, como Londres, que foi palco de diversas disputas políticas e da publicação do *Manifesto Comunista* em 1848, obra que analisou os impactos da industrialização na classe operária e propõe a organização da classe trabalhadora.

Conforme argumentamos anteriormente, os avanços do capitalismo e os processos de urbanização e consolidação da vida fabril em cidades metropolitanas trouxe fortes impactos na cultura e na experiência humana. Conforme aponta Keith Williams “essa revolução na percepção começou na década de 1890 em grandes conurbações, produzindo diversas formas de representar a cidade e suas posições ambivalentes” (WILLIAMS, 2006, p. 128, tradução nossa).

Essa mudança na percepção se trata, para Williams, de um novo modo de perceber o tempo, a paisagem, o modo de vida, as relações humanas e a tecnologia. O autor argumenta, através de uma análise comparativa das primeiras obras ficcionais de Herbert George Wells e do filme *Metrópolis* (1927) de Fritz Lang, que a resposta ficcional ao futuro anunciado pela realidade das grandes cidades tendia para uma distopia urbana diretamente relacionada à métodos avançados de controle e segurança, ao consumismo em massa e ao controle midiático. Para Williams, as representações midiáticas da transição para o século XX já desempenhavam o papel de saturar a paisagem urbana, revelando as desigualdades e a alienação resultantes da cultura capitalista de consumo, assim as críticas de Wells e Lang vão em direção das consequências dessa mudança sem precedentes, por essa razão é possível realizar um diálogo entre suas obras. A interpretação de Williams sobre a perspectiva de Wells e Lang sugere que essa mesma mídia atuava de forma imperialista ao manipular as informações para estabelecer a situação predominante. (WILLIAMS, 2006).

Nesse sentido, a cidade cinematográfica de Lang em *Metrópolis* e a presciência de Wells sobre a sociedade urbana e suas tecnologias em *O Dorminhoco* de 1899 tem o seu ponto de encontro na crítica à hipnose contemplativa gerada pelos dispositivos virtuais, que viria a permitir uma visão ampliada da realidade. Seguindo o argumento de Anne Friedberg,

autora que sugere que esta visão panóptica é característica do século XX, sendo especialmente sintetizada pela sétima arte, Williams argumenta que é possível encontrar seu paralelo na literatura a partir do *Dorminhoco* devido à chamada mobilidade visual imaginária proposta pelo próprio Wells (WILLIAMS, 2006).

Em suma, a vida fabril inaugura no século XX uma nova dimensão temporal e visual, alterando o espaço de experiência dos trabalhadores ingleses de modo a alterar o que Williams chama de paisagem mental para se referir à percepção artificial da realidade trazida pela tecnologia e a nova lógica de trabalho. O que chamamos hoje de realidade aumentada, portanto, havia sido experimentada na segunda virada distópica, tendo também suas consequências premeditadas e experienciadas pela contemporaneidade. A sensação de premonição trazida por estes autores pode ser debatida ao retomar Liebel ao debate, cujo levanta o argumento de que “as distopias seguem, dessa forma, uma dupla estratégia narrativa, um caminho ligado à utopia no sentido de ser “lugar nenhum”, um lugar deslocado geograficamente e que não se localiza (o que distancia, de certa forma, a distopia de nossa realidade)”. Por outro lado, a distopia “se insere diretamente em nosso imaginário, conectando espaços e conjunturas reais”. Por essa razão, “além da construção de personagens relacionáveis com o leitor, produz um reconhecimento automático e determina uma ancoragem da narrativa distópica com a realidade” (LIEBEL, 2020, p. 193).

Tendo em mente o surgimento e a expansão deste gênero literário, portanto, devemos compreender que ele aciona um processo intelectual semelhante ao da utopia: pensar e projetar sobre o futuro. Tornou-se possível pensar um projeto ulterior com o avanço da literatura utópica, como levantamos anteriormente. Igualmente tornou-se possível pensar no iminente declínio da sociedade a partir dessa nova estrutura narrativa. Nesse cenário, conforme argumenta Zoltán Boldízar Simon, a distopia toma protagonismo no campo da ação quando diferencia-se da utopia ao modificar:

Em primeiro lugar, a “alcançabilidade” das “ameaças do porvir” tecnológicas e ecológicas; em segundo lugar, ações de “realizar” para ações de evitar a “realização”; deste modo, em terceiro lugar, a condição histórica do 'posicionamento' desenvolvimentista do futuro desejado para a condição pós-histórica da indesejada erupção repentina do apocalipse, isso é, da orientação-futura para a desorientação-futura (SIMON, 2021, p. 93, tradução nossa).

Partindo destas afirmações trazidas por Simon, podemos dialogá-las com o que nos foi trazido até aqui por Vinícius Liebel em contraste com Gregory Claeys. Embora seja possível interpretar utopia e distopia a partir da afirmação proposta anteriormente - aquela

estabelecida pela interpretação do leitor que pode determinar o gênero da obra em questão - ainda assim é possível traçar mais de uma diferenciação precisa entre utopia e distopia partindo da análise narrativa e posicionamento histórico da obra a vir a ser analisada. Assim como Liebel aponta que a distopia se trata de uma visão do futuro que aponta para a vitória da miséria da humanidade, Simon reforça que isso é possível pois o critério de orientação de uma obra distópica é justamente a falha dessa orientação, ou seja, a desorientação para o futuro, desembocando em um cenário negativo. O espanto, para o leitor distópico, entretanto, é perceber a proximidade dos eventos distópicos dado pelo campo da ação, uma vez que as ameaças desencadeadoras do apocalipse estão próximas da sua realidade: os problemas tecnológicos, a ampliação da realidade, os regimes totalitários e os desastres ecológicos, por exemplo. Acreditamos ser justamente na conexão com a realidade que a distopia, assim como as utopias modernas, engajam o leitor. Elas são capazes de gerar identificação, premonições e conexões entre o imaginário e o real, pois o porvir ou mesmo a realidade alternativa está “logo ali”. É nesse sentido de expansão do horizonte de expectativa que esse gênero literário se insere na história, pois o prognóstico ou o sinal de fumaça anunciado pelas realidades alternativas age como gerador de ideologias e como ferramenta para auxiliar na constituição da sociedade. (LIEBEL, 2020; SIMON, 2021)

Este ponto em comum entre as utopias modernas e as distopias - a escrita crítica-ideológica - não repousa apenas em uma ideia simplificada ou um devaneio, mas pauta-se em uma observação analítica acerca dos processos modernos. Este é o caso das obras de Herbert George Wells e William Morris, por exemplo. Ambos discutem temas modernos, como a liberdade, a coletividade, o progresso e, não menos importante, a já levantada planificação da sociedade. Partindo do que foi argumentado até agora, entretanto, as visões utópicas socialistas de William Morris podem ser lidas como uma catástrofe pelos capitalistas ingleses, uma vez que Morris defende a solidariedade e o coletivismo em *Notícias de Lugar Nenhum* (1890). No caso de *Uma Utopia Moderna* (1905) de Herbert George Wells, sua utopia pode ser lida, por aqueles que não concordam com a ideologia vigente em seu plano de governo mundial, como um sistema opressor e totalitário que deve ser evitado.

Nos casos citados acima, em termos de estrutura narrativa, poderíamos classificar a obra de Morris como uma utopia pelo fato de localizar-se em um não-espço, criticar a sociedade dominante e elaborar uma sociedade planificada a partir de moldes justos e acolhedores. Entretanto, a obra de Wells se trata de um desafio maior, pois nem todos podem ser acolhidos ou concordantes em sua *Utopia Moderna*, conforme veremos com maior atenção posteriormente. Ademais, ele insiste em chamar sua obra de utópica. Por outro lado,

obras imediatamente distópicas, ou seja, aquelas que podemos aferir como facilmente identificáveis por se tratarem de imagens premonitórias do apocalipse, dificilmente são variações utópicas, embora possam empregar utopias como metanarrativas. Ou, como aponta Liebel, a ambientação da distopia está, por consequência, em um lugar entre nossa realidade e a realidade da utopia, que passa, necessariamente, por um estado de decadência (LIEBEL, 2020, p. 192).

Outra diferença fundamental é o tempo e o espaço ocupado pela distopia na segunda virada distópica.<sup>9</sup> Como prognóstico, entendemos que a distopia da virada para o século XX localiza-se, necessariamente no futuro, portanto não se trata de um “se”, mas sim de um “quando”. Portanto, ela parte de uma análise do presente e não retorna à dimensão do passado, a não ser a partir de um exercício consciente de mudar a lógica operacional da sociedade para outra que seja pré-fabril. Já em relação ao espaço ocupado, ele pode ser terrestre, interplanetário ou interdimensional, desde que faça menção a elementos do cotidiano conhecidos pela humanidade e sua virtual decadência. Segundo Liebel:

Se no caso das distopias soturnas as ações dos personagens são possibilitadas pelas sombras e pelos espaços viabilizados por uma vigilância falha por parte dos poderes, na lógica do panóptico, no caso das distopias ascéticas, a resistência parece impossível face à exposição completa e permanente dos personagens diante de um poder controlador e mantenedor desse asceticismo (LIEBEL, 2020, p. 195).

Em outras palavras, Liebel e Williams concordam que o espaço determinado pela distopia aos personagens dita sua visão de mundo, que se trata de um enquadramento de terror, medo, vigilância, alerta e impossibilidade. Entretanto, as distopias podem encontrar seu fim a partir de um balanço utópico, não tendo, necessariamente, seu final fechado. Entende-se, portanto, que as distopias da virada do século XX podem sugerir sua própria superação.

Deste apanhado, podemos compreender que as distopias e utopias modernas provém de uma longa tradição de escrita agregada à filosofia da história, pois não apenas debatem o tempo, como também as implicações das ações da humanidade sobre e sob o próprio tempo. A dificuldade em conceitualizar o termo utopia já nos revela a importância deste conceito na vida política, bem como a emergência da distopia é capaz de demonstrar a transformação no horizonte de expectativa da humanidade. Deste ponto, as tentativas de manipular o tempo através da reforma de estruturas políticas, dos meios de produção (e reprodução, vide a

---

<sup>9</sup> As distopias mais contemporâneas ramificaram-se em diferentes gêneros que podem se passar, inclusive, no passado, como é o caso do *steampunk*.

eugenia), da mídia e dos métodos de vigilância e controle, são pontos de contato e tensão presentes nos dois gêneros literários e nos fazem relacionar as três dimensões do tempo: passado-presente-futuro. Esse exercício relacional transcende o prognóstico, remetendo à seguinte máxima proposta por Zoltan Simon: se o futuro pode ser previsto, ele pode ser construído.

### CAPÍTULO 3: A UTOPIA CINÉTICA

Herbert George Wells passou por diferentes fases como escritor durante sua carreira, sendo a mais notável a que se deu na virada do século XIX para o XX, momento em que buscou concentrar-se em escrever sobre utopia e assuntos com cunho científico, temas que haviam apenas permeado seus trabalhos anteriores. Então, suas obras passam a assumir um caráter mais propositivo, apontando para o reformismo social e as ciências naturais que o acompanham durante sua formação acadêmica. Entretanto, como romancista, Wells já aspirava que suas obras tivessem um impacto direto no curso da história, pois este era o seu ideal moderno de literatura. Isso significa dizer que ele desejava que seus escritos não fossem apenas obras de entretenimento ou especulação teórica, mas sim que tivessem um efeito real e transformador na sociedade e na direção que ela tomava. Wells acreditava que por meio de suas narrativas e ideias, ele poderia influenciar as mentes e as ações das pessoas, despertando uma consciência crítica e estimulando mudanças sociais significativas. (IACHTECHEN, 2015).

Partindo da publicação de *Antecipações* em 1901, que marca a mudança na literatura proposta por Wells, torna-se possível observar as tentativas do autor em enquadrar seus conhecimentos biológicos e críticas sociais ao modelo de pensamento utópico. Na época, Wells não possuía um alinhamento político bem definido, tornando o ato de propor um rearranjo social utópico um exercício não posicionado no espectro político de forma direta. Entretanto, sua publicação conferiu-lhe um espaço entre os socialistas da Sociedade Fabiana, pois apresentou, em *Antecipações*, suas visões e propostas para o futuro da sociedade, abordando questões como o socialismo, a educação e a organização política. Essas ideias alinhavam-se com os princípios e objetivos dos fabianos, que reconheceram Wells como socialista e convidaram-no para integrar a sociedade em 1903. As questões levantadas em *Antecipações* asseguram a Wells um papel na discussão acerca de temas entre os socialistas, como: eugenismo, planificação da sociedade, planejamento urbano e o papel da tecnologia na sociedade. Sendo esta obra raiz de muitas críticas, sua linha de pensamento teve continuidade em *Humanidade em Construção* e *Uma Utopia Moderna*, que fecham uma série de três obras sobre utopia e reforma social, embora não sejam uma trilogia (IACHTECHEN, 2015).

Desde *Antecipações*, Wells acenava para o seu interesse em reorganizar a sociedade de acordo com interpretações naturalistas da vida, levando em consideração o pensamento eugenista, aproximando-se de Francis Galton. Wells defendia uma sociedade gerenciada por uma elite intelectual. Sua interpretação positiva e entusiasmada acerca dos avanços das

máquinas indicava uma expectativa de que os esforços humanos diminuiriam com o tempo. No entanto, críticos argumentaram que essa visão ignorava as opressões do capitalismo, como a superexploração da classe trabalhadora. Nesse sentido, busca uma melhor elaboração dos seus argumentos na publicação seguinte, *Humanidade em Construção* de 1903, que busca evidenciar as falhas do capitalismo, mas seguindo otimista em relação ao futuro da humanidade e da tecnologia. Sua obra mais relevante sobre o tema acaba sendo a última publicação da série, *Uma Utopia Moderna*, busca uma nova interpretação da concepção de utopia através de um modelo híbrido entre romance, crítica social e texto científico, debatendo os problemas contemporâneos que considera mais urgentes, como a desigualdade social, as questões ambientais, o consumo de carne, a lógica de trabalho na sociedade fabril, a educação precária, entre outros.

Neste capítulo, será realizada uma análise crítica de *Uma Utopia Moderna*, considerando-o como uma obra de ciência utópica do social. Buscaremos apresentar as principais características do conceito de "utopia cinética" proposto pelo autor na obra e como chegou até ele através das críticas recebidas em suas publicações anteriores, bem como as influências do pensamento de Thomas Henry Huxley na construção dessas utopias. Além disso, neste capítulo também será abordado o papel do reformismo social na construção da obra de Wells, resgatando seu alinhamento político aos socialistas fabianos.

### 3.1 AS RAÍZES HUXLEYANAS DA UTOPIA CINÉTICA

Foi em sua experiência acadêmica na Escola Normal de Ciências, entre 1880 e 1883, com o professor Thomas Henry Huxley, divulgador e debatedor de Charles Darwin, que Wells teve contato com a ética evolutiva, responsável por influenciar diretamente *Uma Utopia Moderna*. Apesar do pouco contato com Huxley, Wells chegou a escrever que aquele havia sido o período mais educacional de sua vida, não apenas pelo conteúdo da disciplina, mas pela forma do professor organizar o pensamento. Iachtechen afirma que “esta admiração está, de maneira mais central, relacionada à abordagem sintética e sistemática que Huxley dava a massa de conhecimentos com os quais lidava, uma abordagem assaz diferente da qual Wells estava habituado em suas experiências intelectuais anteriores” (IACHTECHEN, 2015, p. 41).

Este pensamento sistemático de Huxley, refere-se à sua habilidade de estabelecer um sistema lógico e organizado de ideias, construindo um arcabouço conceitual coerente em relação à sua íntima relação com a teoria da evolução, abrangendo um espectro mais amplo de conhecimentos e disciplinas relacionadas. A própria elaboração huxleyana acerca da eugenia

pode ser dada como exemplo disso, pois podemos encará-la como uma espécie de ciência social que engloba ciências naturais, tais como a anatomia, a ética e a filosofia.

Huxley argumentou que a evolução é um processo que se aplica tanto à biologia quanto à ética, e que a moralidade e a ética humanas evoluíram ao longo da história da humanidade, assim como a biologia evoluiu ao longo do tempo. Segundo ele, a moralidade é um produto da seleção natural, assim como as características físicas dos seres vivos, e que as normas morais e éticas evoluíram como uma forma de garantir a sobrevivência e a reprodução bem-sucedida da espécie humana. Além disso, Huxley havia “restringido o significado de “ciência” apenas ao modelo das ciências naturais. Para ele, o termo poderia ser tratado também como conhecimento sistematizado, o que englobaria inclusive os estudos de História e dos idiomas, especialmente os clássicos. [...]”. O impacto desse debate foi significativo no pensamento de Wells, cuja visão era de que uma educação abrangente e científica era essencial para promover a revolução mundial que se tornou sua principal busca intelectual ao longo do século XX. (IACHTECHEN, 2015, p. 38)

Podemos assim dizer que o estudo da ética evolutiva parte do princípio de que os seres humanos evoluíram através da criação consciente de mecanismos que permitiram a perpetuação da espécie. Dentre estes estão a defesa da prole, a comunicação e a capacidade de mediar decisões baseadas nas experiências passadas (como regras e leis, por exemplo). Sobre isso, Thomas Henry Huxley publicou em 1893 “Evolutions and Ethics”, artigo onde defende a ideia de que a humanidade chegou ao topo da cadeia cósmica da luta entre as espécies através da organização e a paulatina construção de uma autoconsciência. Esses são alguns dos fatores responsáveis por tornar o ser humano um animal ético e, portanto, capaz de debater temas sensíveis ao progresso da espécie. Em outras palavras, o aumento do bem-estar social paralelo à perpetuação consciente da espécie em sua melhor condição física e intelectual se torna possível através da criação de códigos e compromissos baseados na razão e na lógica. Dessa forma, o “processo de conscientização geral a respeito de como operam os mecanismos evolutivos aplicados à natureza, e sua relação com um possível processo essencialmente humano que, apesar de submetido às mesmas leis gerais, pode ser direcionado eticamente”. o que significa dizer que “esta relação não respeita necessariamente a ideia da sobrevivência do mais apto, mas sim dos que melhor cooperam [...]” (IACHTECHEN, 2015, p. 43).

Dentro das elaborações intelectuais de Wells, baseando-se na sua perspectiva de relacionar a ética evolutiva huxleyano com os estudos sociais, encontra-se o conceito de utopia cinética, que se trata de um modelo de sociedade capaz de articular os princípios ético-evolutivos, tais como a valorização da competição entre os indivíduos e o exercício da

razão para decidir o futuro evolutivo da espécie. É a partir dessa conclusão que acreditamos que devemos ancorar o conceito de utopia cinética à teoria da ética evolutiva, pois esta é a ideia anunciada originalmente por Wells ao afirmar sua influência huxleyana direta. Ele descreve no apêndice de *Uma Utopia Moderna* que:

Tive três anos de trabalho científico bom e elucidativo. O fato central desses três anos foi o curso de Huxley sobre Anatomia Comparativa na escola que ficava na Exhibition Road. Lá, como núcleo, fiz uma compilação ampla de fatos. Ao final, adquiri o que ainda penso ser uma visão razoavelmente clara, completa e organizada do universo real ostensivamente (WELLS, 2021, p. 290).

Como dito anteriormente, a evolução ética anunciada por Huxley se tratava de uma espécie de processo cósmico travado por uma conscientização geral acerca dos fundamentos da teoria da evolução de Darwin. Para Huxley, essa nova consciência passa a privilegiar aqueles que melhor cooperam para o progresso da humanidade. Portanto, o processo “ético” evolutivo busca racionalizar-se de modo a controlar seus processos cooperativamente. Em outras palavras, a competição entre os indivíduos é mediada pelos mesmos. Ademais, conforme apontado por Iachtechen, Wells passa a dar uma atenção maior a esse debate no início do século XX, tendo como principal característica suas intervenções críticas acerca do reformismo social (IACHTECHEN, 2015). No início do século XX, Wells deixou de lado a ficção, mas não a abandonou completamente, passando a se dedicar a produção intelectual com um forte teor de reformismo social. Dessa forma, foram produzidos por Wells diversos tipos de literatura, como manuais de biologia evolutiva, jornalismo sociológico, textos historiográficos e sobre economia global, bem como romances utópicos. Segundo Iachtechen, essas obras “carregam consigo o objetivo comum de promover uma educação popular integral e a difusão” da “formação de um Estado mundial, regulado por uma administração centralizada”, tendo inglês básico com idioma único, “controle dos transportes e comunicações, além da propriedade estatal para fins educacionais do conjunto das informações produzidas pela humanidade” (IACHTECHEN, 2015, p. 97).

Pode-se afirmar que o reformismo social proposto por Wells, que antes era apresentado principalmente em suas obras de ficção, passa a incorporar gradualmente elementos das ciências naturais que sempre estiveram presentes, mas que antes eram apresentados de forma implícita no discurso. Essa nova forma de expressão, ainda ficcional, mas mais direta e objetiva, favoreceu a aceitação dessas ideias como um ideário científico pertinente à época (IACHTECHEN, 2015).

O historiador John S. Partington sugere que, embora Wells tenha buscado desenvolver suas ideias fundamentadas na ética evolutiva, suas primeiras publicações que agregam esta temática não estavam bem desenvolvidas. A utopia cinética que Wells propôs só encontra sua forma mais consistente após a publicação de uma pequena série de livros dos quais se debruçou a desenvolver seu futuro imaginado. Desse modo, Partington busca demonstrar o processo de mudança do pensamento de Wells acerca da ética evolutiva através de três obras: *Antecipações* (1901), *Mankind in the Making* (1903) [tradução livre, *Humanidade em Construção*] e a já citada *Uma Utopia Moderna* de 1905, que fecha essa série. Segundo o autor, o conhecimento de Wells sobre ética evolutiva não era suficientemente bem estruturado até a publicação de *Uma Utopia Moderna*, o que o responsabilizou pelas críticas às obras anteriores, especialmente *Antecipações*, cujas análises aproximaram suas ideias ao eugenismo de Francis Galton, seu contemporâneo (PARTINGTON, 2000).

As críticas à *Antecipações* indicavam que as ideias utópicas de Wells eram desumanas, doutrinárias e excludentes, além de enrijecidas, pois não dialogam com o aporte teórico evolucionista sob a acusação de advogar em defesa da pena de morte aos imperfeitos, ou seja: aqueles considerados inaptos ou parasitários para o bem-estar da sociedade. Algumas das críticas negativas incluíam a falta de rigor científico em algumas de suas previsões e a ênfase excessiva na importância da elite intelectual para liderar o mundo no futuro. Alguns críticos também acharam que Wells era muito otimista em relação ao progresso da tecnologia e subestimou as consequências sociais e políticas de seu desenvolvimento. Defendendo-se, Wells enviou uma carta à Frederick Webb Headley, que havia publicado sobre *Antecipações* na revista *Nature*, alegando que a crítica à obra era descabida, uma vez que sua intenção era realizar um prognóstico com base nas suas observações da experiência de sua época. Wells acreditava que a educação e a seleção positiva poderiam ajudar a criar uma população mais saudável e inteligente, que seria capaz de enfrentar os desafios do futuro. Ele argumentava que isso poderia ser alcançado por meio de uma série de medidas, como o controle populacional e o incentivo ao casamento entre pessoas com boa saúde e intelecto (PARTINGTON, 2000).

Após a resenha de Alexander Mattock Thompson na influente revista socialista inglesa *Clarion*, na qual foi afirmado que *Antecipações* era permeado por ideias genocidas, Wells defendeu-se argumentando que o último capítulo era, na verdade, uma exposição irônica de suas próprias ideias. Essas críticas desembocaram nos seus dois respectivos trabalhos, *A Humanidade em Construção* e *Uma Utopia Moderna*, que pretendiam reintroduzir o pensamento wellsiano no cenário literário. (PARTINGTON, 2000).

Em *Antecipações*, apesar de seu jornalismo científico da década de 1890, Wells não aplicou os princípios "éticos" de Huxley ao desenvolvimento humano. Quando ele embarcou na redação de políticas práticas, ele foi arrebatado pelo debate popular em torno da "eficiência nacional". Esse debate foi inspirado por muitos fatores, sendo o principal deles a má qualidade da classe trabalhadora recrutada do exército para a Guerra dos Bôeres e o declínio relativo da indústria britânica. Essas falhas eram vistas como problemas de recursos humanos e acreditava-se em suas soluções assentar na melhoria da qualidade do plantel humano (PARTINGTON, 2000, p. 16, tradução nossa).

Wells acreditava que as pessoas que trabalhavam em empregos que exigiam esforço mental estavam lá porque possuíam uma qualidade inata que as diferenciava das demais. Ele também defendia que aqueles que ocupavam posições sociais inferiores eram pessoas socialmente inadaptáveis que dependiam parasitariamente dos demais membros da sociedade. Por esta razão, aproximava-se, em *Antecipações*, do pensamento galtoniano que repudiou mais tarde em *Uma Utopia Moderna*. Segundo Partington “em *Antecipações*, a perspectiva para o "Povo do Abismo" (212), como Wells denomina o pobre e sem educação, torna-se bastante sombrio.”. Pois “No capítulo final de *Antecipações*, intitulado ‘Fé, moral e política pública no século XX’, Wells agiu com base nessas suposições e políticas públicas repugnantes, de fato, até mesmo assassinas.” (PARTINGTON, 2000, p. 100, tradução nossa).

Por essa razão, a obra *A Humanidade em Construção* apresentou-se como uma solução aos problemas apontados pelos críticos à sua obra anterior, melhor elaborando as ideias de Wells e estreitando relações com a ética evolucionista. Publicado em 1903, é uma obra que explora a evolução humana e como a sociedade pode ser melhorada por meio da educação e da seleção que Wells chama de positiva. O autor discute questões como a natureza humana, a evolução biológica, a educação, a religião e a política, apresentando ideias e previsões sobre como essas áreas poderiam ser transformadas para melhorar a vida humana. Entre suas ideias mais notáveis estão a crença de que a educação deveria ser mais prática e voltada para as habilidades necessárias para a vida diária, a importância da seleção positiva e da eugenia para a melhoria da raça humana e a necessidade de uma reforma política para criar uma sociedade mais justa e igualitária. Desta forma, Wells acredita demonstrar sua oposição à eugenia impositiva de Galton.

A oposição de Wells às ideias de Galton surgiu da confiança excessiva de Galton em fatores herdados ao delimitar sua teoria eugênica. Embora Wells não negue que as crianças possam herdar muitas características de seus pais, ele reconheceu que tal herança foi transmitida de um grande “pool” de características mantidas por muitas gerações de antepassados da criança e, além disso, que fatores externos também desempenharam um papel

importante no desenvolvimento de características humanas - fatores completamente ignorados por Galton ou mesmo rejeitado em sua teoria (PARTINGTON, 2000, p. 104, tradução nossa).

Entretanto, para Partington, Wells ainda não havia aplicado os princípios huxleyanos às suas obras até 1905, onde apresentou o conceito de utopia cinética, que tem como base a interpretação wellsiana de evolução artificial. Isso significa que Wells compreende que a evolução humana não se dá a partir da seleção natural, que se trata da perpetuação dos organismos mais aptos a sobreviver no meio ambiente, mas sim de processos artificiais tais como os avanços tecnológicos e a domesticação da natureza. A existência destes processos e a possibilidade de sua mediação é a justificativa para o exercício da evolução ética, que passa a desempenhar papel central nessa linha de pensamento que acredita ser responsável por manter a eficiência da sociedade através de intervenções que propiciem um futuro melhor para a espécie (PARTINGTON, 2000).

A utopia moderna wellsiana de 1905, que encerra a série de três publicações sobre política social (*Antecipações, A Humanidade em Construção e Uma Utopia Moderna*), apresenta-se como um romance científico sobre dois amigos lançados à uma cópia do planeta Terra. Esse planeta é chamado de Utopia e possui, ao ser observado pela primeira vez pelos personagens, características populacionais e geográficas idênticas ao planeta clonado. Porém, o planeta tomou um curso diferente, movimentado conscientemente pelos próprios habitantes. A história da Terra duplicada diferencia-se da original a partir do momento em que não há ruptura entre a antiguidade e a modernidade, pois há dois mil anos houve um Império Romano liberal e progressista que nunca caiu. Em outras palavras, Wells compreendia que a Idade Média atrasou o progresso da humanidade, pois não havia um Estado forte, planejado e grande o suficiente para avançar a evolução do planeta como um todo, como é o caso do Estado-mundial de Utopia. Assim sendo, os intelectuais de Utopia puderam expressar-se livremente desde muito cedo, dadas as políticas liberais e progressistas adotadas pelo Império Romano do planeta duplicado. Cerca de 700 anos antes da viagem dos personagens centrais, desenvolve-se em Utopia Moderna um Estado mundial comandado por uma nobreza voluntária conhecida como *samurai*: homens e mulheres altamente educados e responsáveis por gerenciar o planeta e seus indivíduos<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Essa data coincide com o cerco de Constantinopla durante a Quarta Cruzada (1204), evento que consolidou o chamado Grande Cisma, separando a Igreja Cristã em duas: a Igreja Católica Apostólica Romana e a Igreja Católica Apostólica Ortodoxa. Em *Uma Utopia Moderna*, Wells percebia a Idade Média como um período de atraso para a humanidade, uma vez que não havia, segundo ele, um Estado tão bem planejado quando foi o Império Romano. Nesse sentido, se não fosse pelo caráter fragmentário dos poderes estatais desse período, a humanidade poderia ter evoluído até o ponto em que se encontra sua utopia.

Como estudante de anatomia, uma das máximas tomadas por Wells durante seus estudos foi a individualidade, que perpassa a definição de espécie. Seu argumento principal é que todos são diferentes, pois variam infinitamente. Por outro lado, Wells acredita na *ideia* como um processo que tenta ignorar as diferenças ao compreender as realidades singulares. Desse modo, a ideia deve desembocar em um propósito sólido, porém não refinado à realidade objetiva, fazendo com que a lógica perca seu processo, pois seu refinamento induz ao erro.

Toda espécie é vaga, todo termo é opaco em suas delimitações, e então, ao meu modo de pensar, a lógica implacável é apenas mais uma estupidez para um tipo de teimosia intelectual. Se você submeter uma investigação filosófica ou metafísica a uma série de silogismos válidos - sem cometer nenhuma falácia reconhecida e generalizada -, você deixará, contudo, uma dificuldade e a perda marginal de verdade objetiva e obterá deflexões que são difíceis demais para rastrear em cada fase do processo. Cada espécie cria uma definição, cada ferramenta é um pouco frouxa ao manuseio, cada escala tem um erro individual (WELLS, 2021, p. 295).

É assim que o próprio Wells demonstra como a ética evolutiva, como critério de sentido para o futuro, supera o que chama de teimosia intelectual. Pois, esta ética está enraizada na observação material da evolução humana. Dez anos depois da publicação de *A Origem das Espécies*, Huxley propôs a aceitação da evolução como um conceito unificador para a ciência biológica, tal como as Leis de Newton foram para a física. Segundo Iachtechen, essa ideia possibilitou a Wells pensar o mundo de forma sistematizada e sintética, retomando o pensamento de Huxley, que “acreditava que uma efetiva educação científica deveria estar acompanhada de dois propósitos elementares: inculcar a ideia de causalidade”, e “promover uma visão totalizante do universo como fenômeno conhecido pela ciência: sua uniformidade, diversidade, imensidão e, igualmente, suas limitações.[...]”. Dessa forma encapsulando passado e futuro “em sua visão cósmica sobre o fenômeno da vida.” (IACHTECHEN, 2015, p. 42).

A ideia de haver uma Terra duplicada, que atinge os objetivos desse princípio, favoreceu muito Wells a sustentar seus argumentos e pôr à mesa sua proposta de utopia. Segundo Iachtechen, “em *A Modern Utopia* não temos uma viagem direta ao futuro, mas um possível futuro paralelamente estabelecido [...] um futuro implícito ao próprio passado utopiano, que em alguma medida se confundiu com o passado humano” (IACHTECHEN, 2015, p. 110).

O argumento central da utopia cinética opõe-se diretamente ao estático, pois para Wells, o princípio de viabilidade de uma utopia moderna é que ela deve moldar-se em um

“estágio esperançoso e progressivo, que dará espaço a outros que o substituirão”, assim anunciando um projeto fundado em uma “ideia original e perpétua das individualidades” que alcançará “um desenvolvimento progressivo e abrangente” (WELLS, 2021, p. 16). Com isso, o autor temporaliza sua utopia, conectando passado e presente ao mesmo tempo em que a lança ao futuro. Em segundo lugar, a trama do livro transporta os personagens para outro planeta, uma duplicata da Terra, assim remetendo às utopias clássicas, como a de Sir. Thomas More ou Tommaso Campanella, onde as utopias são acessadas fora da Terra ou então em um local não explorado – como o caso de Atlântida ou Lilliput, por exemplo.

O estilo literário híbrido adotado pelo autor indica que não há interesse em escrever academicamente ou mesmo como romancista, mas sim desenvolver uma obra capaz de conectar o leitor com a sua própria realidade sem afastá-los de uma escrita com aporte teórico. Esta é a forma que Wells, em *Uma Utopia Moderna*, nos apresenta uma visão utópica complacente, pois ao redigir sobre o que seria a sociedade ideal, também confessa não ter certeza sobre alguns de seus próprios argumentos. Por exemplo, no apêndice, diz não ter conseguido resolver o problema entre a individualidade e o coletivo e reforça que utopias posteriores a sua serão escritas e a irão superar a sua em alguma medida. Partindo disso, é possível concluir que a utopia cinética é uma utopia *em movimento* tanto do ponto de vista concreto (como horizonte de expectativas do curso dos acontecimentos humanos) quanto do ponto de vista discursivo, conceitual e narrativo (o qual confere significado aos espaços de experiência humanos no curso do tempo).

Observando esse hibridismo, é preciso ainda investigar a utopia cinética como um experimento intelectual sobre a aplicabilidade da ética evolutiva, devido à base huxleyana do pensamento de Wells. Veremos que muitos argumentos presentes em *Uma Utopia Moderna* partem de princípios dessa ética, inclusive nas próprias críticas tecidas pelo autor em relação às teorias eugenistas, uma vez que alega ser impossível determinar se há ou não uma raça humana superior, argumentando que a espécie humana evoluiu a partir do grau de esforço entre os indivíduos como um todo (WELLS, 2021).

Este grau de esforço a qual nos referimos é uma das várias hipóteses de Wells acerca de uma sociedade planejada para o pleno exercício da meritocracia. Entretanto, estas são ideias que apresentam soluções que muitas vezes se chocam com as suas propostas originais, ou então apresentam mediações questionáveis. Vejamos alguns exemplos: Wells parte da hipótese de que a utopia será mundial (globalizada), entretanto, esta globalização se trata de uma representação eurocêntrica do mundo. Exceto nas questões relacionadas ao controle populacional, o Estado não irá regulamentar os casamentos e relacionamentos amorosos,

permitindo que sejam decididos livremente pelos indivíduos. O Estado é democrático, embora o processo eleitoral esteja relegado ao monitoramento de um único grupo, os Samurai. Embora Wells advogue contra a ideia de luta de classes, prevê em *Uma Utopia Moderna* uma sociedade estratificada a partir dos seguintes grupos: os Poéticos (Poietic), os Cinéticos (Kinetic), os Tapados (Dull) e a Escória (Base) (FOKKEMA, 2011).

As duas primeiras devem constituir a tessitura viva do Estado, as últimas duas são seu suporte e resistência, como os ossos e os tecidos externos de um corpo. Elas não são classes hereditárias e não há nenhuma tentativa de desenvolver alguma delas por métodos especiais de reprodução simplesmente porque a relação complexa de hereditariedade é impossível de ser rastreada ou calculada. As pessoas transitam entre elas de maneira voluntária. A educação é uniforme até que haja uma diferenciação inequívoca, e cada homem (e mulher) deve estabelecer sua posição com relação às margens dessa classificação abstrata de acordo com suas próprias qualidades, escolhas e desenvolvimento... (WELLS, 2021, p. 210)

Dentre tantas elaborações, este curioso e paradoxal excerto demonstra o seguinte. Primeiro, Wells compreende que as qualidades mentais não são hereditárias. Segundo, assume que em uma sociedade ideal, os seres humanos serão voluntariamente inertes ou poderosos. Terceiro, a competição para esta ou aquela posição social se dará a partir dos critérios estabelecidos por um modelo de educação global, portanto, único. Por último, essas classes consistem em tipos diversos, ramificando-as a partir de preferências individuais. Estas nomenclaturas e classificações fazem parte do sistema utópico dos cientistas para mapear a população. Wells chama essas classificações de “temperamentos”, o que é paradoxal, uma vez que afirma que “todos os seres humanos são considerados únicos” e compreende que os Poéticos e Cinéticos possuem mais poder político do que outros. Além disso, há ainda o juízo moral do autor acerca daqueles que não se encaixam na sua utopia. A Escória, para Wells, tende à crueldade, embora, como dissemos, paradoxalmente um indivíduo pode transitar entre a Escória e os Poéticos. Toda essa mobilidade depende, portanto, da força de vontade (WELLS, 2021, p. 209).

Segundo Fokkema:

A preferência de Wells por hierarquias bem definidas, que de fato restringem a liberdade de pensamento e ação dos cidadãos, torna sua utopia menos atraente. Este pode ser o resultado inevitável da textura detalhada de sua utopia. Ele lida com todos os aspectos da sociedade de uma forma mais completa do que em *News from Nowhere* e na maioria das outras ficções utópicas (FOKKEMA, 2011, p. 294, tradução nossa).

Essa preferência pelas hierarquias e a proposição de uma nobreza voluntária intelectual mediadora de uma sociedade científica, não ironicamente, foi bem recebida pelos seus colegas estadistas da Sociedade Fabiana. Segundo Fokkema, a insistência de Wells na importância vital dos Samurai para a manutenção de um estado mundial persistiu, o que não o isentou de críticas. A proposta de Wells foi avaliada, em 1922, por Yevgeny Zamyatin. Em seu artigo, Zamyatin o acusou de não possuir uma compreensão real do que é o socialismo nem o comunismo marxiano, desembocando no argumento de que os Samurai não passavam de uma aristocracia. Segundo Fokkema: “[...] ao ler *Uma Utopia Moderna*, Zamyatin é atingido pelo paradoxo de uma sociedade supostamente socialista liderada por uma aristocracia espiritual, o Samurai. De um ponto de vista teórico socialista ou comunista, isso é pura heresia” (FOKKEMA, 2011, p. 297).<sup>11</sup>

Ademais, a utopia de Wells teve grande repercussão internacional, legando as utopias e distopias que surgiram na Europa, especialmente após a Primeira Guerra Mundial, o termo “Estado Mundial” (*World State*), compreendido como uma importante inovação dentro do pensamento utópico. Além disso, Wells também pleiteou a discussão acerca da capacidade de uma sociedade científica conduzir um futuro que ele considerou positivo. E isso só seria possível através do acesso global à educação (FOKKEMA, 2011).

Da mesma forma que um estado mundial poderia prover educação e outros direitos aos seus cidadãos, Wells também previa a existência daqueles considerados indesejados, já que essa utopia deveria ser acessada por todos aqueles que ocupam seu espaço que é, no caso, o planeta Terra como um todo. Em uma utopia nesses moldes, não há uma distinção clara entre “nós” e “eles”, já que todos compartilham a experiência utópica. Em *Uma Utopia Moderna*, todos devem acessá-la, viver ou não viver a utopia não é uma questão. É assim que:

No século XX, ocorreu uma mudança fundamental, na qual a distinção entre eutopia e distopia foi relativizada. A crescente autonomia cultural dos leitores individuais muitas vezes implica em julgamentos diferentes dos mesmos textos. Aparentemente, o conhecimento e o sistema de valores dos leitores determinam em grande parte se um texto é considerado distópico ou eutópico. Os escritores estão cientes da emancipação dos leitores de crenças e convenções tradicionais e recorrem à reflexão metanarrativa em seu trabalho sobre sua própria posição (FOKKEMA, 2011, p. 398, tradução nossa).

É possível aferir, a partir do que fora até então levantado, que a proposta de Wells é muito clara: apresentar uma alternativa ao sistema social e econômico vigente e

---

<sup>11</sup> As obras de Herbert George Wells são publicadas na Rússia desde 1901, sendo que em 1918 o escritor de ficção científica e bolchevique Yevgeny Zamyatin passa a dirigir a editora que as publicava (FOKKEMA, 2011).

exemplificá-lo através de uma obra literária, propondo uma construção coletiva. O autor resgata a ideia de viagem científica originalmente proposta por Thomas More em *Utopia* e faz referência à caminhada dialógica utópica original ao reproduzi-la em sua própria obra através da interação entre o protagonista e seu amigo Botânico. Contudo, centra a discussão na contemporaneidade ao pensar, como estadista, uma reforma mundial que seja capaz de construir uma sociedade cientificamente orientada. Além disso, posiciona-se contra o que chamou de “utopias naturais”, ou seja, aquelas que desconsideram as máquinas e a tecnologia. Para Wells,

A mensagem clara que a ciência física ecoa ao mundo é esta: se o propósito dos nossos dispositivos políticos, sociais e morais fosse tão bem planejado quanto o de uma máquina tipográfica, ou uma fábrica de antissépticos ou um bonde elétrico, não haveria uma grande necessidade de trabalho no mundo atual, sobraria apenas uma pequena fração de dor, medo e ansiedade que torna o valor da vida tão questionável (WELLS, 2021, p. 91).

Wells foi considerado muito otimista em relação ao uso das tecnologias no futuro, pois advogou em prol da benfeitoria do seu uso para que os seres humanos pudessem ocupar-se de atividades intelectuais e artísticas. Assim, as pessoas teriam um mínimo de esforço no trabalho devido não apenas ao prazer de exercer seu ofício por livre e espontânea vontade, como também pelo auxílio da tecnologia. Conforme aponta Wells:

O trabalho físico contínuo era uma condição de existência social. Com a combustão do carvão, com a abundância de ferro e aço e com o crescimento científico, essa condição foi alterada. No presente, suponho que, se fosse possível precisar em unidades de energia o imenso desenvolvimento a partir do qual os Estados Unidos da América ou a Inglaterra nasceram, descobriríamos que a vasta metade de toda essa energia foi obtida por meio de fontes não humanas, desde o carvão ao combustível líquido, dos explosivos ao vento e à água. Há uma grande sugestão, portanto, de um crescimento estável na proporção de energia mecânica atrelada à emancipação do homem em relação à sua necessidade de trabalho físico. Parece que não há limites para a invasão das máquinas na vida do homem (WELL, 2021, p. 87-88).

Para Wells, a condição das máquinas na vida humana foi um fator completamente ignorado pelas utopias anteriores e, por isso, a chamou de utopias naturais. Para ele, portanto, o caminho moderno para pensar uma utopia deveria levar as máquinas em consideração. Assim, Wells vislumbra o trabalho de acordo com a realidade laboral da Inglaterra de finais do século XIX: uma jornada extensa que aniquilava o tempo do trabalhador, impedindo-o de exercer outras atividades. Para ele:

A essência do trabalho é a obrigatoriedade, o fato de que a atenção *deve* estar toda concentrada na atividade - o que exclui todo tipo de liberdade, e não o fato de que envolve o cansaço. Ao considerarmos que qualquer coisa em uma vida quase-selvagem dependia do trabalho, seria inútil esperar que a humanidade não se esforçasse para conseguir a maior bênção possível, porém por meio da exploração uns dos outros. Entretanto, com as novas condições que a ciência física nos tem proporcionado, a fonte de energia produzida pelo homem não é apenas dispensada, mas utilizada para fornecer a esperança de que todo o trabalho cotidiano um dia seja feito automaticamente (WELLS, 2021, p. 90-91).

Entretanto, a necessidade do trabalho não é o único mal considerado por Wells na sua Utopia, também são apontados a propriedade privada, o acúmulo de dinheiro e o consumo de carne. De um modo geral, toda ação ou política egoísta não poderá existir sob qualquer hipótese em Utopia Moderna, pois o que importa é a manutenção da espécie. Assim, “Se uma Utopia há de existir, devemos ter um propósito claro em comum, bem como um movimento majestoso e inabalável para passar por cima desses discentes egoístas e incuráveis. Algo é necessário em uma escala larga e profunda o bastante para sobrepujar os piores dos egoísmos” (WELLS, 2021, p. 110).

Através da compreensão de que os fatores sociais, culturais, institucionais e biológicos influenciam na evolução da espécie humana, Wells subjugava o egoísmo ao compreender que ele não pode fazer parte desse processo, diferenciando-o do esforço individual. Assim Wells passa a argumentar que as sociedades humanas evoluem por meio de um processo de seleção cultural, em que as ideias e práticas mais adaptativas são selecionadas e transmitidas através das gerações através da educação. Entretanto, esse é um processo consciente e não automático. É tendo isso em vista que Wells propõe que a educação seja papel do Estado, garantindo que os valores culturais sejam passados adiante, estabilizando a sociedade científica. Essa proposta estreita as relações da utopia cinética com a ética evolutiva huxleyana, pois enfatiza que as sociedades humanas têm a capacidade de moldar e influenciar sua própria evolução, selecionando valores e práticas que promovem a adaptação e a sobrevivência no ambiente social em constante mudança. Segundo Huxley:

Homens na sociedade são indubitavelmente sujeitos ao processo cósmico. Assim como em outros animais, a multiplicação ocorre sem cessar e envolve uma forte competição pelos meios de subsistência. A luta pela existência tende a eliminar os menos aptos a se adaptarem às circunstâncias de sua existência. Os mais fortes, os mais auto afirmativos, tendem a oprimir os mais fracos. Mas a influência do processo cósmico na evolução da sociedade é maior quanto mais rudimentar é sua civilização. O progresso social significa uma interrupção do processo cósmico a cada passo e a substituição por outro, que pode ser chamado de processo ético, cujo fim não é a sobrevivência dos que podem ser os mais aptos, em relação a todas as

condições existentes, mas daqueles que são eticamente os melhores (HUXLEY, 180, p. 32-33, tradução nossa).

Em suma, enquanto a natureza favorece aqueles que são mais fortes e estão dispostos a lutar e competir ferozmente pelos recursos e pela sobrevivência, a ética exige a prática de autocontrole, respeito e ajuda mútua entre os indivíduos. Huxley defende que a ética humana não é regida pela sobrevivência do mais apto e que, ao contrário, seu propósito é assegurar a sobrevivência da maior quantidade possível de pessoas que possam contribuir para a construção da sociedade. Assim, as leis e os preceitos morais são direcionados para controlar o processo cósmico e lembrar ao indivíduo de sua responsabilidade com a comunidade, da qual ele deve sua existência e bem-estar. Esses são os princípios defendidos por Wells em *Uma Utopia Moderna*, que se manifestam a partir dos seguintes elementos: a crença na importância da ciência e da tecnologia para a construção de uma sociedade, a ideia de que a evolução da humanidade pode ser direcionada e moldada pela ação humana, a relevância da ética e da moralidade na estratificação social, e a ênfase no papel da educação na promoção do progresso humano.

### 3.2 UTOPIA CINÉTICA: UMA PROPOSTA DE CIÊNCIA UTÓPICA DO SOCIAL?

A ideia de Wells em representar integralmente o mundo conhecido, que, entretanto, tomou rumos diferentes, nos possibilita analisar *Uma Utopia Moderna* a partir da chave da utopia como método, ou seja: um exercício racionalmente orientado para a ciência social, conforme debatido por Henrique Estrada Rodrigues, para então pensarmos os usos do tempo nesta obra. Acreditamos, deste modo, sermos capazes tanto de localizar Herbert George Wells e sua obra na história intelectual das utopias quanto como um interventor crítico da ciência social, especialmente por estar situado na emergência deste método (a utopia). Conforme aponta Rodrigues, “No início do XIX, a ciência social nascente trouxe aspirações potencialmente distópicas em seus sonhos de reorganizar a vida societária. Porém, a descoberta da sociedade, vale dizer, de elos sociais cuja potência seria capaz de submeter a própria economia e o Estado também fora fundamento” (RODRIGUES, 2019, p. 390).

Rodrigues argumenta que, ao contrário dos socialistas materialistas, os utópicos do século XIX, tanto Saint-Simon, Owen e Fourier quanto seus herdeiros intelectuais, estavam preocupados em buscar uma nova forma de associação humana. Para isso, passaram a operar de forma analógica entre o mundo natural e o mundo moral. Nesse sentido, as analogias correspondiam imediatamente ao novo mundo ocidental que nascia da revolução francesa e da

crescente industrialização “formulada em meio às tensões de um nascente sistema industrial, de reconfigurações políticas e econômicas que inventam novas formas de exploração ou servidão” mas que também “descobriram novas energias produtivas e emancipatórias, a ciência utópica de Saint-Simon, Fourier e Owen”. Para Rodrigues, estes utópicos pretenderam “catalisar essa força transformadora para reordenar todas as formas do conhecimento humano, intervir na realidade e construir um mundo melhor” (RODRIGUES, 2019, p. 392).

Podemos afirmar que a utopia de Wells herdou o legado de Saint-Simon, Fourier e Owen ao enquadrar sua Utopia Moderna em uma representação do planeta Terra que não sustentou os impactos negativos da sua própria realidade, tomando assim outro rumo. Foi dessa forma que pretendeu emular a realidade, demonstrando como a utopia pode atuar de forma transversal ao incorporar diferentes ciências em seu método. Ademais, a própria proposta de progresso no prognóstico de Wells recupera o sentido das utopias do início do século XIX ao indicar as práticas que possibilitaram alcançar as condições para a utopia. Assim, a partir das proposições de Rodrigues, podemos propor que Wells faz emergir uma “[...] nova ciência da sociedade, fundada na descoberta de elos sociais afeitos à energia passional dos homens” É “pela via da multiplicidade das paixões humanas, e não pelo seu controle ou sacrifício, que se poderia repensar, em meio a modos comunitários destruídos pelo capitalismo industrial nascente, elos novos para os quais a tradição não forneceria modelos ou experiências inteiramente adequadas” (RODRIGUES, 2019, p. 393).

Embora Rodrigues esteja se referindo à obra de Charles Fourier em comparação à Owen e Saint-Simon, ele indica que o ponto de contato entre estes utópicos se encontra na crítica ao modelo socioeconômico vigente, ou seja: o capitalismo industrial e a sociedade fabril. Para tanto, imaginar um mundo deslocado temporalmente ou mesmo espacialmente com base na experiência imediata do real, para Rodrigues, se aproxima de uma espécie de “materialismo antropológico”, resgatando Walter Benjamin para o debate. Essa ciência utópica dos elos sociais era “crítica e descritiva do tempo presente” pretendendo “desvelar as energias emancipatórias”. Dessa forma, não “teria se separado, inteiramente, do horizonte de universalidade do moderno materialismo filosófico” (RODRIGUES, 2019, p. 393).

É pensando nesta ciência utópica dos elos sociais, conforme descrita por Rodrigues, que podemos compreender *Uma Utopia Moderna* como obra convergente deste método. Além disso, é possível identificá-la no processo de transição entre o método utópico e distópico, por conter características estruturais da distopia em seu processo narrativo, conforme apontado por Liebel anteriormente, também utilizando-se de leituras eugênicas para

hierarquizar a sociedade. Outrossim, a utopia welliana é capaz de se aproximar do seu legado a partir da leitura das virtudes cultivadas nestes projetos utópicos anteriores, que se apresentam como essencialmente positivos. Desse modo, se faz presente em *Uma Utopia Moderna* a emancipação humana, a crítica ao modo de trabalho, o modo de vida cooperativo, entre outras características. Como exemplo, podemos citar como Wells exalta a paixão humana como virtude a ser exercida em sua utopia, uma vez que o trabalho não possui o mesmo valor do que em sua sociedade.

Mas, em Utopia, um homem que projeta um trilho para bondes será um homem culto, um artesão; ele se empenhará como um bom escritor ou pintor para alcançar a simplicidade da perfeição. Ele construirá suas vigas e trilhos e peças de maneira tão graciosa quanto a primeira engenheira de todas: a natureza, a qual fez as ramificações das plantas, bem como as articulações e os movimentos dos seus animais, com perfeição. (WELLS, 2021, p. 98)

Ao descrever o trabalho do projetista de bondes, Wells não apenas realiza um exercício imaginativo positivo de sua expectativa sobre o valor do trabalho e da arte deste profissional que chama de artesão, mas também ressignifica esses valores ao propor uma desalienação do trabalho. Esse exemplo, entre outras críticas ao modo de produção capitalista, se fazem presentes em *Uma Utopia Moderna*, que frequentemente condena o trabalho alienado e chama atenção para a falta de tempo efetivo dos trabalhadores para sua formação intelectual. Wells se atenta à importância do estudo, das artes e do lazer, exemplificando quais seriam as alternativas para o seu exercício. Trata-se, então, de uma observação crítica, mesmo que representada a partir de uma alteridade radical. Portanto, é possível afirmar que Wells compreende os problemas reais da sociedade em que viveu e que, desse modo, não admite que problemas como a pobreza, por exemplo, sejam pensados como estritamente individuais, pois são estruturais. Assim, Wells resgata o pensamento owenista ao projetar uma sociedade admitindo os poderes da indústria à exemplo da já citada New Lanark, pois essa experiência socialista de Owen “levaram-no não apenas a um projeto de transformação da sociedade com os novos poderes da indústria, como também a um novo pensamento sobre a origem social das motivações humanas (POLANYI 1980, p. 135 apud RODRIGUES, 2019, p. 397)”. Para Rodrigues, New Lanark estava “atenta às condições práticas de formação dos hábitos e modos de vida, essa ciência, delineada a partir de A nova visão da sociedade, assume a estatura de profecia sobre uma nova era” (RODRIGUES, 2019, p. 397).

Nesse sentido, a possibilidade emancipatória trazida por Wells em *Uma Utopia Moderna* demonstra a influência de Owen e seu projeto utópico ao apresentar uma política

cooperativa aliada à sociedade industrial reformada pode redirecionar a sociedade. É justamente este caráter reformista de Wells, aproximando-se do owenismo, que nos torna capazes de identificá-lo como socialista fabiano, por exemplo.

Sua familiaridade com os principais pensadores políticos, facilitada pelas reuniões do Clube dos Coeficientes, aumentou a confiança de Wells como figura pública, e quando em 1903 Shaw e Wallas o indicaram para se tornar membro da Sociedade Fabiana, ele aceitou com prazer. A Sociedade havia sido criada em 1884 como um fórum para socialistas de classe média desenvolverem maneiras de alcançar o socialismo por meio da persuasão (em oposição às abordagens mais revolucionárias e populistas da Federação Social Democrática [SDF] e da Liga Socialista). (PARTINGTON, 2008, p. 522-523, tradução nossa).

Embora Wells compusesse o corpo socialista fabiano, não é possível considerá-lo como um membro completamente sintonizado com o grupo. Certamente Wells era um reformista sem inclinações para a luta de classes, o que o aproxima do fabianismo. Contudo, mesmo como um reformista, considerava-se moderado. Segundo Iachtechen, seu alinhamento com o socialismo fabiano durante a publicação de *Uma Utopia Moderna*, especificamente, podia ser considerada mais estreito. Isso pode ser ilustrado pela própria gênese de seu projeto utópico, que se aproxima muito mais de Thomas More e William Morris do que de Marx e Engels, justamente pelo desenvolvimento de seu caráter reformista observado a partir de seu ingresso na Sociedade Fabiana. (IACHTECHEN, 2015)

Entretanto, esse reformismo moderado não se encontra em *Uma Utopia Moderna*<sup>12</sup>, o que significa dizer que neste método utópico há uma distância absoluta entre o mundo conhecido e sua utopia, o que dialoga a obra wellsiana com a tradição utópica socialista anterior. Segundo Rodrigues, transgredir os limites, extrapolar aquilo que é conhecido, faz parte da história das utopias, assim como “distância” faz parte de sua topologia. “Esse *topos* ajudou a modelar as próprias regras do método de Kepler, cuja Nova astronomia pretendia fazer pelos astros o que a aventura exemplar de Colombo e dos navegantes portugueses fizera pela Terra: perder o rumo para descobrir rotas científicas até então inimagináveis” (RODRIGUES, 2019, p. 402).

Em outras palavras, essa ciência utópica do social procura distanciar-se do mundo conhecido para buscar respostas alternativas a problemas imediatos. Esse diálogo entre a realidade e o não-lugar, como vimos, é um traço comum das utopias clássicas e observável em vários momentos da utopia wellsiana. A busca pelas alternativas feita de forma comparativa,

---

<sup>12</sup> Se a utopia cinética compreende que há um progresso perpétuo e dinâmico, não há fase final para nenhuma tecnologia ou agência política.

exemplificada e historicizada, também é um elo identificável de Wells à tradição utópica. Já a apresentação de uma utopia propositiva localizada temporalmente é uma característica das utopias modernas citadas por Rodrigues, que trazem consigo um estágio crítico e esperançoso da sociedade ao representar um modelo de governo ou mesmo estilo de vida que possa solucionar os problemas da contemporaneidade. (RODRIGUES, 2019)

Para exemplificarmos esses pontos de contato entre Wells e a tradição utópica, bem como seu conceito êmico de utopia cinética, analisaremos alguns trechos de *Uma Utopia Moderna* que dialogam as dimensões real e imaginativa analogicamente. Vejamos:

Em países bárbaros e desordenados, é quase uma honra ser um indigente, e uma virtude inquestionável o ato de dar esmolas a um pedinte, e até mesmo nas sociedades mais ou menos civilizadas da Terra tantas crianças vêm ao mundo com deficiências intratáveis; a austeridade aos pobres é considerada a mais vil de todas as maldades. Mas, em Utopia, todos serão educados, nutridos e treinados dentro de um limite mínimo; haverá organização eficiente para equilibrar a pressão do trabalho e a existência de trabalho desvinculado; portanto, a falta de dinheiro será uma evidência clara de desmerecimento. Em Utopia, ninguém sonhará em dar esmolas a um pedinte, e ninguém sequer sonhará em ser pedinte. (WELLS, 2021, p. 126)

Esse trecho se trata de um excerto que busca responder a seguinte pergunta: “os habitantes de Utopia terão liberdade do ócio?”. Trata-se de um recorte bastante revelador, pois, para Wells, a má organização do Estado e dos modos de produção é o que ocasionou a pobreza no mundo real, localizando, assim, o surgimento da classe operária pobre temporalmente, já que se refere ao modo de produção capitalista. Para Wells, em *Uma Utopia Moderna*, os pobres existem por muitos motivos, mas principalmente pela injustiça gerada pela lógica do trabalho alienado e das cargas trabalhistas excessivas. Em Utopia, o Estado garantirá que todos tenham emprego, mesmo que isso custe, para o governo mundial, pagar a locomoção e estadia do trabalhador para outra cidade. Entretanto, este trabalhador será responsável por, sozinho, buscar emprego. Não haverá sindicato em Utopia, pois sempre haverá trabalho justo e uma diversidade de opções disponíveis. Assim, a máxima da liberdade trabalhista para Wells é a manutenção de um mundo onde a meritocracia seja “pura” e garantida pelo Estado. Já aqueles que optam por não produzir dinheiro ou qualquer tipo de prestação pública de serviço, não receberão auxílio do Estado, mesmo que isso, teoricamente, não seja uma possibilidade em Utopia, uma vez que seus cidadãos estarão empenhados no progresso dinâmico da sociedade.

Acerca da sociedade como um todo, Wells busca pensá-la como um organismo não apenas mediado pelo Estado, como também representado por ele à nível de similitude. Ou

seja, para Wells, as atividades e personalidades das pessoas, bem como suas expectativas, devem estar alinhadas ao papel do Estado e vice versa, por esse motivo que:

As velhas utopias são organizações imóveis; já as novas devem suprir as necessidades de uma população migratória, de idas e vindas inesgotáveis, pessoas tão fluidas e inconstantes quanto o mar. Nem sequer se encaixa no esquema político ao qual estamos acostumados, mas, de fato, todos os estabelecimentos locais, todas as definições de lugar derretem diante dos nossos olhos. [...] As leis simples que ditam as tradições, os métodos domésticos de identificação que serviam nas pequenas comunidades do passado, em que todo mundo conhecia todo mundo, falham diante dessa liquefação. (WELLS, 2021, p. 136)

Nesse recorte podemos observar como o conceito de utopia cinética aparece na metanarrativa através da afirmação de que as antigas utopias são imóveis, ou então, estáticas. A partir desse princípio de movimento perpétuo, o cinético, é que Wells compreende a organização humana de sua utopia. O que o autor chama de liquefação não parece se tratar de uma ausência de sentido, mas sim de uma nova lógica operacional de uma sociedade baseada em um sistema mundial, onde a liberdade de ir e vir é garantida à nível global, podendo os cidadãos de utopia exercerem diferentes atividades em diferentes partes do mundo conhecido, assim ampliando seu espaço de experiência. Isso, portanto, é uma crítica direta ao modo de vida sustentado pelo sistema fabril observado pelo próprio Wells na Inglaterra; sistema este que fora responsável por fixar famílias nucleares durante muitos anos na lógica trabalhista das grandes cidades, dentro e fora da fábrica.

A partir destes exemplos, podemos aferir que *Uma Utopia Moderna* utiliza-se de ferramentas discursivas diversas da tradição utópica, seja esta clássica ou moderna. Certamente Wells pode ser lido como herdeiro de Owen, Saint-Simon e Fourier devido às implicações científicas transversais propostas na obra analogicamente, o que nos torna capazes de configurá-la como uma tentativa de ciência utópica do social. Portanto, para além do próprio anúncio de Wells no livro, o de propor um modelo de utopia não-estática que pode ser repensado e reconstruído, estando assim aberto a críticas. Sobre isso, Wells argumenta:

Explicarei tudo isso de maneira ordenada para esclarecer ao leitor que, por mais estranho que esse livro pareça à primeira análise, é o resultado de diversas tentativas de determinação, cuja intenção é compatível com o que ele é. Vislumbrei, ao longo dele, um tipo de textura semelhante a um tipo de seda iridescente que se presta ora a uma discussão filosófica, ora a uma narração imaginativa. (WELLS, 2021, p. 10)

Além disso, ao apresentar a sua expectativa sobre o que espera que o leitor imagine ao ler sua obra, escreve:

Sendo assim, o entretenimento que se encontra diante do leitor não é o conjunto dramático das obras de ficção que você está acostumado a ler, tampouco é o conjunto literário dos ensaios que você se acostumou a evitar, mas uma fórmula híbrida de ambos. [...] se conseguir imaginar uma folha de papel atrás do nosso amigo em que figuras móveis aparecem de maneira intermitente e então supor que o assunto é a história de sua alma vagando por dúvidas utópicas, estará, portanto, preparado, pelo menos, para algumas das dificuldades desta obra incomum e sem valor.” (WELLS, 2021, p. 12)

Wells se refere, nesse momento, à sua proposição de leitura de *Uma Utopia Moderna* como uma espécie de entretenimento cinematográfico composto por dois personagens centrais: o Dono da Voz e o Botânico. O primeiro, um homem baixo, de olhos azuis, bem nutrido, curioso e intelectualmente inclinado à raciocinar sobre Utopia e comparar os problemas do mundo às soluções encontradas na duplicata. O segundo, o Botânico, trata-se de um homem ordinário, com problemas comuns e sem interesse em qualquer tipo de mudança. É assim que Wells nos apresenta seu prefácio, afirmando o hibridismo de sua proposta utópica e inserindo dois personagens distintos que virtualmente representam o movimento e a estaticidade; a inquietação e o conformismo; a incerteza e a busca pela aceitação. Nessa leitura, se o utópico Dono da Voz é considerado um intelectual interessado na mudança e o ordinário botânico é considerado um romântico, então a elaboração da utopia cinética propõe-se efetivamente em transformar as diferenças observadas pelo primeiro em proposições para o mundo real. Podemos entender que O Dono da Voz corresponde à Wells, pois o mesmo se afirma o autor dessa utopia, contador da história. O Dono, então, é aquele que possui a autoridade. Tendo isso afirmado, o choque de realidade do narrador ao voltar para a sua Inglaterra está em correspondência à experiência de Wells como londrino, entendendo que:

Meu plano não convence porque tem erros, tece afirmações erradas e omite coisas. O mundo que virá não será como o meu sonho. Meu sonho é apenas um sobre pobre, suficiente para mim. Falhamos em compreender, falhamos de modo invariado e abundante. Vemos o que nos convém e paramos por aí. Contudo, as gerações mais novas e destemidas virão para continuar nosso trabalho além dos nossos maiores esforços, além da nossa margem de ideias. Eles terão certezas que hoje são apenas achismos e previsões para nós. (WELLS, 2021, p. 285)

Ao anunciar que se compreende como um indivíduo cuja pequenez de sua existência denuncia sua falta de agência sobre o mundo, Wells busca se deslocar como filósofo ou cientista social. Entretanto, este mesmo movimento nos revela a consciência do autor de que um projeto utópico precisa ser alicerçado culturalmente, ou seja, abranger uma grande quantidade de indivíduos que tomem a responsabilidade de sua elaboração e realização. Curiosamente, esse é exatamente o argumento inicial de Wells, que, como vimos, posteriormente joga essa responsabilidade para as gerações futuras, acreditando, inclusive, que este é um movimento que deve ser encabeçado por uma elite intelectual. Sobre esse conflito, Wells comenta que:

Há uma noção comum de que a leitura de uma utopia deva terminar com o coração marcado e com soluções claras, com listas de nomes, formação de comitês e até mesmo com o começo de algumas subscrições. No entanto, essa utopia começou com uma filosofia de fragmentação e termina, confusamente, em meio a um tumulto nojento de realidades imediatas, em meio ao pó e às dúvidas, e, na melhor das hipóteses, com as aspirações de um sujeito. As utopias já foram bondosas demais, projetos de um novo mundo e de uma completude ingênua. A presente Utopia Moderna, todavia, é a mera história das aventuras pessoais entre filosofias utópicas. (WELLS, 2021, p. 286)

Embora Wells afirme que *Uma Utopia Moderna* se trata apenas de uma história das aventuras pessoais entre filosofias utópicas, não podemos sobrepor esta afirmação à toda argumentação anterior da obra. Nesse momento, é importante levar em conta essa declaração como uma reflexão do autor acerca do pessimismo encontrado ao observar o mundo real. Ademais, é válido lembrar que esta é uma obra precedida por duas outras que foram duramente criticadas, e que se apresenta como fechamento para as ideias anunciadas pelo próprio autor anteriormente. Embora não possamos afirmar que este trecho se trata de um desânimo, pois seria apenas uma especulação, reiteramos que a narrativa da obra atua de forma analógica, pois retrata a realidade de forma imediatamente diferente a partir de comparações. Por essa razão, é pertinente compreendermos a conclusão de sua utopia como uma leitura de Wells acerca da imobilidade social de sua época, reiterando seu papel crítico como cientista utópico do social.

De acordo com o que fora levantado, o alinhamento de Wells à proposta de Rodrigues em ler a utopia como ciência utópica do social é válida. Em primeiro lugar devido à proposta narrativa analógica do autor. Segundo, ao distanciamento absoluto entre o real e o imaginado. Terceiro, a proposição positiva de uma nova organização social que solucione os problemas da contemporaneidade. Quarto, o tom profético que finaliza a obra, embora tímido e negativo,

direciona a ação humana para o futuro. Quinto, a característica transversal dos usos da ciência em prol do bem-estar da humanidade, de acordo com as regras estabelecidas por aquela sociedade.

Cumprindo estes critérios, remontamos aqui a conclusão de Rodrigues acerca dessa nova ciência emergente no século XIX. “Uma ciência utópica dos fatos sociais poderia ser a designação excêntrica de uma lógica da descoberta científica que, articulada à experimentação teórica, contesta a timidez de quem acredita impossível descobrir e conceitualizar novas rotas para as configurações societárias, rotas não inteligíveis”. (RODRIGUES, 2019, p. 405). Concluindo esta argumentação, acreditamos ser possível localizar Herbert George Wells e sua obra *Uma Utopia Moderna* como representante desta experimentação teórica excêntrica, resgatando tanto a narrativa de More quanto os utopistas do início do século XIX, construindo uma cisão entre antigos e modernos através da proposição de mudança que considera propriamente moderna: a do movimento como princípio universal para o progresso. Assim, Wells conceitualiza seu direcionamento ao inaugurar a utopia cinética como critério de sentido.

## CAPÍTULO 4: A TEMPORALIZAÇÃO DO TEMPO UTÓPICO CINÉTICO

Neste capítulo buscaremos compreender a temporalização do tempo da utopia cinética, entendendo qual é o seu critério de sentido e quais são seus principais componentes. Partindo deste movimento acreditamos na possibilidade de pensar que a utopia cinética difere-se das utopias estáticas não apenas pelo seu caráter de movimento perpétuo, mas também pelo compromisso ético arraigado à compreensão wellsiana de *liberdade* e *individualidade* presentes na obra em questão, expondo-as aos princípios da ética evolutiva.

Dito isso, entenderemos qual é a percepção de tempo de Herbert George Wells através de suas próprias concepções científicas acerca da humanidade, como também pelo debate conceitual do uso de termos propriamente modernos para construir a moral vigente no seu sistema mundial. Desse modo, para compreendermos o passado, o presente e o futuro em *Uma Utopia Moderna* é preciso dialogar com a semântica dos conceitos de movimento<sup>13</sup>, como o utopismo na modernidade e com o próprio conceito de moderno.

Partindo de uma postura retroativa, consultamos a definição de “moderno” no *Century Dictionary and Cyclopedia* (1897), importante dicionário da língua inglesa americana no século XIX.

1. Pertencente à era atual, ou a um período que se estende desde um passado não muito distante até o tempo presente; tarde ou recente, absoluta ou relativamente; não antigo ou remoto no tempo. 2. Não antiquado ou obsoleto; em harmonia com as ideias e hábitos do presente: como, modas modernas; visões modernas da vida (WHITNEY, 1897, p. 3814, tradução nossa).

Na mesma página, podemos observar termos como “moderner”, “modernization”, “modernism”, “modernist”, “modernity”, “modernize”, “modernizer”, “modernly” e “modernness”, todos apontando para a condição do tempo presente ou como o contrário de passado: moderno é o que há hoje e não o que houve ontem. Em suma, ser moderno é uma qualidade trazida pela delimitação temporal entre passado e presente, que distingue entre o

---

<sup>13</sup> Os "conceitos de movimento" conforme delineados por Koselleck têm a função de desvendar uma nova realidade, guiando as massas que estão deixando para trás as estruturas sociais antigas. Eles abrangem interesses sociais, bem como avaliações científicas e políticas, e são utilizados como slogans na formação de partidos políticos. A proliferação de conceitos terminados em "ismo" é um sinal dessa nova função dos conceitos. Quando se mobilizam termos como "republicanismo", "liberalismo" e "comunismo", por exemplo, as declarações extrapolam a experiência imediata e visam construir uma realidade previamente desconhecida. A capacidade de concretização dessas ideias está intrinsecamente ligada à invocação do conceito e à sua aplicação no presente. Koselleck argumenta que esses conceitos tendem a enfatizar excessivamente a orientação histórica em direção ao futuro, usada para justificar a si mesmos em conjunto com essa perspectiva (KOSELLECK, 2015).

antiquado e o que é de uso comum nos tempos atuais. De acordo com as definições do dicionário, é certo dizer que o ato de modernizar algo é moldá-lo às expectativas atuais, tornando-o acessível ao ser humano moderno, que vive em uma sociedade modernizada (WHITNEY, 1897).

No dicionário londrino de língua inglesa, *A Modern Dictionary of the English Language* (1911), a definição de moderno é um adjetivo que se define como “pertencente ao presente, ou tempos recentes; comum.”. Ser modernista é ser alguém que “admira ou aprova as coisas e os costumes modernos” ou então um “membro da Igreja Católica Romana (porém muito não ortodoxo) que acredita no valor prático de todas as religiões”. O ato de modernizar é então transformar as coisas para que estejam “de acordo com as maneiras e costumes modernos”. (*A Modern Dictionary of the English Language*, 1911, p. 437, tradução nossa)

Apesar de muito parecida com a definição do dicionário americano, o inglês não aponta o contrário de moderno como “obsoleto” ou “antiquado”, mas sim como incomum e portanto não correspondente ou identificável com as expectativas modernas. Portanto, podemos afirmar que para o dicionário inglês, o que é moderno está ligado ao que é habitual ao tempo presente.

Historicamente, a palavra “moderno” é utilizada para designar aquilo que é novo, recente ou de acordo com o tempo presente desde o século V d.C, quando “surge imbuído da necessidade de marcar a actualidade com uma consciência própria” (MATEUS, 2012, p. 2) separando temporalmente o mundo pagão da era cristã. De acordo com essa informação, a expressão *moderni* foi usada no império Carolíngio do século IX d.C. para designar autores cristãos, enquanto *antiqui* está para autores da antiguidade greco-romana. Segundo Mateus, é a partir do século XII que o debate se torna mais agudo, onde se discute a legitimidade dos modernos face aos antigos, exemplificado pelo autor através da alegoria de Bernardo de Chartres, que afirma que os modernos são como anões nos ombros de gigantes. Essa imagem entra em perspectiva novamente no século XVII quando o humanista espanhol Juan Luis Vives argumenta que não há gigantes ou anões, mas sim uma igual estatura; os modernos são imediatamente diferente dos antigos “na medida em que, tirando proveito dos sucessivos saberes acumulados pelos antigos, eles possuem um conhecimento muito mais vasto, muito para além do dos antigos” (MATEUS, 2012, p. 4). Nesse sentido, os modernos estão em posição de descobrir e criar coisas que os antigos jamais poderiam imaginar.

Segundo Reinhart Koselleck, a expressão tempo moderno traz consigo uma série de efeitos decorrentes da concepção e criação do conceito de Idade Média. Com uma expressão para designar um período médio “percebeu-se a necessidade de designações para os outros

tempos, o tempo anterior ou mais velho, e o tempo mais tardio ou moderno.” (KOSELLECK, 2015, p. 271). Para Mateus, “a ultrapassagem dos antigos por parte dos modernos criou um imaginário dicotomizado em torno do qual se foram desenhando as metáforas das trevas e da luz”. Portanto, se “a antiguidade clássica foi associada com o esplendor e a resplandecência, o Renascimento, que aspirava a ser uma época de regeneração e restauração dos tempos áureos, demarcou-se da Idade Média de queurgia distinguir-se.” (MATEUS, 2012, p. 6)

Este processo de tomada de desenvolvimento de uma nova consciência passa a ser temporalizado no século XX através do conceito de modernidade, que é uma categoria analítica utilizada para designar esses processos. Nesse sentido, não há “modernidade” como movimento político ou teórico, mas podemos dizer que o termo “tempo moderno” passa a informar um período a partir do que Samuel Mateus chama de Tradição do Moderno, que é uma “instância trans-histórica em que a experiência dos modernos desautoriza a experiência dos antigos em prol de uma reivindicação de apropriação da experiência do seu próprio tempo”, o que quer dizer que esse tempo “é considerado como eminentemente inédito e autêntico” (MATEUS, 2012, p. 2).

Portanto, a Tradição do Moderno pode ser vista como uma ruptura com as tradições e estruturas sociais antigas, enfatizando a liberdade intelectual e o acúmulo de experiência da humanidade, anunciando uma emancipação dos homens em relação às muitas gerações anteriores. Segundo Samuel Mateus, “se os modernos são adultos é porque já os precederam outros homens que viviam num estado de incompletude, o qual não lhes permitiu mudar o mundo mas apenas discuti-lo. Todavia, numa fase de maturidade a que corresponde a modernidade, o homem age e provoca o mundo” (MATEUS, 2012, p.10).

Nesse sentido, Mateus nos indica que é a partir do Iluminismo que a tomada de consciência moderna se torna mais feroz, os modernos do século XVIII passam a ser aqueles que rejeitavam qualquer forma de autoridade e ordem social que não fosse originada deles mesmos. Eles fundamentam-se na ideia de uma Razão que é acessível a todos os seres humanos, o que implica em uma autonomia em relação a tradições, formas de autoridade e costumes antigos. Os modernos são progressistas, possuem o acúmulo do conhecimento, acreditam na perfeição humana alcançada pelo apogeu do espírito. Portanto, para os modernos, a autoridade é considerada como algo que deve ser questionado e avaliado com base na própria Razão individual e coletiva, em contraposição a uma autoridade externa ou imposta. Os modernos triunfam na afirmação de superioridade aos antigos helenos, portanto “Antiguidade e modernidade são, durante o Iluminismo, intrínseca e radicalmente diferentes. Logo, toda a comparação é ilegítima. A História é irrepitível, o Passado é encastrado numa

antiguidade longínqua, os antigos são alegadamente incapazes de demonstrar ou ensinar alguma coisa de novo aos modernos” (MATEUS, 2012, p. 14).

A conquista da percepção de um tempo inédito e autenticamente novo, para Koselleck, partiu de três possibilidades. Sendo a primeira, a “distinção semântica que já está presente na expressão ‘tempo moderno’. Esta expressão pode significar ou a simples constatação de que o “agora” é novo, de que o tempo atual se opõe ao tempo passado, seja qual for a profundidade desse passado”. Daí surge “a expressão “*modernus*”, que desde então não perdeu o significado de “atual”. (KOSELLECK, 2015, p. 274). A segunda de que “o novo tempo pode indicar uma reivindicação qualitativa, a de ser novo no sentido de inteiramente diferente, ou até mesmo melhor, do que o tempo anterior”. A partir dessa percepção, “o novo tempo indica novas experiências que jamais haviam sido experimentadas dessa maneira, ganhando uma dimensão que confere ao novo um caráter de época” (KOSELLECK, 2015, p. 274). E, “por último, o tempo moderno também pode ter um significado, derivado de dois significados possíveis que o precedem, que retrospectivamente é entendido como novo frente à Idade Média” (KOSELLECK, 2015, p. 274).

Assim, a modernidade é uma experiência do tempo que a partir do século XVII pretendeu se distanciar radicalmente da Idade Média. Não era apenas ser novo, mas também fundamentalmente diferente. Além das ideias iluministas que elaboraram sobre a modernidade, as próprias mudanças profundas nas estruturas sociais e nos modos de produção auxiliam para a consolidação da modernidade no século XVIII, como a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, por exemplo. É possível dizer que dentro da Idade Moderna há diferentes períodos de modernidade, que é o que Hans Ulrich Gumbrecht interpretou como um modelo de cascatas. Para Gumbrecht, são elas: a modernidade-Renascença; a modernidade epistemológica; a Alta modernidade e a pós-modernidade. A primeira é o cisma entre a antiguidade e a modernidade, marcada por uma ruptura com o passado e uma consciência singular do momento presente. A segunda se refere à tese de Hegel partindo da defesa que a modernidade passa a ser caracterizada pela busca de fundamentos racionais e pela ênfase na subjetividade e na atividade do sujeito na construção do conhecimento, assim, a partir do século XIX, a arte perde sua função pois não é capaz de expressar e representar adequadamente a complexidade e a totalidade do mundo. A terceira se refere à emergência de programas sociais transformadores na primeira metade do século XX, marcada pelo avanço acelerado da tecnologia, globalização e urbanização em larga escala. (GUMBRECHT, 1998)

O que nos interessa, nessa temporalização trazida por Gumbrecht, é o período entre a modernidade epistemológica e a Alta modernidade, pois é aí que a obra *Uma Utopia Moderna*

está situada. Em primeiro lugar, Wells se assume como autor de uma utopia nova, cismática em relação às antigas; ao mesmo tempo, compreende que romper com as utopias antigas é um movimento reflexivo e crítico em relação à sua própria realidade. Wells, então, se percebe como parte do mundo e não exógeno a ele. A experiência do autor não está de acordo com as suas expectativas em relação ao futuro social, é o que Foucault chama de crise da representação, exemplificada por Gumbrecht quando “o novo observador, auto reflexivo, sabe que o conteúdo de toda observação depende de sua posição particular [...]” assim “fica claro que [...] cada fenômeno particular pode produzir uma infinidade de percepções, formas de experiência e representações possíveis.” Essa consciência de multiplicidades interpretativas significa dizer que nenhuma delas “pode jamais pretender ser adequada epistemologicamente e superior a todas as outras” (GUMBRECHT, 1998, p. 14)

Desse modo, a utopia wellsiana dialoga com essa diversidade de interpretações e representações ao propor uma utopia cinética, que em seu movimento perpétuo possa se superar, moldando-se às expectativas individuais. Para Wells, essa seria uma conquista de um novo tempo, um projeto radical e propriamente moderno a partir da elaboração de uma ciência utópica do social por meio do resgate de Morus e a incorporação do seu discurso à alta modernidade.

Wells introduz sua experiência utópica propondo assim um cisma entre a tradição utópica antiga e a moderna, então fundada por ele: a utopia cinética. Nessa proposta, ele redefine a temporalização do tempo utópico, considerando as condições que ele mesmo identificou como modernas em sua obra. Elas incluem o pensamento científico, os sistemas político-econômicos globais, a presença da tecnologia, o debate sobre recursos naturais, as diferentes formas de casamento, a educação universal, a nobreza voluntária, a aplicação da ética evolutiva e o caráter progressista do movimento perpétuo denominado "cinético". As condições modernas elencadas por Wells em *Uma Utopia Moderna* podem ser resumidas na capacidade humana de exercer sua liberdade ao máximo, garantida e intermediada pelo Estado Mundial. Este é seu ideal moderno, que julga ser sua maior diferenciação para com as utopias clássicas: “ter a liberdade de ir e vir com vistas à individualidade é, na perspectiva moderna, o triunfo subjetivo da existência, como a sobrevivência no trabalho criativo e no produto em seu triunfo objetivo.” (WELLS, 2021, p. 39)

Sendo assim, a utopia cinética de *Uma Utopia Moderna* extrapola um prognóstico ou um romance utópico ao propor uma reforma social com base na percepção bio-cultural sócio evolucionista. Essa utopia busca direcionar a História em prol da construção de uma

sociedade moralmente sincronizada, sustentada por um compromisso ético evolucionista regulado pelo Estado por meio da educação global.

A partir deste compromisso anunciado por Wells, podemos seguir a argumentação de Zoltán Simon, onde devemos encarar a literatura utópica moderna como parte do corolário que compõe uma característica fundamental da experiência do tempo moderna: a abertura ao futuro. Portanto dá-se aí o debate acerca da temporalização da história dentro da tradição utópica.

Como consequência, se a história é a condição de possibilidade do pensamento utópico moderno temporalizado e se a história é 'fabricável', então a utopia deve ser alcançável através da fabricação da história, através da concretização da utopia como história. É a própria 'fabricabilidade' da história que possibilita a 'alcançabilidade' e a 'realizabilidade' da utopia. (SIMON, 2019, p.88)

Ao concebermos esta perspectiva de que “se a história pode ser feita, a utopia pode ser alcançada”, estamos, por consequência, discutindo o conceito de progresso, que, segundo Koselleck (2006), é o primeiro conceito propriamente moderno, uma vez que temporaliza a história, imaginando-a como um processo e colocando-a em movimento. Em *Uma Utopia Moderna* as individualidades do ser humano são as causas das inovações e alicerce da liberdade, limitada e ao mesmo tempo concebida pela Lei. Elas são, portanto, o motor do progresso wellsiano e seu critério de sentido fundamental, pois é através das inovações causadas por elas que a Utopia Moderna é capaz de superar-se a cada novo estágio alcançado. Dessa forma, a imprevisibilidade não impede o progresso, mas é um pressuposto dele. Este último apontamento nos revela uma interpretação moderna de progresso, que compreende o papel ativo da humanidade. Ou seja, o conceito de progresso promove “práticas de sincronização” que enredam registros históricos e tempos múltiplos da história universal em uma única trama de desenvolvimento racionalmente inteligível (JORDHEIM 2014). Assim, para Wells, o progresso individual, como critério de sentido que une o particular ao geral, resulta no progresso da história enquanto singular coletivo. “Pois, em decorrência da universalização do nosso conceito, o sujeito e o objetivo trocam de papel, o *genitivus subiectivus* transforma-se em *genitivus obiectivus*: nas expressões ‘progresso do tempo’ e ‘progresso da história’, o progresso assume o papel dominante e passa a ser o *agens* histórico. Lembremo-nos do nosso exemplo inicial, a frase ‘isso vem do progresso’. Agora podemos dizer: a modalidade temporal assume a função do portador da ação” (KOSELLECK, 2019, p. 183)

Resumidamente, para Wells, o progresso individual, como critério de sentido que une o particular ao geral, resulta no progresso da história enquanto singular coletivo. Ou seja, o progresso é entendido como um processo contínuo, em que a imprevisibilidade não impede a realização da utopia, mas é um pressuposto dela. Na mudança de papel do sujeito e do objeto no conceito de progresso, o progresso assume o papel dominante e passa a ser o agente histórico. Essa mudança é vista como uma universalização do conceito de progresso, que assume uma função ativa na história, promovendo o desenvolvimento racionalmente inteligível da humanidade.

Neste capítulo buscaremos compreender a temporalização do tempo na utopia cinética com o objetivo de entender qual é o seu critério de sentido e quais são os principais componentes da temporalização do tempo nessa forma de utopia. Iremos explorar como a utopia cinética difere das utopias estáticas não apenas pelo seu caráter de movimento perpétuo, mas também pelo compromisso ético arraigado à compreensão wellsiana de liberdade e individualidade. Assim, examinaremos como a temporalização do tempo na utopia cinética está relacionada à ética evolutiva e à compreensão de Wells sobre a humanidade.

#### 4.1 A EVOLUÇÃO HUMANA COMO PROCESSO ARTIFICIAL

Em um artigo publicado em 1896 para a *The Gentleman's Magazine*, Wells ataca a obra *Evolução Social* de Benjamin Kidd, acusando-o de não compreender o papel da seleção natural no desenvolvimento da moralidade na sociedade. Para Wells, a seleção natural é uma seleção por morte: o mais apto fisicamente e intelectualmente ao ambiente sobrevive e o menos apto morre. A moralidade, entretanto, é moldada a partir das influências culturais dadas por determinada sociedade.

Pode ajudar a esclarecer uma questão importante apontar o que certamente não está muito claramente compreendido atualmente, que é o processo evolutivo que está operando atualmente no corpo social é essencialmente diferente daquele que diferenciou espécies no passado e elevou o homem à sua posição de destaque entre os animais. É um processo novo na história deste mundo. (WELLS, 1896, p. 590, tradução nossa)

No artigo, Wells afirma que o processo de evolução moral não corresponde diretamente com a evolução biológica, mas sim a partir da evolução de sugestões e ideias. São processos distintos, mas concomitantes. A evolução humana, para ele, ocorre em um compasso diferente da dos animais pelos seguintes motivos: a reprodução lenta dos seres

humanos devido a sua maturidade tardia, o longo tempo de gestação de um ser humano e sua larga expectativa de vida.

Considerando todos esses pontos juntos, e assumindo quatro gerações de homens por século - uma generosa concessão - e dez mil anos como o período de tempo que se passou desde que o homem entrou na idade da pedra polida, mal se pode exagerar em dizer que ele teve tempo apenas para passar por tanta modificação específica quanto um coelho poderia alcançar em um século. (WELLS, 1896, p. 591, tradução nossa).

Para tanto, o ser humano desenvolveu mecanismos para proteger a espécie, adaptando-se coletivamente às condições do ambiente de modo que garanta a sobrevivência de sua prole. Devido a essa preservação, os seres humanos se reproduzem em circunstâncias complexas e artificiais.

A característica mais marcante da nossa civilização é a preservação cuidadosa de todas as vidas humanas que nascem nela, incluindo os defeituosos, os cegos, os surdos-mudos, os ferozes, os atavísticos; o joio e o trigo não apenas crescem juntos, mas são imparcialmente protegidos da destruição. Eles amadurecem e se reproduzem sob circunstâncias tão complexas e artificiais que nem mesmo uma Seleção Sexual determinada pode estar operando. Considerando as visões geralmente aceitas sobre variação, devemos supor que tantos seres humanos nascem abaixo da média em qualquer aspecto quanto acima dela, e que, portanto, até que nossa civilização mude fundamentalmente, o homem médio intrínseco permanecerá o mesmo. (WELLS, 1896, p. 592, tradução nossa)

No trecho acima, Wells já demonstrava seu interesse em mudar fundamentalmente a sociedade, de modo a produzir seres humanos acima da média. Seu argumento de que a sociedade ao tornar-se mais sedentária não corresponde às expectativas biológicas de seleção sexual dialoga com a proposta de controle populacional de *Uma Utopia Moderna*, por exemplo. Desse modo, com uma reprodução humana controlada não apenas pelo Estado através das leis, mas também pelo arcabouço ideológico de sua utopia, que entendia que os cidadãos considerados incuráveis não iriam reproduzir por espontânea vontade, a civilização poderia alcançar essa mudança.

O curso da natureza nesse processo é matar os mais fracos e tolos, destruí-los, privá-los de alimentação, sobrepuja-los utilizando os mais fortes e espertos como arma. Mas o homem é um animal antinatural, o filho rebelde da natureza, e se volta cada vez mais contra a mão pesada e errática que o educou. Enxerga com ressentimento crescente a multidão de vidas sofredoras e inúteis que a própria espécie esmaga. Em *Utopia Moderna*, ele buscará mudar essa lei antiquada. Os fracassados deixarão de sofrer e sucumbir em nome da evolução de sua espécie; no entanto, não evoluirão para que a raça humana não sofra e pereça com eles. (WELLS, 2021, p. 117)

Wells compreende que os fracos poderão se tornar fortes em utopia moderna pois serão providos de recursos abundantes e oportunidades diversas, estando suas vidas determinadas apenas ao seu esforço. Já aqueles que não corresponderem às expectativas utópicas, terão seus direitos retirados. Entretanto, Wells admite que haverá falhas em sua utopia, pois o ser humano será tentado pelo erro, “mas, em Utopia, todos serão educados, nutridos e treinados dentro de um limite mínimo [...], portanto, a falta de dinheiro será uma evidência clara de desmerecimento. Em Utopia, ninguém sonhará em dar esmolas a um pedinte, e ninguém sequer sonhará em ser pedinte” (WELLS, 2021, p. 126).

Essa falha pode ser observada na argumentação de Wells no artigo de 1896, onde ele compreende que:

[...] homem médio de nossa sociedade é intrinsecamente o que era na época do Paleolítico. Observe sua psicologia, e especialmente sua disposição para raiva e controvérsia, seu amor pela caça e exercício violento, e seus poderosos desejos sexuais. Atualmente, os interesses mundanos de um homem, seu bem-estar e o de sua família, exigem um conflito constante para manter essas disposições sob controle. Um cidadão decente está sempre controlando e disciplinando os impulsos de raiva, forçando-se a um trabalho monótono e resistindo às seduções do instinto esportivo e de uma imaginação errante. (WELLS, 1896, p. 592, tradução nossa)

Dessa forma, se não fosse pela sociedade ter se organizado a partir de instituições complexas, o ser humano viveria no estado paleolítico. Hipoteticamente, para Wells, se um ser humano recém nascido no século XIX fosse transportado para o passado, nenhuma diferença seria notada no desenvolvimento da criança, pois suas disposições psicológicas e instintos básicos são semelhantes ao ser humano paleolítico. Portanto, as diferenças entre a criança moderna e os adultos paleolíticos seriam extrínsecas. Isso significa dizer que Wells segue Darwin em sua teoria das emoções, pois afirma que as condições psicológicas são adaptativas de acordo com o ambiente. As emoções atuam, dessa forma, diretamente na comunicação, mas para Wells é apenas a partir do desenvolvimento da fala organizada, fruto da tradição, que “vieram as possibilidades de cooperações e instruções mais complexas do que antes eram possíveis, indústrias mais complexas do que a caça e a lascagem de pedras” e com o surgimento da escrita, a “expansão daquele corpo de conhecimento e ideais que é a realidade do estado civilizado”. A partir disso, Wells forma a hipótese que “somente com a escrita os governos diretamente pessoais puderam se fundir para formar um tipo mais amplo de Estado” (WELLS, 1896, p. 593, tradução nossa).

Ao final do artigo, expõe sua visão de futuro percebida em *Uma Utopia Moderna*, como vimos anteriormente.

No futuro, é pelo menos concebível que homens com uma razão treinada e uma ciência mais sólida, tanto de matéria quanto de psicologia, possam conduzir essa operação de forma mais inteligente, unânime e eficaz, e trabalhar em direção, e finalmente alcançar e preservar, uma organização social tão habilmente equilibrada contra as necessidades exteriores de um lado e o fator artificial no indivíduo do outro, que a vida de cada ser humano e, de fato, através do homem, de cada criatura sensível na terra, possa ser geralmente feliz. Para mim, pelo menos, isso não é um sonho, mas uma possibilidade a ser perdida ou ganhada pelos homens, conforme tenham ou não grandeza de coração para conscientemente moldar suas concepções morais e suas vidas para tal fim. (WELLS, 1896, p. 595, tradução nossa)

Essa possibilidade vislumbrada por Wells é proposta a partir de um processo transitório que se daria pela educação. Segundo ele, louvar o massacre dos inaptos não é o caminho para alcançar esse novo estágio da humanidade, mas sim dedicar-se à construção de um sistema educacional sólido e universal.

Embora essa divisão entre o ser humano biológico e cultural feita por Wells não corresponda ao que a ciência sabe hoje acerca dos processos evolutivos e psicológicos da humanidade, pretendemos compreender essa divisão como parte da temporalização do tempo da utopia cinética, uma vez que Wells compreende que o seu tempo presente permanece inerte evolutivamente devido a não intervenção na Educação e a falta de um projeto político abrangente. Para Wells, a cultura agia como um supressor dos instintos naturais. Para Emelie Jonsson, a argumentação de Wells se aproxima da concepção adaptacionista, onde:

Nesta concepção bio-cultural, a literatura e outras formas de arte fazem algo semelhante ao que Wells supunha: elas educam, moldam identidades e orientam comportamentos. Elas desempenham uma função crucial de localizar indivíduos em relação a grupos, visões de mundo e objetivos de vida. Mas elas o fazem principalmente criando imagens evocativas e mundos fictícios que apelam às emoções e canalizam os instintos - não apresentando argumentos racionais que os suprimem. Cálculos racionais só podem operar a partir das construções imaginativas pelas quais vivemos nossas vidas. Assim, a cultura imaginativa é uma estratégia biológica alimentada e limitada pelas disposições evoluídas da espécie humana, e não uma força separada que trabalha contra a natureza. (JONSSON, 2018, p. 302, tradução nossa)

Aqui assumimos que a manutenção de sua utopia está, portanto, na manutenção de uma educação universal que se comporte não apenas como provedora de conhecimentos que promovam a oportunidade de uma boa classificação social dentro da estratificação de *Uma Utopia Moderna*, como também na garantia que todos irão seguir a apoiar aquele sistema ao

serem cooptados pela doutrina científica. Argumentamos, então, que é a partir desse processo artificial-cultural movimentado pela educação universal que Wells busca assegurar a cooperação da espécie humana, acelerando seu progresso moral, uma vez que aceita que o progresso biológico está dissociado do primeiro e, devido a sua lentidão, não pode ser modificado.

#### 4.2 RETROCESSO ZOOLOGICO EM UM PROCESSO CÓSMICO

Em 1891 Herbert George Wells publica o artigo “The Rediscovery of the Unique” [em tradução livre, “A Redescoberta da Singularidade”] na *Fortnightly Review*, onde argumenta que a humanidade está em perigo de um "retrocesso zoológico", ou seja, uma regressão a uma condição animal, devido à influência de sistemas sociais mal concebidos e a uma cultura que valoriza a competição e o individualismo em detrimento da cooperação e do bem comum. Nesse momento Wells “estava invocando o trabalho evolutivo de Charles Darwin e Alfred R. Wallace como evidência para apoiar sua filosofia” (QUAMEN, 2005, p. 72).

Wells acrescentou seu discurso "Ceticismo do Instrumento", de 1903, ao livro "Uma Utopia Moderna" e, conseqüentemente, convidou os leitores interessados a compartilhar a desconfiança de Wells em relação a esquemas de classificação e a refletir sobre as formas como as utopias e até mesmo a cultura eduardiana emergente eram, em última análise, vazios esperando definição. O romance também demonstra como Wells se distanciou conscientemente das utopias populares do final do século XIX - como "News from Nowhere" (1890) de William Morris, "Erewhon" (1872) de Samuel Butler e "Looking Backward" (1888) de Edward Bellamy. O foco de Wells, como sugere o título, enfatizava a modernidade de todo o empreendimento. Suas ideias e planos para uma sociedade reorganizada foram informados pelas lições que a teoria da evolução havia ensinado, e ele fez pleno uso dessas lições enquanto lutava para libertar a cultura das amarras de um vitorianismo sufocante e complacente. (QUAMEN, 2005, p. 72, tradução nossa).

Para Wells, não bastava que a humanidade dependesse do ambiente para que suas comunidades evoluíssem, pelo contrário: a cultura estava fazendo a espécie humana retroceder biologicamente e moralmente. Para Wells, a sociedade estática, portanto não migratória e plenamente progressista, não é capaz de dar seguimento à evolução. A sondagem wellsiana acerca da sociedade nos indica que ele entendia o modo de vida urbano como uma estrutura de repetição que não permitia o avanço da humanidade. Em seu artigo “Zoological

Retrogression” [tradução livre, “Retrocesso Zoológico ”] publicado na *The Gentleman’s Magazine*, Wells escreve:

Todo cidadão respeitável das classes profissionais passa por um período de atividade e imaginação, de "vivacidade e excentricidade", de "Sturm und Drang." Ele assusta suas tias. Entretanto, logo percebe o aspecto sóbrio das coisas. Ele se torna entediante; ele entra em uma profissão; ventosas aparecem em sua cabeça; e ele estuda. Finalmente, em virtude desses fatores, ele se estabelece - ele se casa. Todas as suas ambições selvagens e percepções estéticas sutis atrofiam como agulhas na presença da calma da domesticidade. Ele secreta uma casa, ou "estabelecimento", em torno de si, de material inorgânico e servil. Seu rabo de boêmio é descartado. De agora em diante, sua vida é uma receptividade passiva ao que o acaso e o rumo de sua profissão trazem; ele vive uma existência quase totalmente vegetativa ao lado de uma rua, e na tranquilidade de sua profissão encontra aquele contentamento sem cor que substitui a felicidade. (WELLS, 1891, p. 249, tradução nossa).

Neste trecho, Wells descreve o papel da cultura e dos modos de produção na degradação da humanidade. A descrição de um cidadão que abandona suas ambições selvagens e percepções estéticas sutis em prol da estabilidade e da vida doméstica, cumprindo assim as expectativas da sua sociedade e se tornando parte da ordem estabelecida, indica que ele perde gradualmente sua paixão e se contenta com uma existência quase vegetativa. O modo de vida de sua contemporaneidade suprime os impulsos naturais do ser humano, fazendo com que perca, dentro do processo evolutivo, suas características físicas. Isso significa dizer que a cultura tem a capacidade de docilizar as pessoas, e que esse processo pode ser responsável pelo retrocesso zoológico da humanidade.

É possível observar um exemplo dessa argumentação na interação entre os dois personagens principais de *Uma Utopia Moderna*, que nos leva a compreender não apenas a divergência de opiniões entre eles, mas também uma recusa do próprio autor a não discorrer sobre como as pessoas descontentes viverão nesse regime. Assim, o protagonista se responsabiliza por explicar ao Botânico aquilo que ele não compreende sobre Utopia. Porém, mesmo que o protagonista faça sua defesa, o Botânico segue crítico e distante. Nessa narrativa, o personagem crítico e apático é considerado um descontente, alguém que não está disposto ideologicamente a construir coletivamente o Estado-mundial. Também são considerados descontentes aqueles que não se adaptam às exigências da utopia, que não se esforçam o suficiente ou que possuem características consideradas indesejáveis. Em outras palavras, os descontentes são aqueles que não se enquadram nas ideias de sucesso e mérito da utopia moderna. É possível imaginar que ao descrever o Botânico, ele se refira ao homem vitoriano romântico, retomando novamente o que Quamen havia nos indicado: Wells

pretendia livrar a cultura inglesa do vitorianismo, que considerava inerte e causador do retrocesso moral. Além disso, através do nome “Botânico”, Wells revela uma crítica particular aos biólogos. (QUAMEN, 2005)

Ao criticar o que os biólogos chamavam de classificação "natural" das espécies, por exemplo, Wells adotou praticamente qualquer postura filosófica, exceto o realismo. Consequentemente, ler os romances de H. G. Wells é apreciar seu objetivo político e artístico de criar uma cultura que se isolasse e amortecesse das leis caprichosas e muitas vezes cruéis da própria natureza darwiniana. (QUAMEN, 2005, p. 67, tradução nossa)

Além disso, Quamen pontua que a botânica era a mais classificatória das ciências biológicas; portanto, responsável por rotular as espécies. Isso pode nos sugerir algumas coisas: que Wells alfinetou os críticos científicos da época; distanciou-se das utopias clássicas ao lidar com uma espécie de “intruso” na sua obra; ou então Wells simplesmente não conseguiu retirar o personagem da obra, desenvolvendo-o posteriormente. A primeira e a segunda possibilidades são hipóteses de Quamen, enquanto a terceira se trata de uma breve análise do manuscrito de Wells (QUAMEN, 2005).

Ademais, podemos argumentar que esse descontentamento do Botânico em *Uma Utopia Moderna* se dá principalmente pelo fato de ele ser um intruso das expectativas de Wells. No início da obra, ele se refere à utopia como *nossa* e ao avançar passa a tratá-la como *minha*. Via seleção artificial, como vimos anteriormente, descontentes seriam raros por dois motivos: não chegariam a nascer ou então seriam educados para construir a utopia de acordo. Devemos então levar em conta, entretanto, a participação do Botânico ao remeter o passado (a Terra) ao protagonista, sujeitando ainda mais as suas dissertações utópicas ao movimento do prognóstico. Lembremos: enquanto o Botânico remete à inércia, seu companheiro remete ao progresso e, portanto, à modernidade.

A questão do descontentamento é discutida no capítulo 5 de *Utopia Moderna*, onde Wells argumenta que em *Utopia Moderna*, os descontentes assemelham-se aos inúteis. Para o autor, “essas pessoas certamente estarão em declínio; a espécie estará engajada em eliminá-las; não há escapatória e, em contrapartida, as pessoas de qualidade excepcional estarão certamente em ascensão.” (WELLS, 2021, p. 117).

A eliminação das pessoas descontentes em *Utopia Moderna* não resultará em assassinato, mas sim em uma estagnação da evolução através da proibição da reprodução. Na ideia welliana de utopia e evolução, o Estado fornecerá os mecanismos para que haja competição justa, tais como educação, moradia, transporte e empregos distribuídos de forma igualitária. Através do esforço e do uso das individualidades dos cidadãos, eles serão

realocados em outros empregos ou em outras cidades de acordo com seus resultados. Isso tudo ocorre para evitar o retrocesso da espécie, pois na obra os vagabundos e descontentes são considerados equivalentes. Sendo assim, há uma grande dificuldade em encontrar uma solução para a inadimplência financeira. A proposta do protagonista é que tudo o que vier do Estado deverá ser igualmente respondido pelo cidadão, caso contrário o mesmo deverá pagar pelos danos ou adequar-se imediatamente à ordem social utópica, em nome da evolução da espécie. Em épocas de escassez de empregos bem remunerados que permitam o empreendimento privado, os cidadãos serão realocados em empregos de mão de obra estatal: construção de estradas, prédios públicos e outros serviços. Essas obras estatais só seriam possíveis partindo da pressuposição de que o Estado-mundial possuiria uma reserva desse material de construção e fabricação. Dessa forma

O Estado providenciaria essas coisas para seus cidadãos como se fosse seu direito de exigência; o cidadão, por sua vez, receberia tudo como se fosse um sócio acionista em uma empresa comum e sem nenhuma menção insultante à caridade. Em contrapartida, o cidadão que fornecer um serviço mínimo por essas concessões não poderá ter filhos até que se estabeleça no trabalho em uma taxa acima do mínimo e livre de alguma dívida que possa incorrer. (WELLS, 2021, p. 120)

Isso acontecerá, segundo Wells, imaginando o melhor governo possível, pois eticamente não haverá corrupção dentro da organização dos samurai, uma vez que a evolução ética há muito tempo havia sido incorporada em Utopia. Sendo assim, não haveria vagabundos em Utopia, pois os cidadãos conheceriam a ética e o Estado se encarrega de fornecer as ferramentas para exercitá-la. Os criminosos, por sua vez, seriam isolados da sociedade em uma ilha. Isso tudo nos leva a concluir que o caráter mundial de *Utopia Moderna* não permite ameaças externas, mas sim problemas internos. O Estado mundial deverá encarar os divergentes não como falhas no sistema, mas sim como indivíduos que falharam em seu compromisso com a evolução da espécie, comprometendo o desenvolvimento da sociedade cinética. Podemos então especular que para proteger o princípio da utopia moderna, os samurai deveriam resguardar a liberdade coletiva, impedindo uma acomodação generalizada que seria desencadeada pela falta de comprometimento ético de um indivíduo.

Podemos argumentar que no pensamento wellsiano, é através da elaboração de um Estado Mundial, um tipo de governo fundamentalmente não-fragmentado que tornaria possível a domesticação do tempo futuro, trazendo luz à importância da coletividade no pensamento wellsiano. Um grupo em escala global, unificado pela aspiração do progresso

perpétuo proposto pelo tempo cinético, ancorado na ética evolutiva, poderia então sincronizar a experiência humana, pois o progresso individual seria garantido pela competição supervisionada pelo Estado. Para ele, essa sociedade deve obedecer às leis e regras naturais, pois não é possível superar o fator da imprevisibilidade em uma sociedade que obedeça o tempo cinético e não as estruturas temporais repetitivas.

Para Wells, a causa da degradação de algumas espécies causada pela perda de seus fatores evolutivos deve-se à sua tendência ao parasitismo, preferindo continuar em um ambiente confortável do que migrar para outro inóspito. Optando pelo primeiro caso, as espécies que permaneceram de forma parasitária, perderão com o tempo suas características combativas e mesmo defensivas, enquanto as do segundo caso desenvolvem melhores ferramentas. O progresso lento da evolução da humanidade, para ele, é uma característica ameaçadora, pois não há evolução biológica notável na longa duração e seu juízo moral negativo sobre a cultura alarma para uma degradação social. (WELLS, 1891)

Portanto, não há garantia no conhecimento científico da permanência ou ascensão permanente do homem. Ele possui uma organização notavelmente variável, e suas próprias atividades e crescimento causam flutuações nas condições de sua existência muito mais amplas do que as de qualquer animal. A presunção é que diante dele há um longo futuro de modificação profunda, mas se isso será, de acordo com os ideais presentes, para cima ou para baixo, ninguém pode prever. Ainda assim, tanto quanto qualquer cientista pode nos dizer, pode ser que, em vez disso, a Natureza esteja, em obscuridade não suspeitada, equipando alguma criatura agora humilde com possibilidades mais amplas de apetite, resistência ou destruição, para se erguer no tempo e varrer o homem para a escuridão da qual seu universo surgiu. A Besta Vindoura certamente deve ser considerada em qualquer cálculo antecipatório em relação ao Homem Vindouro. (WELLS, 1891, p. 253, tradução nossa).

É possível concluir que, para Wells, a imobilidade da sociedade que se formava no final do século XIX faria com que a espécie humana permanecesse inerte, embora fosse impossível prever o futuro. Entretanto, a partir do movimento de buscar hipóteses e traçar prognósticos a partir do que é conhecido, ele argumenta que não é possível descartar a possibilidade do surgimento de uma espécie que possa superar o ser humano em termos de capacidades físicas ou intelectuais.

A esperança em mudar este cenário, para Wells, repousa no resgate da singularidade através da aceitação da infinita variabilidade dos seres humanos e sua virtual exploração positiva. Ou seja: os seres humanos devem ser entendidos individualmente em sua complexidade.

Darwin havia insistido, é claro, que um ambiente sempre em mudança era um dos mecanismos impulsionadores da evolução. Da mesma forma, Wells insistiu que o ambiente - alterado seja pela natureza ou pela humanidade ou ambos - tornaria uma comunidade estática, por mais ideal que fosse, impossível. O desejo de Wells de ilustrar tanto a novidade de seu projeto cultural quanto sua desafiadora radicalidade dos gêneros existentes permeia *Uma Utopia Moderna*. (QUAMEN, 2005, p. 72, tradução nossa)

Em outras palavras, Wells acreditava que por mais que uma comunidade humana procurasse se estabelecer de forma estática, conforme proposto pelas utopias clássicas, o curso da natureza ou então a ação do ser humano impediria que ela funcionasse. Por essa razão, Wells advoga contra a cultura de “estabelecimento” proveniente do que chamou de classes profissionais, como vimos anteriormente. Esse caráter imóvel que Wells elencou, portanto, seria uma potencial causa da degradação da espécie humana, que não poderia ser aceita em *Uma Utopia Moderna*.

#### 4.3 PROGRESSO OU MUDANÇA? O PAPEL DA LIBERDADE E DA INDIVIDUALIDADE NO MOTOR DA UTOPIA CINÉTICA.

Em *Uma Utopia Moderna* a liberdade é uma condição necessária para a felicidade humana e deve ser protegida e garantida em uma sociedade ideal. Para tanto, Wells propõe a criação de uma sociedade em que todas as pessoas possam desfrutar de liberdade pessoal e intelectual. Ele argumenta que a liberdade é um direito fundamental e que a busca pela felicidade é uma das principais razões pelas quais as pessoas desejam ser livres. Além disso, Wells defende que a liberdade deve ser acompanhada pela responsabilidade pessoal e pela cooperação social. Dessa forma, ele não estava de acordo com os utopistas clássicos, pois via-os como tendo outra noção de *liberdade*: uma ideia trivial colocada em segundo plano, que agarra-se à manutenção do *status quo* utópico.

Em Utopia Moderna, o conceito de liberdade está entrelaçado com as leis, sejam elas da Natureza ou mesmo um Código humano mais ou menos elaborado. Por meio disso, a ação humana é regulada, sem que uma proibição signifique a ausência de liberdade e vice-versa, como por exemplo: o direito de matar anula o direito de ir e vir (WELLS, 2021). Para Wells, o conceito de liberdade em Utopia Moderna desenvolve-se nas relações entre as individualidades a partir do diálogo com o Estado, contrapondo as utopias clássicas, que, segundo ele, escalonam a sociedade, colocando virtude, felicidade e liberdade em lugares diferentes.

Para Wells, a liberdade individual não deve ser exercida às custas dos outros membros da sociedade, devendo a humanidade cooperar para atingir seus objetivos mútuos. Entretanto, o exercício da liberdade, em uma sociedade planejada para o pleno funcionamento de uma meritocracia que Wells considerava “justa”, deveria partir unicamente do engajamento espontâneo dos indivíduos. Dessa forma, o princípio do esforço seria o responsável pela construção das castas na sua utopia moderna. (WELLS, 2021)

Partindo desse princípio de esforço, Wells argumenta que:

Biologicamente, a espécie é o acúmulo dos experimentos de todos os seus indivíduos bem-sucedidos desde os primórdios, e o Estado-Mundo de Utopia Moderna será, no aspecto econômico, um compêndio da experiência econômica estabelecida, em que o empreendimento individual será continuamente testado, seja para falhar e depois triunfar, seja para triunfar e depois ser incorporado ao organismo imortal do Estado-Mundo. Esse organismo é a regra universal, a restrição comum, a plataforma crescente em que as individualidades repousam (WELLS, 2021, p. 81).

Essa sociedade "Mundial" da qual Wells se refere, é organizada em uma hierarquia estrita, onde as pessoas são divididas em diferentes castas, com base em suas habilidades e funções na sociedade. Isso significa que algumas pessoas têm mais privilégios e oportunidades do que outras. Além disso, a sociedade "Mundial" é administrada por uma elite tecnocrática, que busca controlar todos os aspectos da vida das pessoas, incluindo a reprodução humana. Além disso, o Estado passa a ser responsável exclusivo pela criação das crianças recém-nascidas em Utopia “e daquelas legitimamente dependentes dele no caso da inconveniência de sua morte, e levará a cabo todas as disposições adicionais e razoáveis que ele possa ter direcionado a elas. Além disso, o Estado garantirá o mesmo no caso de sua velhice e enfermidade” (WELLS, 2021, p. 86).

Para garantir o sucesso dessa política, argumentava, “deve haver algum tipo de competição em vida a fim de determinar quem deverá ser forçado até seu limite, quem deverá prevalecer e se multiplicar.” (WELLS, 2021, p. 118). Entretanto, em caso de falha,:

Não haverá mortes ou câmaras letais. Sem dúvida, Utopia matará todos os deformados, os monstruosos, bem como os recém-nascidos adoentados; no entanto, o Estado será responsável por todo o resto. Não há justiça na natureza, mas a ideia de justiça deve ser sagrada em qualquer sociedade benevolente. Vidas permitidas pelo Estado e erros não previstos e contornados por meio da educação não deverão ser punidos com a morte. [...] Crimes e pessoas ruins representam o termômetro do fracasso do Estado [...] (WELLS, 2021, p. 122)

A garantia da liberdade, nesse caso, repousa sobre aqueles que são permitidos viver em utopia, pois a partir do momento em que ocorre uma “falha”, que não passou por esse sistema, o valor ético não permite que esta seja corrigida violentamente. Portanto, o exercício da liberdade em Utopia Moderna, embora garantida pelo Estado, também é manipulada pelo mesmo. As decisões a respeito das castas que os habitantes da utopia wellsiana ocuparão se baseiam na plataforma das individualidades, que se manifestam dentro do campo da liberdade. Em outras palavras: o indivíduo vive sob tutela do Estado até sua idade adulta, quando unicamente a soma dos seus esforços resultará na sua posição social. A individualidade, então, em *Uma Utopia Moderna*, diz respeito ao exercício do esforço para o desenvolvimento das habilidades intrínsecas do sujeito, que pode ser a proficiência nas artes e nas ciências, por exemplo, e o Estado deverá garantir o exercício não-produtivista dessas habilidades.

Se o trabalho é uma bênção, então ele nunca foi tão bem disfarçado - os pobres que nos digam sobre essa maravilha enviada do paraíso. Certa carga de exercício físico ou mental, em quantia considerável de coisas a serem realizadas de acordo com a imaginação livre de outro sujeito é um assunto bem diferente. A produção artística, por exemplo, em sua melhor forma, ou seja, quando um homem obedece livremente a si mesmo e não se preocupa em satisfazer outras pessoas, não pode ser considerado trabalho em hipótese alguma. (WELLS, 2021, p. 90)

Embora todas essas garantias estejam presentes no livro *Uma Utopia Moderna*, vimos que Wells reconhece a possibilidade da falha, e aceita a imperfeição que a utopia cinética está sujeita. Essa imperfeição em detrimento da liberdade de movimento e adaptabilidade, como vimos anteriormente na discussão acerca do retrocesso zoológico, será justamente uma das garantias da evolução ética. Nesse sentido, compreendemos que a individualidade é responsável pela manutenção de um mundo imperfeito. Wells a entende como um gerador de conflito natural, ele propõe que a Utopia Moderna é uma ideia que deve “se encaixar às possibilidades do tempo e do espaço” (WELLS, 2021, p. 17), e assim reforça que “devemos nos restringir primeiramente às limitações humanas como aquelas que conhecemos nos homens e nas mulheres do mundo real e, depois, a toda a humanidade e a toda insubordinação da natureza” (WELLS, 2021, p. 17).

Retornando à questão da temporalização da utopia cinética, aqui confirmamos a expectativa de Wells em relação à temporalização da sua utopia, pois seu surgimento em uma pequena escala temporal, ou seja, do “hoje” para o “amanhã” é impraticável. É justamente o caráter insubmisso da *individualidade* que posiciona a Utopia de Wells como cinética e

sustenta seu argumento contra as utopias estáticas. Segundo ele, utopias estáticas possuem caráter defensivo e submisso, ou seja: estão prontas para não serem questionadas; ou melhor, para se defender de questionamentos. Para Wells:

No entanto, toda a tendência do pensamento moderno caminha na direção contrária da permanência de tais cercos. Temos plena consciência, no presente, de que, por mais sutilmente idealizado que um Estado possa ser, fora de suas linhas fronteiriças a epidemia, a reprodução bárbara ou o poder econômico unirão forças para vencê-lo. A marcha célere da invenção é o segredo do invasor (WELLS, 2021, p. 20).

Afastando-se do caráter isolado das utopias clássicas, a proposta de um estado mundial migratório se apresenta novamente contrapondo a estaticidade. Como vimos, Wells compreende que o isolamento, mesmo que estratégico, pode causar o retrocesso biológico da espécie e evitar a inovação, estancando a evolução e indo contra a ética evolutiva. Por isso, a população de Utopia Moderna é essencialmente migratória, pois

As velhas utopias estavam todas restritas a um local, situadas como um conselheiro paroquial, mas é evidente que hoje em dia as pessoas mais comuns vivem em locais que poderiam ter sido reinos na antiguidade, que teria surpreendido com incredulidade até mesmo os atenienses que criaram as leis e os sistemas legais. Com exceção dos hábitos da parcela mais rica da população durante o Império Romano, nunca houve o menor precedente para esse desapego moderno em relação a um lugar. (WELLS, 2021, p. 50)

É partindo desse caráter migratório, anti-estático, que a utopia cinética baseia sua economia: homens e mulheres irão e virão de lugares distantes, onde trabalharão até que queiram retornar à civilização. Para isso, pousadas existirão “para os estranhos, e não para os locais” (WELLS, 2020). No que tange à liberdade do mundo migratório, Wells argumenta:

De todo modo, a liberdade comum dos habitantes de Utopia não abarcará a liberdade comum de ser imprestável, a economia mais perfeita da organização ainda mantém intacta a questão a respeito da ordem e da segurança em um Estado sobre a certeza de que o trabalho será realizado de alguma forma. (WELLS, 2021, p. 67)

Essa ordem eleita por Wells para falar sobre liberdade pertence à uma mudança social presente na própria ordem moderna. Para o autor, a velha ordem social se refere a um sistema de instituições e classes, enquanto a ordem moderna se trata de um sistema de empreendimentos e interesses governado por aqueles que detêm mais poder. Para ele, as utopias anteriores não precisavam de tanta elaboração para a manutenção da sociedade e da economia, por estarem localizadas em espaços pequenos. Wells também aponta que sua

utopia ultrapassa o comunismo, o socialismo e o individualismo, argumentando que são ideologias pertencentes ao passado e foram substituídas pelo progresso moderno. (WELLS, 2021)

Fica claro que essa posição reflete o pensamento político de Wells, que acreditava em uma forma de socialismo racional e científico, que poderia superar as limitações do individualismo e do capitalismo, ao mesmo tempo em que evitaria a opressão estatal. Se apropriando da teoria da evolução de Charles Darwin, Wells estava interessado em explorar os impactos da evolução humana e social em um futuro idealizado, onde os princípios evolucionários moldavam a sociedade de forma progressiva através do exercício da liberdade. A premissa de haver uma sociedade migratória que exercesse suas individualidades à nível mundial para garantir uma evolução ininterrupta dialoga com sua crítica acerca das utopias espacialmente isoladas, como a ilha de More, e compreende que o processo evolutivo pode ser observado globalmente. Segundo a interpretação evolucionista, todo ambiente está propenso ao processo de seleção natural e é por isso que “a ideia de isolamento (um conceito espacial, em si), principalmente o isolamento humano, torna-se anacrônica e, do ponto de vista científico, obsoleta.” (IACHTECHEN, 2015, p. 45)

Imaginar um Estado-mundial ao invés de um projeto utópico geograficamente isolado faz parte de duas abordagens presentes na vida de Wells: a socialista e a evolucionista. De um lado, o estado planejado permitiria uma sociedade planificada e, do outro, uma visão pragmática evolucionista compreende a integridade da evolução humana. Para pensar uma utopia global e alcançar os objetivos de *Uma Utopia Moderna*, Wells parte do princípio de que uma mudança no curso passado da história da humanidade poderia ter sido o suficiente para atingir o estado mundial. Para ele, se o Império Romano tivesse políticas liberais e não houvesse se desmanchado, o curso da história permitiria o surgimento de organizações mundiais voluntárias, interessadas no progresso da humanidade. Em outras palavras, se o Império Romano em toda a sua extensão houvesse permitido e incentivado o desenvolvimento da cidadania, acolhendo todos os seus habitantes a fim de construir uma sociedade diversa e organizada que valorizasse o “entusiasmo e auto sacrifício humano” (WELLS, 2021, p. 206), respeitando, assim, a ordem da seleção natural, a sociedade utópica surgiria naturalmente. Para Wells, é fundamental que as diferenças entre os seres humanos sejam percebidas e sua liberdade exercida, pois pertencem à pré-determinações universais evolucionistas, como a seleção natural, o tempo geológico e a hereditariedade, por exemplo.

Respeitando seu compromisso ético evolucionário, Wells entendia que uma sociedade cinética deveria compreender o papel ativo da humanidade na mudança do curso da história, bem como sua interdependência em relação às leis naturais. Segundo Iachtechen:

De um ponto de vista cósmico, absoluto, tempo e espaço são concebidos a partir de leis naturais que os governam inexoravelmente, determinando sua forma e curso. De um ponto de vista humano, passado e futuro, independente das formas que assumem, podem ser formulados em alguma medida a partir dos esforços humanos em promover esta determinação, ou seja, as leis evolutivas podem ser moldadas e direcionadas por uma intervenção intencional, e não necessariamente se desenvolvem apenas naturalmente, seguindo um fluxo orgânico e espontâneo, conforme acreditavam alguns darwinistas sociais, como Herbert Spencer. Eis, para Wells, os princípios de uma concepção de tempo composta por estratos, que neste caso, ao dialogarem e se complementarem, formam uma visão da história em que o cósmico e humano são interdependentes, e só desta forma adquirem sentido. (IACHTECHEN, 2015, p. 49)

Nesse sentido, de acordo com a sua visão cósmica, tempo e espaço são governados por leis naturais que os determinam de forma inexorável. Já a visão humana permite que sejam formulados esforços para moldar e direcionar as leis evolutivas, possibilitando uma intervenção intencional na história. Para Wells, a interdependência entre esses dois princípios é fundamental para se compreender a história de forma significativa, já que o cósmico e o humano se complementam e formam uma visão da história em camadas. Outrossim, a visão de Wells pode ser interpretada como uma defesa da necessidade de uma abordagem mais consciente e intencional em relação ao desenvolvimento da história, em oposição à crença de que tudo acontece de forma natural e determinada por leis inexoráveis.

Dessa forma, os conceitos de liberdade e individualidade estão estritamente ligados com a concepção wellsiana de progresso, que não foge da semântica moderna comum desse conceito. Embora haja determinismos dados pela força da natureza, o motor da história cinética segue sendo a individualidade, que é exercida pelo esforço consciente e pela inovação. Entretanto, esse motor só pode funcionar caso a liberdade seja amplamente exercida e não sufocada por meio de um modelo social estático. É evidente que há mudança em uma utopia cinética, pois contempla possibilidades e não um futuro perfeito. Entretanto, Wells planejou uma sociedade que contemplasse uma sociedade de estágios progressivos e esperançosos. Conforme aponta:

Devemos moldar nosso estado em um mundo de estações incertas, catástrofes repentinas, doenças antagonistas, bem como vermes e animais nocivos. Sobretudo, devemos aceitar um mundo de conflitos; não vamos adotar uma postura de renúncia, mas encará-lo com um espírito não ascético,

com um ânimo dos povos ocidentais, cujo propósito é sobreviver e superar. (WELLS, 2021, p. 17)

Nesse sentido, Wells transpõe o prognóstico para o campo da expectativa, pois não assegura que haverá este ou aquele futuro exato, tornando possível verificar suas críticas no campo da experiência. Naturalmente, o futuro não pode ser tocado nem verificado. Entretanto, o prognóstico pode ser realizado a partir da interpretação das experiências do passado, que é justamente o movimento que Wells faz em *Uma Utopia Moderna* através de sua colaboração para a ciência utópica do social. Segundo Koselleck, isso é possível porque:

Se prescindimos de qualquer experiência histórica, podemos dizer ou que o futuro é completamente desconhecido (então qualquer prognóstico nada mais é do que um jogo de azar) ou que existem (e a experiência histórica fala a favor disso) graus de possibilidade maior ou menor com que a realidade vindoura pode ser prevista. Existem conjuntos de possibilidades que, isoladamente ou em conjunto, indicam chances diferentes de sua realização: nesse caso, deve então existir uma arte da previsão que ofereça regras mínimas para seu êxito. (KOSELLECK, 2014, p. 192)

Como vimos, para Wells, essa possibilidade de prognóstico se baseia justamente no nosso argumento anterior acerca da liberdade e individualidade, que seu exercício é o motor da história e pode ser direcionado a partir de um compromisso ético. Isso só pode ser previsto, para Wells, devido à aceleração do tempo causada por Darwin a partir do conhecimento biológico da teoria da evolução, que permite compreender o progresso como um processo cósmico. Wells compreende que essa perspectiva implicava em uma visão dinâmica do mundo, em contraste com concepções mais estáticas do passado. A nova perspectiva de vida na Terra trazida por Darwin implicava na compreensão de uma história de vida no planeta ainda mais antiga, além de impactar os estudos das ciências naturais e humanas, ambas do interesse de Wells.

#### 4.4 MOVIMENTO PERPÉTUO: FUTURO ABERTO OU FIM DA HISTÓRIA?

Embora uma das maiores preocupações do romance wellsiano seja defender suas ideias sobre a viabilidade da utopia moderna, contrapondo as utopias clássicas à luz da ética evolucionista, precisamos voltar à uma característica peculiar da obra: sua utopia se localiza em um planeta que é um clone da Terra, assemelhando-se às utopias espaciais clássicas, como a do próprio Thomas More. Trata-se de um paradoxo, portanto, pois jaz na crítica sua própria concretude: uma Terra no futuro, porém não na Terra em si. Esse fator está aliado ao

argumento inicial do romance, onde Wells defende a tese de que uma utopia deveria ser progressiva e o Estado mundial só poderia ser alcançado caso as condições do espaço de experiência fossem favoráveis a isso. Por isso, Wells não imagina um futuro na Terra em si, pois não pretende resolver os problemas na materialidade, mas sim tecer uma crítica à sociedade a partir de um afastamento histórico, temporal e espacial. Sua utopia é uma grande hipótese, uma espécie de tubo de ensaio semântico. É nesse sentido que a utopia cinética flutua entre as duas definições apresentadas por Zoltán Simón: “Primeiro, enquanto a utopia espacial - embora seja apresentada como um lugar já existente - simplesmente está fora de alcance, a utopia temporal - embora apresentada como não existente - adquire a qualidade de 'alcançabilidade'.” (SIMÓN, 2021, p. 90, tradução nossa)

Acreditamos que a teoria utópica wellsiana compreende as utopias clássicas não como obras ausentes de pensamento ético-político, mas como incapazes de orientar um projeto de futuro. A base dessa argumentação parte do princípio de que essas utopias pré-modernas são também pré-darwinianas e, portanto, estão impossibilitadas de conceber um projeto de futuro que contemple a natureza humana e corresponda à modernidade, pois, para Wells, o pensamento de Charles Darwin coincide com uma ruptura temporal determinante para o pensamento moderno. A argumentação darwiniana de que o grau de evolução das espécies é medido através da adaptação e da luta entre seus pares condiz com a formulação do conceito de utopia cinética, uma vez que a seleção natural não é estática, mas sim um movimento perpétuo. Seguindo esse critério, Wells jamais poderia compreender as utopias pré-modernas como possíveis.

É seguindo este caminho que podemos retomar brevemente o debate acerca dos processos de temporalização das utopias trazidos por Simon e Koselleck, que certamente nos ajudam a compreender as mudanças deste gênero literário na modernidade. A elaboração de *Uma Utopia Moderna* coincide com o momento em que as utopias temporais passam a ter maior visibilidade: após a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, devido às mudanças sem precedentes na Europa trazidas por elas e a virtual elaboração de sentidos sobre o futuro científico, produtivo e social das sociedades afetadas por esses processos. Outrossim, Wells percebe uma cisão temporal entre o que compreende por antigo e moderno a partir da publicação de *A Origem das Espécies*. Isso significa dizer que a seleção natural foi capaz de apresentar um caminho científico para repensar o passado, o presente e o futuro em um nível cósmico. A novidade trazida por Darwin também tornou possível pensar na variabilidade dos seres vivos, fator este que, somado à luta entre os indivíduos pela sobrevivência, impedia a natureza de permanecer estática (SILVA, 2019).

Desse modo, estar em correspondência com a seleção natural por meio da ética evolutiva é compreender que os processos artificiais de preservação da espécie criados pelos seres humanos falharam em manter o progresso da humanidade em movimento. A rotina do mundo moderno trazida pela exploração do trabalho tornou-se impeditiva para o movimento dos seres humanos, fator fundamental da utopia wellsiana. Essencialmente, a manutenção do progresso da utopia cinética depende, como vimos anteriormente, do exercício das individualidades por meio da liberdade. E, para que haja liberdade, é preciso haver ócio produtivo, que é o tempo não empregado no trabalho formal. Para que isso seja possível, Wells argumenta em favor do uso das máquinas complexas, sob o argumento de que estas deveriam servir à humanidade. A tecnologia em *Uma Utopia Moderna* é uma ferramenta essencial para conferir mais tempo aos seres humanos e diminuir o trabalho alienado, permitindo sua locomoção pelo planeta, o ócio criativo e produtivo e a ampliação do espaço de experiência. Portanto, ao observar os efeitos da Revolução Industrial na Inglaterra, ele não considerou as máquinas como causadoras da formação de uma sociedade estática, mas sim a cultura da sociedade fabril dada pelo mal uso das máquinas e da exploração da mão de obra.

É através da prerrogativa da liberdade garantida que a utopia cinética encontra seu movimento perpétuo: os seres humanos irão evoluir constantemente pois há um ambiente propício para que isso aconteça. Nesse sentido, a utopia wellsiana compreende o futuro como incerto, mas esperançoso, pois está ancorado na crença da adesão mundial à ética evolucionária e que através dela, as próximas gerações serão capazes de pensar em soluções melhores para os problemas deixados pelos seus ascendentes. Dessa forma, Wells não esclarece se há um fim para a sua história, apontando apenas que seu mecanismo é perpétuo e mutável. Como demonstrado por Iachtechen:

Em *A modern utopia* há um fluxo incessante pelo melhoramento. Nota-se na narrativa a entonação para as mudanças, novos desenvolvimentos ou mesmo ajustes promovidos pelos *samurai*. A civilização mundial imaginada por Wells desde então jamais seria estática. Embora ele tenha promovido visões de desejáveis futuros humanos, os limites para o encerramento destes modelos propostos não são nunca delineados: não há limites possíveis mediante as possibilidades. (IACHTECHEN, 2015, p. 111)

É certo dizer que a busca pelo melhoramento contínuo, ou então o chamado movimento perpétuo wellsiano, é o próprio conceito de progresso compreendido por Wells, que reflete a nossa busca pela modernidade em sua obra. Retomando Samuel Mateus para o debate, podemos apontar que Wells compõe o corolário da modernidade através da sua proposição de uma utopia de melhoramento incessante, pois, conforme Mateus argumenta:

A marcha irreversível em direcção a uma História e a um Progresso provoca o nascimento da crença de que todas as épocas são igualmente susceptíveis de perfeição. É quando a perfeição universal é substituída pela perfeição relativa e singular, que a modernidade se consagra como modo civilizacional único e independente, e referência fundamental de qualquer sociedade. (MATEUS, 2015, p. 14)

Ao anunciar uma utopia fundamentalmente moderna, Wells também evoca em seu discurso a própria modernidade através do afastamento radical das utopias anteriores à sua. Elas são impossíveis, incompatíveis e portanto incomparáveis à uma utopia moderna. Seu modelo é único, cinético e perpétuo. Ele observa o progresso no presente: ele pode e deve ser construído. Além disso, segundo Koselleck, na modernidade, é desafiador estabelecer uma legítima identidade política própria sem ser simultaneamente caracterizado como progressista. (KOSELLECK, 2019). Essa interpretação é correta à apropriação de Wells desse conceito, uma vez que reconhece o movimento perpétuo em busca da melhoria contínua como um resgate do progresso que fora perdido no momento da desestabilização da ordem natural na sociedade humana. Nesse sentido, “inovação” e “ordem” são conceitos subalternos de progresso, como “liberdade”, que é seu motor. Assim, o futuro welliano “encontra a esperança final para o mundo no desenvolvimento das relações entre individualidades” (WELLS, 2021, p. 39).

A história welliana percebe aqui, portanto, um caminho em diferentes estágios ao apontar uma direcção em “esperança final”. Em primeiro lugar, não se trata de uma visão estritamente linear, pois sugere uma multiplicidade de tempos ao entender que com progresso há possibilidade de declínio, que intermediará o próximo estágio e assim por diante. Desse modo, “declínio” deixa de ser assimétrico ao “progresso”, sendo incorporado a ele como termo secundário. Em segundo lugar, Wells não desenvolve muito bem a ideia de “declínio”, não dando indicações sobre o que poderia ser pensado e revisitado, ancorando-se na crença de que o Estado Mundo estaria suficientemente bem organizado para lidar com isso a partir do momento em que a liberdade do exercício das individualidades fossem garantidas por políticas estatais, assim gerando inovação contínua. Por outro lado, Wells indica que o declínio da sociedade está ligado a ações prematuras e, sendo *Uma Utopia Moderna* uma ideia de sociedade “adulta”, isso não acarretaria em problemas que não pudessem antes serem previstos e encerrados antes de seu nascimento. As pessoas teriam consciência de todas as suas ações e tomariam decisões racionais, pois a sociedade estaria em um estágio de

maturação avançado, resgatando a ideia de Descartes de que os tempos modernos na verdade são os tempos antigos, pois o mundo em si envelhece. (MATEUS, 2012, p. 10)

Para Wells, “o romance ruborizado, os erotismos dominantes, as incertezas aventureiras de um mundo em que a juventude prevalece dão lugar à cautela, às emoções sinceras e poderosas, a um manuseio mais amplo da vida.” (WELLS, 2021, p. 244). Wells assim buscou argumentar que a repetição da vida do homem moderno inglês era o impedimento maior da evolução moral e biológica da humanidade. A conformidade gerada pelo cotidiano alienado era impeditivo para a evolução social da sociedade. Tendo isso em vista, é possível concluir que a superação contínua se trata de um final aberto, dada a imprevisibilidade do que Wells chamou de Homem Vindouro, ou então, o Homem do Amanhã.

Como vimos anteriormente, a utopia cinética se trata da aplicabilidade da ética evolucionária e o conceito wellsiano de progresso está ligado a uma percepção bio-cultural de evolução. Nesse sentido, qualquer declínio que houver dentro dos estágios esperançosos de *Uma Utopia Moderna* será dado em detrimento às mudanças culturais ou falhas abruptas no sistema, o que será natural devido à liberdade das individualidades, responsáveis por tornar o futuro dessa utopia imprevisível. Wells compreende a possibilidade de um retrocesso biológico na longa duração devido ao processo de degradação zoológicos bem como um possível declínio moral gerado pela instabilidade da cultura estacionária devido aos novos modos de produção. Desse modo, sua esperança está no compromisso ético evolucionário desse progresso que agirá como estabilizador. A utopia cinética não tem fim, é um futuro de final aberto.

Não há limites para a inovação em Wells, mas sim um custo: o alinhamento ideológico aos princípios falaciosos da ética evolucionista Huxleyanas. Atualmente, podemos entendê-los como falaciosos ao, como justificar comportamentos indesejáveis pois são considerados naturais, sugerir que a ética é determinada pela história evolutiva e deve responder à natureza, entre outros. Observamos que Wells pretendeu ajustar esses problemas em sua Utopia através do exercício teórico do afastamento máximo, a então chamada ciência utópica do social. O cruzamento entre a Razão moderna e a ética evolucionária através de uma filosofia do tempo, que Wells chamou de “cinética”, não foi capaz de chegar a nenhuma conclusão *per se*, apenas uma sugestão e expectativa. Acredito que ele levanta a bandeira para esse compromisso, mas se finda no discurso, legando às próximas gerações “continuar o nosso trabalho além dos nossos maiores esforços, além da nossa margem de ideias. Eles terão certezas que hoje são apenas achismos e previsões para nós” (WELLS, 2021, p. 285).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi uma tentativa de sintetizar o debate acerca da temporalização do tempo na história das utopias a partir da análise crítica da obra *Uma Utopia Moderna*, que se propôs como a primeira obra utópica propriamente moderna, permeada por uma abordagem comparativa influenciada pelo método da história de conceitos proposta por Reinhart Koselleck. Para tanto, buscamos no debate conceitual a compreensão das palavras reivindicadas por Wells com modernas: progresso, individualidade e liberdade. O primeiro capítulo se dedicou a investigar, para além da origem etimológica da palavra “utopia”, sua historicidade, averiguando seus usos e transformações no tempo, buscando assim compreender as diferentes interpretações, usos e significados atribuídos a ela em diferentes contextos históricos, bem como as implicações políticas, sociais e culturais dessas interpretações. No segundo capítulo procuramos investigar a elaboração do conceito wellsiano de utopia cinética através da experiência do autor, buscando compreender sua obra como uma ciência utópica do social agarrada ao eugenismo e a ética evolutiva. O terceiro capítulo foi dedicado a compreender as influências huxleyanas na obra de Wells com maior atenção, observando-a como um experimento discursivo de modo a desenvolver uma ciência utópica do social. Já o quarto capítulo busca identificar, analisar e discutir os mecanismos temporais da utopia cinética, para assim debatermos sua temporalização do tempo. Acreditamos que esse movimento pode nos ajudar a entender o pensamento utópico ético evolutivo e eugenista, para então identificá-lo na contemporaneidade, possibilitando combatê-lo no campo teórico.

Com base nesses elementos, a presente pesquisa formulou algumas considerações sobre o contexto histórico da época; os diferentes usos da palavra utopia na entrada do século XX; as relações de Herbert George Wells com a eugenia e a ética evolutiva, por fim; da temporalização do tempo da utopia cinética e suas possíveis relações com a contemporaneidade.

A obra *Uma Utopia Moderna* se insere em um contexto de industrialização intensiva na Inglaterra, absorvendo a neblina do cenário vitoriano e os projetos utópicos da burguesia manufatureira como uma tentativa de progredir uma espécie de capitalismo saudável, como a comunidade escocesa New Lanark de Robert Owen. Wells buscou na ética evolutiva uma associação com o pensamento socialista fabiano e portanto não-marxista, configurando-se como um pensador reformista. Nesse sentido, sua compreensão acerca do conceito de utopia diferencia-se da etimologia da palavra e o traz para o debate político, pois, para Wells, a utopia é o espaço entre o hoje e o amanhã.

Como defensor da ética evolutiva e socialista fabiano, Wells defendia uma sociedade planificada. Entretanto, essa sociedade não seria fruto de uma revolução, mas sim de uma série de reformas sociais desencadeadas pela adesão de um compromisso ético em comum,

É possível argumentar que Wells buscou desenvolver uma filosofia do tempo utópica que pretendeu substituir as estruturas de repetição da sua sociedade através da proposta da elaboração de uma estrutura temporal baseada em um movimento perpétuo de inovações que levam a um movimento contínuo. Dessa forma, ele propõe uma transformação radical no que, no seu caso, é a ética evolutiva. Nesse sentido, os conceitos de progresso, individualidade e liberdade estão estreitamente relacionados com a planificação da sociedade e o destino da história, pois o progresso é movimentado pelo exercício das individualidades em um cenário de livre e justa competição, que é a liberdade garantida pelo Estado mundial. Esse progresso, no entanto, é um movimento perpétuo que deve passar por estágios imprevisíveis, mas sempre superáveis (ou superantes), pois o Estado mundial possui os mecanismos políticos e intelectuais para sua manutenção. Isso tudo só é possível pois o governo dos *Samurai* sustenta a ideologia eugênica da ética evolutiva, onde cada indivíduo tomará suas decisões pensando na melhoria perpétua da humanidade.

Esse pensamento de Wells está em sintonia direta com o cenário político do Reino Unido, pois remonta, por exemplo, às políticas de John Stuart Mill. O político liberal intercedeu no debate acerca da grande fome na Irlanda, sugerindo intervenção estatal inglesa para auxiliar os camponeses que não podiam cultivar, provendo-os a terra, mas deixando-os à mercê de seus próprios esforços. Um movimento parecido se dá em *Uma Utopia Moderna*, onde Wells sugere que a moradia será garantida para todos pelo Estado Mundial, porém o que determinará o sucesso de cada indivíduo será o seu esforço genuíno. Entretanto, a política wellsiana não prevê, como Mill, o genocídio indireto de parte da população devido à escassez de recursos, mas garante que essa população seja reposicionada em qualquer lugar do planeta para evitar que isso venha a acontecer. A reforma agrária defendida por Mill, em 1868, foi a concessão de pequenas propriedades aos camponeses irlandeses sob o argumento de que a obtenção de uma propriedade traria aos trabalhadores do campo a disposição para trabalhar e gerar lucro. Já a concessão de propriedade em Wells repousa no argumento da igualdade de direitos e no papel do Estado mundial em responsabilizar-se por todas as vidas humanas independentemente da geração de lucro. Contudo, podemos concluir que ambos concordam com uma coisa: a improdutividade está ligada à degeneração moral. Uma população imoral, portanto, é inapta a construir uma sociedade melhor. Trata-se, então, de um pensamento

completamente eugênico, que encontra na ética evolutiva, pelo menos para Wells, a solução para a imoralidade.

Nesse sentido, Wells compreende que a degeneração moral do planeta Terra levaria a humanidade ao retrocesso zoológico. Em outras palavras, devido à falta de critério de sentido ou pela existência de um critério de sentido degenerado, os seres humanos passariam a ser geneticamente inferiores. Isso poderia ser evitado a partir da conscientização mundial permeada por um sistema educacional fundamentado na ética evolutiva que só seria possível, portanto, com o surgimento de um Estado mundial.

A temporalização do tempo da utopia cinética revela, assim, uma espécie de “memória do amanhã”; uma tentativa de envisionar, para os eugenistas, um futuro perfeito para os pragmáticos. Entretanto, dialoga com o conceito de distopia, pois reiteramos aqui que a interpretação realizada da obra não está em correspondência direta com as intenções do autor, mas com a experiência do leitor. Isso significa dizer que ela pode ser lida como uma obra distópica, tal qual a obra brasileira *O Presidente Negro* (1926) de Monteiro Lobato, que pretendeu corresponder às obras utópicas de Wells e possuía, também, um caráter eugenista.

Embora não possamos dizer que *Uma Utopia Moderna* inaugure uma escola utópica eugenista, é possível afirmar que popularizou o debate da aplicação das ciências naturais nos estudos sócio-históricos ao torná-lo acessível em uma espécie de romance utópico. Desse modo, as ideias de Wells abrem espaço para os defensores da ética evolutiva, os sócio-biologistas e etologistas que hoje vêm ganhando espaço na internet ao transpor estudos sobre os animais à condição humana, utilizando como referência autores como Ernst Mayr e Steven Pinker, por exemplo. Desse modo, compreender Wells nos ajuda a identificar o sentido desses estudos de forma crítica, pois entendemos que toda pesquisa tem uma intencionalidade.

Por outro lado, os debates políticos contemporâneos e os tópicos elencados pela extrema direita brasileira remontam o que é e o que não é “natural” dentro de uma sociedade e as conclusões trazidas pelos porta-vozes desses debates procuram sistematizar uma humanidade dentro da seleção natural e da competição entre as espécies, que acabamos por chamar de meritocracia. No campo da política, podemos constatar esse posicionamento meritocrático e com apelo às ciências naturais nas falas do deputado Eduardo Bolsonaro, por exemplo, que declara em um tweet de 2022 “O mundo tem que parar c/ a lacração e retornar à meritocracia” (BOLSONARO, Eduardo. (@BolsonaroSP). 5 de fevereiro de 2022, 12:33 pm. Tweet). Em um artigo de 2020, o colunista Gabriel Trigueiro critica o apoio dos liberais à Jair Bolsonaro, que segundo Trigueiro subestimam a capacidade de tirania das elites oligárquicas. Essa tirania, para o colunista, vem das falas e posicionamentos eugenistas de Bolsonaro

durante a pandemia, onde a morte de alguns justificaria a continuidade da vida de outros, ideia essa que é fruto do liberalismo eugenista de Herbert Spencer (1820-1903). (TRIGUEIRO, 2020).

A esperança da extrema direita brasileira em construir um futuro ancorado no progresso e na força de vontade é a cortina de fumaça para as políticas eugenistas que eles vêm mantendo ao tornar inviável a vida das populações periféricas e dos corpos imperfeitos, impedindo indiretamente sua reprodução. Hoje temos novos conceitos, como a aporofobia e o capacitismo, por exemplo, que dialogam diretamente com a eugenia. A palavra eugenia pode ter descansado no nosso vocabulário e dado espaço a novas formas de nomear, fazendo com que estes novos termos não pareçam fazer parte de uma política maior que intencionalmente não quer que esses corpos imperfeitos existam. Nesse sentido, o socialismo não-marxista wellsiano, como já apontamos, muito se aproxima das expectativas das mais jovens políticas eugenistas brasileiras, por exemplo, que recentemente sofreram intervenção do Dicionário pelo ministro Alexandre de Moraes, responsável por proibir a remoção forçada de pessoas em situação de rua devido aos altos índices de violação dos direitos humanos infligidos pelos governos locais. (ABRAÃO, Camila, 2023)

Não é nossa intenção, neste trabalho, criticar a utopia wellsiana à luz da teoria crítica da deficiência e outras abordagens contemporâneas, como a teoria crip, por exemplo. Entretanto, acreditamos ser certo dizer que é em resposta à uma teoria da virtual aniquilação dos imperfeitos e imorais, com medo de um planeta aleijado, que surgem figuras como Robert McRuer e seu trabalho que se concentra na interseção entre deficiência, sexualidade, gênero e política. Nosso interesse por Wells vem de localizar um autor cujo as obras participaram da vida de um jovem leitor de ficção científica e que, acidentalmente, por assim dizer, encontrou entre suas obras um verdadeiro cavalo de tróia eugenista: Uma Utopia Moderna. Se há uma continuidade no pensamento eugenista e suas políticas continuam sendo aplicadas pelas forças de repressão, certamente a utopia wellsiana ajudou a construir essa história. E, se há resposta à eugenia, é correto afirmar que há pensamento utópico combativo, pois conforme uma vez afirmou Zoltan Simon: se a história pode ser imaginada, ela também pode ser construída. Nesse sentido, se um planeta de justiça com corpos imperfeitos pode ser idealizado, ele pode ser alcançado no espaço entre o hoje e o amanhã.

## FONTES

*A modern dictionary of the English language*. London: Macmillan, 2a ed. 1911.

GALTON, Francis. *Hereditary Genius*. Barnes & Noble, 2012.

HUXLEY, Thomas Henry. *Evolution and Ethics*: Delivered in the Sheldonian Theatre, May 18, 1893 . Cambridge: Cambridge University Press, 2009, 57 p.

LEACH, Robert Alfred. *The Mental Deficiency Act, 1913*: together with the regulations and rules made under the provisions of that Act, the departmental circulars, the Elementary (Defectice and Epileptic Children) Acts, 1899 and 1914, and, introduction and annotations. Londres: The Local Government Press Company: Poor-Law Publications, 1914. Disponível em: <https://wellcomecollection.org/works/h7ykpfbw> Acesso em: 14 de jun de 2023.

MILL, John Stuart. Adjourned Debate. In. *State of Ireland*, Hansard, Londres, 12 de Março de 1868, vol. 190. Disponível em: <https://api.parliament.uk/historic-hansard/commons/1868/mar/12/adjourned-debate> acesso em 17 de fev de 2023.

Utopia. In. *Oxford Advanced Learners Dictionary*. OXFORD: Oxford University Press, 2023. Disponível em: <https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/us/definition/english/utopia?q=utopia> acesso em: 19 de jan de 2023

Utopia. In. *Cambridge Dictionary*. CAMBRIDGE: Cambridge University Press. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/utopia> acesso em: 19 de jan de 2023.

WELLS, Herbert George. *Uma Utopia Moderna*. Trad. CSATLOS, Mayra. São Paulo: Principis, 2021.

WELLS, Herbert George. Human Evolution, an Artificial Process. In. *The Fortnightly review*. Londres: Chapman and Hall, vol. 60, nov., 1896. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=inu.30000070493428&view=2up&seq=9> acesso em 22 de abril de 2023

WELLS, Herbert George. Zoological Retrogression. In. *The Gentleman's Magazine*. Londres: Chatto & Windus Piccadilly, vol. 271, set., 1891.

WHITNEY, William Dwight. *The Century Dictionary*. Nova Iorque: The Century Co., vol. 5, 1889. Disponível em: <https://archive.org/details/centurydictionary05whit/page/3814/mode/2up> Acesso em: 23 abril de 2023.

WHITNEY, William Dwight. *The Century Dictionary and Cyclopedia*, New York: The Century Co., vol. 10, 1902.

## REFERÊNCIAS

ABRAÃO, Camila. Moraes proíbe remoção forçada de pessoas em situação de rua. In. *Gazeta do Povo*.

BEAN, R. The Liverpool Dock Strike of 1890. *International Review of Social History*, v. 18, n. 1, p. 51–68, abr. 1973.

BUCHWEITZ, Wendel Wickboldt; MARQUES, Eduardo Marks. Da utopia à terceira virada distópica: um breve panorama. *Revista Guará - Revista de Linguagem e Literatura*, v. 9, n. 2, p. 5, 4 dez. 2020.

CLAEYS, Gregory. *The Cambridge companion to utopian literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

CLAEYS, Gregory; SARGENT, Lyman Tower. *The utopia reader*. Nova Iorque: New York University Press, 1999.

CLAEYS, Gregory. *Utopias of the British Enlightenment*. Cambridge University Press, 1994.

CLAEYS, Gregory. Utopia e eugenia, c. 1870-1900. *Cadernos de Literatura Comparada*, n. 6-7, p. 45–73, 2002. disponível em: <https://ilc-cadernos.com/index.php/cadernos/article/view/637> acesso em: 22 de fev. de 2023

BENTIVOGLIO, Júlio. *História & Distopia: a imaginação histórica no alvorecer do século 21*. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

DICKENS, Charles. *American Notes for General Circulation*. Paris: Baudry's European Library, 1842.

DI LEO, JEFFREY R. Catastrophic Education: Saving the World with H. G. Wells. In. *The Comparatist*, n; 41, 2017, p. 153–76. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26254797>. acesso em 09 de fevereiro de 2022.

FOKKEMA, Douwe. Utopias, Dystopias, and Their Hybrid Variants in Europe and America since World War I. In. *In Perfect Worlds: Utopian Fiction in China and the West*. Amsterdam University Press: 2011, ,p. 345–98. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/j.ctt46mwnv.20>. acesso em 09 de fevereiro de 2022.

FOKKEMA, Douwe. H. G. Wells and the Modern Utopia. *In Perfect Worlds: Utopian Fiction in China and the West*. Amsterdam University Press: 2011. p. 289–300. disponível em: <http://www.jstor.org/stable/j.ctt46mwnv.17>. Acesso em 09/02/2022.

GAMA, Pedro Nogueira da. *O Artífice do Amanhã: a idealização de uma "nova ordem mundial" nas obras de H. G. Wells (1895-1920)*. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) - Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 210, 2017.

HALE, PIERS J. Of Mice and Men: Evolution and the Socialist Utopia. William Morris, H.G. Wells, and George Bernard Shaw. In. *Journal of the History of Biology* 43, no. 1, 2010

IACHTECHEN, Fábio Luciano. O argonauta de Cronos: estratos temporais em H. G. Wells historiador. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

IFVERSEN, Jan. About Key Concepts and How to Study Them. *Contributions to the History of Concepts*, v. 6, n. 1, p. 65-88, 2011. DOI 0.3167/choc.2011.060104. Disponível em: <https://bit.ly/2UdbNi2>.

JORDHEIM, Helge. Introduction: multiple times and the work of synchronization. In: *History and Theory*, n. 53, v. 1, Dez 2014, p. 498-518.

KAWANA, Y. John Stuart Mill and the Politics of the Irish Land Question. *The Kyoto Economic Review*, v. 79, n. 2 (167), p. 34–54, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. *História de Conceitos*. Trad. ASSIS, Arthur Alfaix; FERREIRA, Bernardo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

KOSELLECK, Reinhart. *Uma Latente Filosofia do Tempo*. Trad. LIMA, Luiz Costa. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. MAAS, Wilma Patrícia; PEREIRA, Carlos Almeida. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

KOSELLECK, Reinhart. Introduction and Prefaces to the *Geschichtliche Grundbegriffe*. In: *Contributions to the History of Concepts*. Volume 6, Issue 1, Summer 2011.

LIEBEL, Silvia (org.). *Das Utopias Modernas às Distopias Contemporâneas: conceito, prática e representação*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.

MATTOS, L. V. DE. John Stuart Mill, o socialismo e sua utopia liberal: uma aplicação de sua visão de instituições sociais. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 29, n. 3, p. 395–414, 1 set. 1999.

MCCORNELL, Frank D. H. G. Wells: Utopia and Doomsday. In. *The Wilson Quarterly* (1976-), vol. 4, no. 3, [Wilson Quarterly, Woodrow Wilson International Center for Scholars], 1980, p. 176–86, Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40255984>. acesso em 09 de fevereiro de 2022.

NICOLA, Luca Ribeiro Mendes; SILVA, Edson Pereira. Extrema direita e a ideologia do determinismo biológico. In. *Germinal: marxismo e educação em debate*, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 623–635, 2021. DOI: 10.9771/gmed.v13i1.41897. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/41897>. Acesso em: 26 jul. 2023.

PARTINGTON, John S. The Death of the Static: H.G. Wells and the Kinetic Utopia. In: *Utopian Studies*, Penn State University Press, vol. 11, n. 2 p. 96-111, 2000.

PEARSON, Richard. Primitive Modernity: H. G. Wells and the Prehistoric Man of the 1890s. *The Yearbook of English Studies* 37, no. 1, 2007, p. 58–74. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/20479278>. Acesso em 09 de fev. de 2022.

PAULA, João Antônio de. Utopias Socialistas. In. LOPES, Marcos Antônio; MOSCATELI, Renato (org.). *Histórias de Países Imaginários: variedades de lugares utópicos*. Londrina: eduel, 2011.

QUAMEN, Harvey N. Unnatural Interbreeding: H. G. Wells's "A Modern Utopia" as Species and Genre. In: *Victorian Literature and Culture*, Cambridge Press, vol. 33, n. 1, p. 67-84, 2005.

RODRIGUES, Henrique Estrada. Método utópico, viagem científica: como descobrir uma ciência utópica do social? In. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 12, n. 31, p. 380–409, 2019. DOI: 10.15848/hh.v12i31.1484. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1484>. Acesso em: 14 jun. 2023.

SEED, David. H.G. Wells and the Liberating Atom. In. *Science Fiction Studies* 30, no. 1,

SIMON, Zoltán Boldizsár. *History in Times of Unprecedented Change: Theory for the 21st century*. Londres: Bloomsbury Academic, 2019.

SILVA, Ricardo Oliveira da. Charles Darwin: ateísmo e evolucionismo no século XIX. *Revista História: Debates e Tendências*, v. 20, n. 1, p. 53–69, 2020.

SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. Tradução: Renato Janine Ribeiro, Renata Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TRIGUEIRO, Gabriel. O erro do liberalismo em relação a Bolsonaro. In. *O Globo*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/colunistas/coluna-o-erro-do-liberalismo-em-relacao-bolsonar-o-24333877> Acesso em 26 de jul. de 2023.